

DIREITO E LITERATURA
70 ANOS DA AMB

DIREITO E LITERATURA

70 ANOS DA AMB

Livro de autores diversos

**Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados
Poesia, Crônica e Conto
2019**

Copyright © 2019 by AMB
Direito e Literatura – 70 anos da AMB
Livro de autores diversos

Capa

Angela Mendes

Ilustrador

Rafael Lopes

Revisão

Helio Santiago

Revisão final

Joaquim Maria Botelho

Diagramação e projeto gráfico

Avelino Santo

Organização e produção editorial

Antonio Clementin

Coordenação editorial

Anna Maria Martins, Mafra Carbonieri e Joaquim Maria Botelho

Ficha catalográfica

Direito e Literatura – 70 anos da AMB

Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados – 2019

– Poesia, Crônica e Conto | Textos: autores diversos.

– Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) / Academia Paulista de Letras (APL)

ISBN: 978-65-81003-00-5

1. Literatura Brasileira. 2. Concurso Literário para Magistrados.

I. Título.

CDD: 869



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

12 **Direito e Literatura – 70 anos da AMB**

Jayme Martins de Oliveira Neto

15 **A Pena e a Toga**

José Renato Nalini

Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados

Poesia, Crônica e Conto

20 **Parecer da Comissão Julgadora**

Anna Maria Martins

Joaquim Maria Botelho

Mafra Carbonieri – Relator

POESIA

26 **O verso da lei** | Primeiro lugar

Roberto Basilone Leite | Florianópolis - SC

29 **Facetas da sociedade** | Segundo lugar

Geraldo Peixoto de Luna | Londrina - PR

32 **A resposta do menor infrator** | Terceiro lugar

Rachel Adjuto Bontempo Brandão | Brasília - DF

Menções honrosas

34 **Ser simples**

Reinaldo Portanova | Belo Horizonte - MG

35 **O mar**

Adelino Augusto Pinheiro Pires | Pancas - ES

- 36 **O jarro chinês**
Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho | Rio de Janeiro - RJ

Poesias indicadas para publicação

- 39 **Nação** | Antonio Luiz Cunha | Barreiras - BA
- 40 **Sulcos** | Diego Cassiano Lorenzoni Carbone | São Borja - RS
- 42 **Transverso** | Maurício da Rosa Ávila | Tapes - RS
- 44 **Senzala** | Fernando José Armando Ribeiro | Belo Horizonte - MG
- 46 **Sonho de juiz** | Teomar Almeida de Oliveira | Bonfim - BA
- 48 **O sonho acabou** | Valmir Graciano | Curitiba - PR
- 50 **Minha pele** | Luiz Felipe Siegert Schuch | Florianópolis - SC
- 51 **Ela** | Livia Maria Mattos Melo Lima | Maceió - AL
- 52 **A liberdade** | Paulo Luciano Maia Marques | Natal - RN
- 53 **A lama** | Ara Cárita Muniz da Silva Mascarenhas | Recife - PE

CRÔNICA

- 56 **A ficção em cada processo** | Primeiro lugar
Getúlio Marcos Pereira Neves | Vila Velha - ES
- 59 **Ladrão de livros** | Segundo lugar
André Gonçalves Fernandes | Campinas - SP
- 62 **“Tio Antonio”** | Terceiro lugar
Robledo Matos Alves de Moraes | Promissão - SP

Menções honrosas

- 66 **Procurando as batatinhas**
Genacéia da Silva Alberton | São Leopoldo – RS
- 68 **A luta**
Olga Vishnevsky Fortes | São Paulo - SP
- 70 **O anel que tu me deste**
Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos | Curitiba – PR

Crônicas indicadas para publicação

- 74 **Era feliz e não sabia** | Denise Damo Comel | Ponta Grossa - PR
- 76 **Fé na justiça** | Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá | Rio de Janeiro - RJ
- 79 **Carta para Cícero** | Gabriela da Conceição Rodrigues | Jundiá - SP
- 82 **Sobre Deus e dor** | Waltides Pereira dos Passos | Goiânia - GO
- 85 **A estátua** | Wilson Safatle Faiad | Goiânia - GO
- 87 **Concentrada** | Thielly Dias de Alencar Pithan e Silva | Rio Negro - MS

CONTO

- 92 **O coveiro Valdemar** | Primeiro lugar
Helio David Vieira Figueira dos Santos | Florianópolis - SC
- 98 **O informaticídio** | Segundo lugar
Vanilson Rodrigues Fernandes | Belém - PA
- 103 **Naus frágeis** | Terceiro lugar
Durval Aires Filho | Fortaleza - CE

Menções honrosas

- 110 **Pontius**
Erson Teodoro de Oliveira | Valinhos - SP
- 117 **Chapeuzinho Preto e o Lobisgay**
Rui Guilherme de Vasconcelos Souza Filho | Macapá - AP
- 123 **O louco**
José Ribamar Dias Junior | São João Batista - MA

Contos indicados para publicação

- 128 **A verdade silenciosa do verdugo** | Newton Luís Medeiros
Fabrício | Porto Alegre - RS
- 135 **A espera** | Francisco Jorge Gemaque Coimbra | Belém - PA
- 141 **A aposta** | Luiz Carlos Kopes Brandão | Macapá - AP
- 144 **E-vida** | Danielle Martins Cardoso | São Paulo - SP
- 149 **Deserção** | Delmar Hochheim | Porto Alegre - RS
- 153 **Frio** | Pedro Flory Diniz Nogueira | Juara - MT

DIREITO E LITERATURA

- 159 **Direito e Literatura, conexão plena de significação**
André Gonçalves Fernandes
- 167 **Amor e Direito**
Diogo Leite de Campos
- 175 **Direito e Literatura**
Eros Roberto Grau
- 179 **Direito e Literatura**
Ives Gandra da Silva Martins

184 **Linguagem, direito e literatura**
Kéops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires

189 **Literatura: a chave para a expansão da consciência**
Antonio Clementin

INSTITUCIONAL

195 **DIRETORIA**
Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

197 **DIRETORIA**
Academia Paulista de Letras (APL)

Direito e Literatura – 70 anos da AMB

Jayme Martins de Oliveira Neto

O Projeto Direito e Literatura, realizado em parceria com a Academia Paulista de Letras (APL), deriva de uma das finalidades da AMB, desde sua criação, de formular ações destinadas ao aperfeiçoamento cultural, jurídico e humanístico dos magistrados.

Os fundadores da nossa instituição sabiam da importância da literatura para o melhor desempenho do trabalho de julgar. Utilizando a “arte de criar beleza por meio das palavras”, como disse Hélio Sodré, os autores descrevem cenários magníficos, gestos de amor e de heroísmo comoventes e, também, as tragédias humanas, com seus desequilíbrios, ações execráveis e perversidades aterrorizantes.

Os livros refletem a luz sagrada que Prometeu ofereceu aos humanos e expõem, de modo preciso, o lado sombrio que existe em todo ser. E para aqueles que buscam a evolução e a iluminação, os grandes mestres da antiguidade e os contemporâneos, deixaram impressos nos livros vários caminhos de como se afastar do chamado “mundo das sombras”. Goethe foi claro quando concluiu que o objetivo mais importante que um ser humano pode almejar é a luz.

A matéria principal utilizada pelos autores e pelos juízes em seus trabalhos é a palavra, cuja principal característica é a ausência de limites. Com a palavra se pode tudo: o culpado se descrever como inocente, na tentativa de não sofrer as consequências de seus atos, ou o inocente ser acusado de um erro que não cometeu por conta de um acusador eloquente, mestre na arte de convencer e persuadir.

Por meio das palavras, podemos evitar erros já cometidos pelas gerações que nos antecederam, porque a literatura nos mostra o que ocorre com aqueles que seguem determinados caminhos. E muitos, no passado e nos tempos atuais, têm usado a palavra para enganar, ludibriar e manipular seus ouvintes. Se tivessem lido, por exemplo, Carl Jung, um médico que sabia da importância

da literatura e da arte, seriam alertados dos possíveis resultados traumáticos. Ele disse: “A natureza cobra a verdade”. Aqueles que usam a palavra de modo fraudulento têm sempre o mesmo destino: o descrédito, a vergonha, o nanismo intelectual e espiritual, e, não raramente, a prisão.

E é exatamente por saber da importância da literatura para o trabalho de julgar que a AMB realiza o I Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados, criando oportunidades para revelar e divulgar talentos da arte de escrever, como meio de promover o estudo da literatura entre magistrados. Afinal, vivemos em uma época de grandes mudanças, ocorridas, sobretudo, pelo advento da internet, que possibilitou uma rapidez extraordinária na divulgação da informação e, muitas vezes, reduziu o apreço pelos livros e pela literatura.

A AMB busca contribuir para o aprimoramento das relações sociais neste novo ciclo da história do País, abrindo espaços para que seus juízes compartilhem o seu saber com a sociedade. O resultado do projeto está materializado na edição do livro “Direito e Literatura – 70 anos da AMB”, com a publicação de 40 obras vencedoras, sendo os 1º, 2º e 3º lugares de cada gênero (nove premiações), menções honrosas (nove laureados) e 22 obras indicadas para publicação. Além das obras do Prêmio, o livro leva aos leitores textos sobre a interdisciplinaridade entre Direito e Literatura escritos por autores convidados.

Neste primeiro momento, foi uma grata revelação a qualidade das obras que concorreram ao Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados, com a exposição de tantos talentos literários. Os trabalhos também impressionaram os integrantes do júri da APL por deixarem transparecer o olhar sensível do magistrado, acostumado a lidar diariamente com os conflitos da vida cotidiana, suas tragédias e as diversidades de entendimentos. Os gêneros poesia, crônica e contos se adaptaram perfeitamente ao gosto dos juízes escritores, que descreveram com mestria as histórias de suas cidades e personagens admiráveis, que jamais seriam divulgados pela mídia, narrando, ainda, detalhes sobre usos, costumes e crenças. Foi uma felicidade imensa conhecer o resultado dos trabalhos, de tal modo que já esperamos que o projeto tenha continuidade nos próximos anos.

Nesses novos tempos, Justiça e Literatura devem se aproximar cada vez mais, porque compreendemos, por exemplo, que a beleza da vida está na diversidade, na pluralidade e na convivência pacífica entre todos.

O processo de construção da paz exige pessoas dispostas a viver em paz. E a paz exige o respeito, o debate de ideias, e ações concretas de tolerância e fraternidade. O Direito, aqui entendido como o conjunto de regras ordenadoras da convivência social, alcança a completude com a interpretação do juiz. E a força dele está na utilização da palavra, que tem sua expressão máxima na literatura.

Na atualidade, temos de trabalhar para que as pessoas sejam felizes e se realizem como seres humanos. Desta compreensão, surgirá uma nova era, mais harmoniosa, com menos depressão, violência e desequilíbrios.

O trabalho da Justiça, nos dias de hoje, tornou-se muito mais complexo e árduo. É necessário lutar contra preconceitos que insistem em se agarrar a dogmas obsoletos para permanecer ditando preceitos. Só que a Justiça é mais forte e, gradativamente, com o apoio da ciência e da literatura, vai debilitando suas estruturas e desvelando suas incongruências.

Neste início de século, percebemos a importância da Justiça na formação de uma nova era no Brasil. A Constituição da República elegeu o Poder Judiciário como o grande mediador dos conflitos sociais e o guardião dos valores mais elevados da nossa sociedade. E a Justiça brasileira tem cumprido sua missão institucional, com juízes e juízas dedicados, em tempo integral, a pacificar e fazer cumprir as leis e a Constituição do País.

A Constituição de 1988 deu aos magistrados a obrigação e os meios para agir em defesa da cidadania. Direitos sociais à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados passaram a ser objeto de demanda da sociedade no Judiciário. Vale salientar que quando os cidadãos não exercitam os seus direitos sociais, correm o risco de se transformarem em caricaturas do que poderiam ter sido. E o Judiciário tem sido o grande garantidor dos direitos sociais.

Finalizo com agradecimentos à Magistratura brasileira, pelo excelente trabalho desenvolvido em todos os recantos do Brasil, em prol de um País mais justo e digno, e, em especial, aos que participaram deste primeiro projeto Direito e Literatura, e permitiram revelar a nobreza da alma, o espírito público, a sensibilidade com a dor alheia e o elevado amor à Magistratura.

Jayme Martins de Oliveira Neto – Juiz de Direito e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

A Pena e a Toga

José Renato Nalini

Escrever é o hábito e a rotina para o magistrado. Quem se encaminha para as humanidades é um devorador de livros. Desde cedo as vocações se manifestam e a rota de quem se propõe a ser julgador inclui insaciável exercício da leitura. Mas também da escrita. Ela pode ser espontânea, com o destaque nas redações, nas descrições, nas dissertações e outros tradicionais deveres escolares. Torna-se quase um vício, para aquele que é obrigado a decidir mediante o adequado uso do vernáculo.

Costumo repetir qual mantra para os meus alunos, que enquanto o médico dispõe de inúmeros instrumentos que precisa manejar com proficiência nas cirurgias, embora hoje a robótica os auxilie de maneira efetiva, e o engenheiro pode se servir de apurado arsenal de ferramentas, a cada dia mais sofisticadas, o cultor do direito possui uma só matéria-prima: a palavra. A palavra devolve a liberdade ao encarcerado, o patrimônio a quem dele se viu privado, os filhos à mãe aflita.

Os mais elevados valores humanos se condicionam ao bom uso do idioma, quando sacrificados ou ameaçados. Não há perdão para quem escolhe a ciência jurídica e não cultiva o aprimoramento na arte de expor o seu pensamento, de externar o que lhe vai na consciência e produzirá efeitos concretos na vida alheia. A decisão judicial recompõe a ordem lesada pela infração, pelo rompimento da promessa, pelo descumprimento da obrigação, pela negligência em relação aos deveres. Mas se não contiver a verdade objetiva, clara e inteligível, ela pode afligir ainda mais o aflito que dela depende.

Os verdadeiros defensores do sistema Justiça têm preocupação permanente e crescente com o aprendizado, o treino e o incessante aperfeiçoamento da arte da palavra. Permanente, porque o horizonte de questões complexas no manejo da língua é inalcançável. Quem é que pode se considerar exímio cultor do português, esta derradeira espécie floral do Lácio, que Bilac chamou de

“inculta e bela?”. Aprendizado contínuo, porque a comunicação é dinâmica e sofre vicissitudes de épocas, de mutação cultural, de influência das novas tecnologias que alteram as formas de expressão. Preocupação crescente, porque a irreversível imersão na era disruptiva da Quarta Revolução Industrial impõe a todos o manejar com a linguagem abreviada e quase onomatopaica da internet.

Nesse panorama, ainda mais significativa a proposta da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros, de realizar um concurso literário destinado a estas mulheres e homens que têm a missão angustiante de julgar seu semelhante.

A participação de expressivo número de magistrados evidencia a familiaridade desse estamento com as letras. Quem exerce o ofício de escrever adquire desenvoltura para incursionar por outras sendas. A História do Judiciário brasileiro é um repositório de testemunhos de que a pena e a toga conseguiram servir, de maneira proficiente e exitosa, a pelo menos dois senhores: à Justiça e à Literatura.

A Academia Paulista de Letras foi criada em 1909 e teve como um de seus fundadores o juiz Wenceslau José Pereira de Queiroz, jundiaense nascido em 2.12.1863 e que foi chamado de “Baudelaire Paulistano”, após publicar seu primeiro livro de poesia, chamado “Goivos”. Outro magistrado da APL foi Vicente Augusto de Carvalho, santista nascido em 5.4.1866, o “poeta do mar”, foi juiz, ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo e, a partir de 1910, integrou a Academia Brasileira de Letras.

O desembargador Odilon da Costa Manso, que veio ao mundo em 16.2.1910, filho do ministro Manuel da Costa Manso, integrou o Tribunal de Justiça de São Paulo e foi imortal da Academia Paulista de Letras.

O Rio de Janeiro celebra os seus juízes que chegaram à Academia Brasileira de Letras: Sylvio Romero (sergipano de origem), que julgou em Paraty, Graça Aranha, juiz em Campos e em Santa Leopoldina, no Espírito Santo, Raymundo Correa, juiz em Cantagalo, Ataulfo de Paiva, juiz na capital federal – a cidade maravilhosa –, que também chegou ao Supremo, Ademar Tavares, que chegou a desembargador no Tribunal de Relação e Pontes de Miranda, juiz da Vara de Órfãos e Sucessões na capital e desembargador do antigo Tribunal da Relação no Estado do Rio de Janeiro.

A circunstância de existirem juízes eleitos para as Academias de Letras é uma irrecusável evidência de que a literatura ocupou espaço considerável na vida desses integrantes do Poder Judiciário. O trato diuturno com as angústias do próximo os credencia a se tornarem eficientes narradores de tramas reais, convertidas em contos e romances, quando não seduzidos para a poesia, para o teatro, para a história e para a memorialística.

Vejo com satisfação imensa o empenho do presidente Jayme Martins de Oliveira Neto em propiciar essa oportunidade a seus colegas de todo o Brasil e quero crer que a parceria persista. Já produziu bons frutos. Tem potencial para colheita ainda maior. Enfatize-se algo importante, além do aspecto de prover as letras pátrias de novos ou renomados autores. O ofício de juiz é estressante e perturbador. As almas sensíveis encontrarão nas letras, despidas do compromisso formal e conteudístico das decisões judiciais, oportunidade para um repensar revigorante da carga profissional. Quem escreve esvazia o seu baú de angústias. Desafoga as mágoas. Alivia-se de pesado fardo.

Ganham, com isso, o ideal da higidez de consciência dos julgadores, e a cidadania, para a qual todo o sistema foi preordenado, será destinatária de missão judicial mais apurada e mais humana.

José Renato Nalini – Presidente da Academia Paulista de Letras, 2019-2020. Foi magistrado em São Paulo de 1976 a 2016.

**PRÊMIO NACIONAL DE LITERATURA PARA
MAGISTRADOS**

POESIA, CRÔNICA E CONTO

Parecer da Comissão Julgadora

Em comemoração aos 70 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros (2019), um concurso literário de poesia, crônica e conto convocou juizes de todos os recantos do Brasil para que submetessem a julgamento as suas incursões pela literatura. Se o direito é uma perspectiva de apreensão da realidade, pelo ângulo do conflito de interesses, a literatura define o caráter onde o interesse se insere, e os analisa a ambos, propondo tramas e descrevendo conflitos. Como julgar juizes?

A Academia Paulista de Letras, que já tem os seus 110 anos de história e perseverança cultural, trabalha principalmente com os critérios de verificação e exame da autenticidade literária de textos.

Daí decorre o equilíbrio da parceria entre duas instituições que atuam com propósitos assemelhados: justiça e crítica. Seu trabalho depende muito da *palavra*, que é sempre *um depósito de sentido*. Exatamente como não se admite uma *sentença* vazia do senso judicial, não se compreende, no campo literário, a palavra que se encadeia sem lógica ou sentido. Tanto no direito como na literatura, a sentença é o significante e o conteúdo é o *significado* (justiça e criação ficcional).

A crítica moderna desacelerou o seu rigor nos estudos sobre os gêneros literários e suas fronteiras. O que é conto, novela, crônica, poesia, romance?

Em carta à escritora Raquel Naveira, o poeta Manoel de Barros escreveu a sua indefinição de poesia: “...ninguém sabe nada sobre poesia. Mas é bom conversar sobre ela. Gosto mais das coisas que eu não entendo. Principalmente gosto daquelas que eu entendo de diversas maneiras. A ambiguidade é que abre o poema para todos os desentendimentos” (Raquel Naveira, *Abílio e Manoel de Barros: Dois Irmãos Pantaneiros*, edição Costelas Felinas, pág. 25).

Seja poesia ou prosa, o escritor não pode perder o comando da palavra, ou deixar-se trair pela ambivalência da expressão, seu falso brilho, ou obscuridade, ou pelo conforto do absurdo... Não se diria o mesmo do juiz?

Ainda que de alto nível este concurso, a Comissão Julgadora premiou acima de tudo o sentido. Mais subjetivo na crônica, analítico no conto e lírico na poesia, decidiu-se que seria justo exigir-se num mundo como o nosso, cheio de contradições e descaminhos, visibilidade e clareza de sentido.

Vamos aos resultados.

O verso da lei, de Roberto Basilone Leite, título que Manoel de Barros aprovaria pela ambiguidade aparente, mereceu o primeiro lugar pela aproximação que o candidato consegue entre o direito e a literatura. Culto, com o domínio pleno do verso e da história do direito, ele produziu um poema inteligente, sem expansões inúteis, e que chega facilmente ao leitor numa conexão que é o objetivo da arte literária.

Com *As facetas da sociedade*, de Geraldo Peixoto de Luna, segundo lugar, o leitor reencontra Gil Vicente, como se esse grande bardo dos primórdios da literatura portuguesa armasse o seu palco nos tempos modernos.

Já *A resposta do menor infrator*, terceiro lugar, de Rachel B. Brandão, é um poema sobre as consequências da desigualdade social, sua injustiça diária, seu horror cotidiano, e que exigem do juiz o grau máximo de sua humanidade.

As menções honrosas são destinadas a Reinaldo Portanova (*Ser simples*), Adelino Augusto Pinheiro Pires (*O mar*) e a Luís Gustavo G. Castanho de Carvalho (*O jarro chinês*). Este é uma parábola sobre a perda de algo que parecia tão sólido, e que de repente se reduz a cacos, que mesmo colados não recompõem o original, nada restauram, nem iludem. Os outros são poemas expositivos sobre estados de espírito: a maneira de ser (*Ser simples*): ou alegórico (*O mar*), um soneto com adequada elaboração formal.

Mais dez poemas foram indicados para publicação.

Todos eles, com a qualidade que a estilística impõe, nitidez, rumo, concepção e execução, revelam o mundo de hoje, a sua beleza e o seu estarcimento. Constroem, numa visão de conjunto, a perplexidade e a esperança de juízes que sabem *sentir* sem se isentar do comprometimento com a verdade e a crítica.

Pelo conteúdo, a crônica pode ser vista como o fato que se ajusta a uma opinião. Portanto, é um relato breve e sem atavios, como uma conversa livre, pessoal, desimpedida, manifesta. É o que se observa – por exemplo – em *A ficção em cada processo*, de Getúlio Marcos Pereira Neves, que obteve o primeiro lugar. O candidato mostra como a matéria do processo judicial pode conter, por seus antagonismos, uma potencialidade a ser tratada pela ficção. *Ladrão de livros*, de André Gonçalves Fernandes, segundo lugar, é uma crônica especulativa sobre a origem das bibliotecas particulares, ou públicas, por onde os livros transitam carregando o nome de seus donos, numa sucessão instigante. Robledo Matos Alves de Moraes rememora em sua crônica “*Tio Antônio*”, terceiro lugar, a força da sabedoria popular, a energia humana que se vale da vida simples, o significado da experiência acumulada num homem, o bom senso convertido em indivíduo.

As menções honrosas foram conferidas a três juízas.

Genacéia da Silva Alberton, primeira menção, em sua crônica *Procurando as batatinhas*, na verdade procura a ingenuidade perdida, o segredo da lógica infantil, uma beleza difusa no tempo, a saudade dispersa em cada recanto das lembranças. Na crônica de Olga Vishnevsky Fortes, *A luta*, segundo lugar, lutadores se medem e se enfrentam no tablado, atentos a si mesmos e às regras da contenda; é a metáfora de Olga para a dialética do processo. *O anel que tu me deste*, de Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos, terceiro lugar, traz de volta não só a infância “com o dinheiro contado”, mas a compensação dessas limitações na presença doce e generosa duma avó, retratada com veneração e afeto.

Seis cronistas foram escolhidos para publicação.

Na verdade, escolhidos ou não, todos os candidatos escrevem bem. E o que isso significa? São juízes, obrigados ao exercício da clareza e da objetividade no uso da palavra. Quanto às crônicas indicadas, revelam a intimidade dos autores com a percepção do fato a ser narrado – com humor, com irreverência, com alegria, com nostalgia, com amargura, com revolta... Afinal, ocupam um lugar entre o direito e a literatura.

O que é ficção?

Pode-se afirmar que a ficção é um território que tem ao norte a verdade; ao sul a mentira; e a leste e a oeste o mar desconhecido. Portanto, a ficção divide fronteiras com a verdade, a mentira e o desconhecido, sem se confundir com a vizinhança, e só tendo compromisso consigo mesma.

O primeiro lugar coube a um conto shakespeariano, *O coveiro Valdemar*, de Hélio David Vieira Figueira dos Santos. Com um humor pardo, não inteiramente negro, o coveiro conhece mais de sete palmos de latim e a natureza humana. Sabe o suficiente para que a abertura das covas seja uma arte na sua precisão geométrica. Corrosivo como a terra que ele maneja, também sabe que não existe o inferno, mas apenas o pó.

Em linguagem aguda e direta, *O informaticídio*, de Vanilson Rodrigues Fernandes, segundo lugar, narra as desventuras de quem não se adapta à tecnologia moderna.

Naus frágeis, de Durval Aires Filho, adota o formato duma reportagem quase onírica para relembrar tragédias que o mar encobre, uma narrativa densa onde a história permanece viva, ainda que submersa.

Pontius, de Erson Teodoro de Oliveira, que obteve a primeira menção honrosa, assemelha-se a um roteiro cinematográfico com fulcro numa página perdida da Bíblia. Se pudesse, Mário de Andrade gostaria de ter lido o conto de Ruy Guilherme de Vasconcelos Souza Filho, para rir e dizer: “Fiz escola...” Ruy Guilherme, com a narrativa *Chapeuzinho Preto e o Lobisgay*, atualizou a velha fábula e situou-a no Rio de Janeiro, com energia crítica e ação acelerada. *O louco*, de José Ribamar Dias Júnior, que se classificou em terceiro lugar no quadro das menções honrosas, tem uma conclusão surpreendente, constituindo um libelo contra a intelectualidade estéril.

Mais seis contos foram considerados com qualidade literária para publicação. O leitor que se detiver no exame dessas narrativas verá que não existe diferença de nível entre elas: afinal, são narradores afinados com a realidade e íntimos da palavra articulada.

No âmbito da crítica literária, de maneira geral, há ainda quem recorra à extensão do texto para definir o conto, a novela e o romance. Outros se apoiam na densidade psicológica ou no grau de resgate do que seja humano. Ou na estrutura (simples ou composta). Hoje essa discussão perdeu muito de sua relevância, em nome da liberdade de criação.

E liberdade de criação é o que mais se vê nos seis contos que fecham este livro, **Direito e Literatura – 70 anos da AMB**. Liberdade na escolha do tempo, do tema, da profundidade, da trama, da subjetividade, da descrição visual, do humor, da acuidade crítica e da complacência em face das imperfeições da vida ou do acaso.

A Comissão Julgadora cumprimenta todos os candidatos.

SÃO PAULO, 17 de abril de 2019

Anna Maria Martins

Membro da Academia Paulista de Letras

Joaquim Maria Botelho

Ex-Presidente da União Brasileira de Escritores

Mafra Carbonieri – Relator

Membro da Academia Paulista de Letras

POESIA

O verso da lei

Primeiro lugar

Roberto Basilone Leite

Estive matutando muito um dia:
o que é que tem a ver lei com poesia?
Até que me surgiu a explicação:
são ambas criações do gênio humano,
sutis, pairando alto na amplidão,
ardentes, hasteando a todo pano
bandeiras à virtude e à alforria.

Ambas lançam o olhar na infinitude
de um mundo complicado e controverso.
Ambas traçam modelos de virtude
pra converter os corações perversos.
Poesia e lei são como dois anversos
que se completam, ambas glamourosas;
a arte entra, assim, com a atitude;
a lei aponta a estrada virtuosa.
Se a trova vai clamar “Justiça!” em verso,
a lei conclamará “Justiça!” em prosa.

A lei que não tem métrica nem rima
é como um servo arqueado, submisso;
o canto sem verdade não tem viço,
a trova sem virtude, desafina.
A lei que não tem ritmo nem rima,

que esgota a si mesma em seu texto frio,
à qual falta beleza e não fascina,
que não renasce face a um desafio,
que deixa sem resposta o novo pleito,
carece de um desenho mais perfeito,
carece de um sopro de humanidade.
A lei sem estro é paul sombrio,
canção que entoa a solfa da maldade.

É bom lembrar, antes que a fé se acabe,
o quanto o homem tem evoluído!
Quando o monarca acádio Hamurabi
mandou gravar na rocha a velha lei:
“aquele que enganar será punido”,
“aquele que roubar pagará a pena”,
– e eis a primeira norma de uma grei –,
já tinha Gilgamesh declamado
a grande epopeia em épicas cenas:
as lutas de Enkidu contra o reinado
de Aga, que infligia a tirania
ao povo de Uruk. Se essa poesia,
gravada em placas de argila do Iraque,
revela o segredo da vida eterna,
a estela de Hamurabi, da caverna
saiu e transformou-se em almanaque!

Estive matutando pra valer;
a dúvida inquietava: escrever
poemas sobre leis em vez de rosas?
Poesia e norma suscitam paixão...
Porém pra que leis versejar com glosas?
Até que me bateu uma emoção:
o gesto do juiz faz compreender,

a fé do bardo é contagiosa,
seus sonhos compartilhados são poder
e o enlace levará à comunhão!

Facetas da sociedade

Segundo lugar

Geraldo Peixoto de Luna

Personagens: “Todo mundo”, “Ninguém” e “Mestre”

Todo mundo:

Salve, oposto parceiro!
Graças a mim, estou bem.
Cada vez com mais dinheiro,
Tenho poder, tenho nome,
Não ligo pra quem tem fome,
E só ajudo a alguém
Que o favor possa pagar
Com juro, sem reclamar.

Ninguém:

Fortuna não me atrai,
A fama não me acena.
Dos miseráveis sou pai,
Não jogo na mega-sena.
Não tenho pinta de nobre
Nem gosto de aparecer
Dando esmola a um pobre.
Sou mais dar, que receber.

Mestre:

Escreva aí, meu amigo,
E escute bem o que digo:
– Todo mundo quer ser rico.

Ser por todos bajulado.
Se puder, leva no bico
Até um pobre aleijado.
Não liga para a verdade
E quer fartura na mesa.
Ninguém gosta da pobreza
E de fazer caridade.

Todo mundo:

Quando vejo nos jornais,
No rádio, televisão
Ofertas especiais,
Compro tudo à prestação.
Faço uso e revendo.
Pra cobranças eu não ligo
E não temo insolvência.
Aos credores recomendo
Terem muita paciência,
Pois pagar não é comigo...

Ninguém:

Eu só compro o que preciso
E dentro do orçamento.
Detesto comprar fiado.
Não quero nada de graça.
Ponho todo o meu empenho
Pra fazer o pagamento
No dia que foi marcado.
Por isso eu sempre tenho
O nome limpo na praça.

Mestre:

A cautela e a prudência
São duas gêmeas eternas.
O prudente só dá passos
De acordo com as pernas.

Se tem sede vai ao pote,
Mas devagar, bem de leve...
– Todo mundo dá calote
E Ninguém paga o que deve.
Em outros termos revelo
A verdade que renego:
– Todo mundo é martelo
E Ninguém quer ser o prego.

A resposta do menor infrator

Terceiro lugar

Rachel Adjuto Bontempo Brandão

Um dia me falaram que eu seria alguém.

Quem?

Quis ser bombeiro, quis ser professor, quis ser doutor.

Um dia me falaram que eu seria amado.

Amado por quem?

Não conheci meu pai e minha mãe...

Minha mãe precisou me deixar com a vizinha.

A vida a levou por estreitos caminhos e meus irmãos seguiram seu exemplo.

Não sei quem sou e nem para onde vou.

Estou por aí.

O que vier, é lucro.

A perder, não tenho nada.

Perdeu você, playboy, perdeu você, que me roubou a educação, me roubou os sonhos, me roubou a família.

Perdeu você, playboy, que não me deu escola, ao invés, disse que eu não sirvo pra nada.

Perdeu, você, playboy, que me levou meu pai, que não me deu o direito de ser filho, nem de ser criança.

Nunca brinquei. Sempre pelejei.

Perdeu você, playboy, que endureceu a minha mãe e retirou dela a capacidade de me amar.

Perdeu você, playboy, que acha que me tirando tudo vai ficar impune.

Eu sei revidar e sei te mostrar que sua ação recai em seu próprio colo.

Rachel Adjuto Bontempo Brandão – Juíza de Direito Titular do 1º Juizado Especial Cível e Criminal do Gama - DF

MENÇÕES HONROSAS

Ser simples

Reinaldo Portanova

Preciso ser simples qual uma sandália.
Como um ponto. O bálsamo.
Ser simples qual uma oficina

Talvez ser simples como o cata-vento,
Um carretel de bronze.
A manjerona, o lenço. Uma metralhadora.

Prender nas mãos um cálice de estrelas
E inundar-me do licor mais simples.
Deitar entre ameixas na relva mais simples,
Um pé descalço e a alma aberta.

Olhar sem óculos e sem teoria.
Ficar sem fósforos. Ficar sem mim.

Mas, antes e acima de tudo,
Preciso ser simples qual a hortelã.

Abrir os olhos,
Cantar um prelúdio,
Mascar um charuto
E morrer em paz.

O mar

Adelino Augusto Pinheiro Pires

Contemplo o mar do alto de um penhasco íngreme,
de logo abaixo à linha do horizonte.
Uma brisa vem dele à minha frente,
como se o mar me convidasse: “– Singre-me!”

Os pilares da Terra estão defronte,
entre dois azuis. Se bem que eu hesite,
declino do hipotético convite,
que a odisseia talvez me desaponte.

Amo o incerto. A certeza é que abomino,
pois há muito conheço o meu destino
e a desgraça é simbiote do meu ser.

Ó certeza! A todo momento medras,
tal qual o mar atirando-se às pedras,
tentando a morte sem jamais morrer.

O jarro chinês

Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho

Numa casa havia um belo jarro de porcelana chinesa
De um século que a memória não mais se lembra
De uma dinastia tão antiga que já não se pensa
Dominando a entrada do velho casarão
De uma beleza tão perfeita tão perfeita
Que incapaz de chamar tanta atenção.

Haveria ali um casamento.
Daqueles cujo sentido se perderia em meio à festa.

Um convidado chegou.
Daqueles que se convida só por convidar e se torce para que não vá.
Logo na entrada ele esbarrou no tal do jarro e o derrubou.
Espatifou-se no solo o jarro chinês, cuja idade já se perdera,
Da dinastia que não se pensa mais.
Em mil peças se partiu e espalharam ao solo os cacos.
Veio logo a serviçal, a catá-los, sob a ordem da senhora,
Para que os convidados não vissem os mil pedaços libertos.
Espalharam-se tantos cacos que se ouvia aqui e acolá
A porcelana sendo esmagada pelos calçados insensíveis.
O convidado logo se apressou em tomar a vassoura
E a recolher os cacos possíveis para, com cola, ajuntá-los.

Foi passando o casório e o homem a colar, caco por caco
Aquele xadrez milenar, arte de rejuntar, silêncio de olhar
pra dentro

a costurar o século esquecido da dinastia perdida, caco por caco.
E foi-se fazendo um jarro de nenhuma dinastia, de um século de um dia,
Caco por caco, colados, virando um jarro chinês:
arestas por aparar, encontros impossíveis, pedaços irrecuperáveis,
desigualhanças tão marcadas que impossíveis não ver,
mas jarro, um jarro chinês com vida, recuperado da última batalha.
Quando o casório terminou, estava lá o jarro no seu altar.
Não era mais de beleza ignorada
mas de defeitos que arrebatavam o olhar por denunciar o errado da vida
e a arte de colar os cacos...

– os intermináveis cacos da vida!

Alguém perguntou quem era o homem desastrado
Que passara o casamento todo juntando os cacos.
Ele já ia ao longe, cambaleando com as pernas dormentes de catar os cacos do chão
Os dedos feridos das lascas penetrantes
Tão desajustado como o jarro que ajuntara.
Ia certo de ter libertado aquele jarro feito num século que a memória não mais lembra
De uma dinastia antiga tão antiga que já não se pensa:
Poderia agora escolher o nome da sua dinastia
E o século em que faria sentido sua serventia.

**POESIAS INDICADAS PARA PUBLICAÇÃO
PELA COMISSÃO JULGADORA DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS**

“Mãe, no céu tem pão?” (Ancelmo, 4 anos, Ceará, vítima de desnutrição.) Extraído da “Cartilha Todos Pela Educação no Município. Um Desafio Para Dirigentes”, publicada pelo UNICEF – CECIP e MEC, pág. 16).

Nação

Antonio Luiz Cunha

Nação,
mar de famintos,
espelho hídrico transparente
onde vagam, submersas,
ósseas armações.
Oceano de esquálidos,
de bocas inativas,
massa famélica, com olhar de peixe.
Nação,
sonho do alimento farto,
real pesadelo, metástase da fome,
cruel incômodo de crianças diáfanas
em terra árida, apelando aos céus: Pão!
Alimento milenar, bíblico, básico e ausente.
Nação,
sem lábaro, sem mão,
pélago racial de secular desnutrição.
artérias exangues, rios sem plasma,
paúis, pântanos, mangues,
sufoco de asma,
Inação!

Sulcos

Diego Cassiano Lorenzoni Carbone

Vejo sulcos em minha testa
nessa foto em que tu não estás
tirada em terra que nunca pisaste
porque nunca pudeste voar.

São sulcos de uma outra vida:
de quem se depara ainda imberbe,
sem aviso nem remédio,
com a injustiça do mundo,

sulcos do trabalho muito cedo,
da mãe perdida muito cedo
e com ela todo carinho
e depois dela todo desamparo

(se ela pudesse te sorrir mais uma vez
lá do outro lado ou de qualquer lugar,
quicá a vida tivesse sido menos dura,
e tuas rugas não fossem de pesar),

são marcas deixadas pela frieza
daquele que te antecedeu no ofício
e que tu superaste em muito
com um amor tirado da falta.

Esses sulcos em minha fronte
são teus, meu pai,

como um dia serão de meu filho:
os dele, menos profundos, oxalá,

porque meu caminho foi menos duro,
e o dele menos ainda será,
tudo graças a ti,
que o ciclo da falta
soubeste quebrar.

Olho-me e vejo a ti,
mesmo de olhos fechados,
e quase te ouço dizendo
tuas palavras titubeantes,

sempre de um amor tão doce
quanto teu jeito de criança
que convida para brincar.

Meus sulcos são os teus sulcos, pai,
como meus olhos são os teus,
aqueles a vida dura nos deu,
estes, foram Deus.

Transverso

Maurício da Rosa Ávila

Às vezes, tenho vontade de ir embora do contemporâneo.
Fazer as malas e bater à porta do hoje.
Não há sentido nos rostos e na alma,
Mesmo havendo vários sentidos.

Sou coxo para o que aí está.
Transverso para o que esperam de mim.
E a vida é um ônibus que tomei
para um lugar que não se sabe onde está.

Falaram de outro mundo,
De esperanças na nova era.
Mas vejo todos dispersos,
E as vontades espalhadas sobre o tempo.

Envergo a sobrecasaca lúcida
Para o gelo das indiferenças.
Vejo o calor dos ideais
Arrastado pela rua com as folhas secas.

É um tempo de mudez no ser,
Em que o desespero desaprendeu a chorar.
Aves selvagens no claustro das gaiolas
Mutiladas do sentido do seu canto.

O homem despetalou-se na alma.
Foi ao chão das contingências.
Ansiando uma fome de vida
Da Vida que não sabe o que é.

Senzala

Fernando José Armando Ribeiro

Na vibração
dessas pedras
eu sinto

a dor dos
que já
não doem

o frio
dos que não
mais sentem

a fome
dos que
nada comem

Sua ausente presença
aqui se encontra
nessa turva
triste memória

Convite a pensar
o humano
as tradições
a história

Senzala, por ti eu sinto!
a vida aqui sepultada.
Mas sinto por nós
e por mim mesmo

Na face agônica
do outro um grito então
se abafou

seus ecos
ainda (não)
se ouvem
agora

Sonho de juiz

Teomar Almeida de Oliveira

Do menino do sertão,
das brenhas da Paraíba,
no sítio canto de “riba”,
nasceu o último varão.

A casinha sem reboco,
num lugar tão esquisito,
um ninho de periquito
em mourão de tronco oco.

A luz, só de candeeiro,
banheiro em moita fechada,
o velho amola a enxada,
debaixo do juazeiro.

A vida era bem singela
e o sonho tão pequenino,
travessuras de menino
e a correção na chinela.

A mãe, tão batalhadora,
acreditou no menino
e cantou o seu destino,
uma pobre sonhadora.

O pai, de um braço só,
não conhecia limites,

nunca sofreu de artrites,
mais forte que mororó.

Moleque trabalhador,
estudar, não era afeito,
não parou e tomou jeito
no sofrimento e na dor.

Novolindense arretado,
do vale do Piancó,
no pingo d'água deu nó,
no sonho, compenetrado.

Desejou e chegou lá,
na praça Frei Damião,
bozó e "carrim" de mão,
jamais pensou em parar.

A recompensa chegou,
degrau em degrau subiu,
e, porque não desistiu,
o menino hoje é doutor.

O sonho acabou

Valmir Graciano

E quando avistou quebradas
todas as pontes do destino,
apanhou-se atado a um tempo estagnado,
sem mar nem cais
onde pudesse amarrar
os rotos cordéis da vida espedaçada.
Mergulhou, então,
no poço traiçoeiro da memória
onde encontrou imagens, cheiros, cores, sons,
que estremeceram os meridianos e paralelos
do velho coração desatinado.
Viu-se menino
a caminhar nos campos arados pelo pai,
quando a terra mãe dava à luz
o primeiro ouro dos ipês.
Depois se deparou com os bogarís
cujo perfume embriagava as mariposas.
Lembrou-se, a seguir, da breve
mocidade atormentada;
dos companheiros mortos na floresta
naquelas batalhas de antemão perdidas;
dos tantos amores casuais e belos:
Mara Montiel, a araucana,
com a eterna fragrância dos bosques chilenos;
sua morena nudez quase sagrada,
nas suaves noites às margens do Araguaia;
a plácida Doris
a lhe abraçar
nos dias lentos

daquela chuvosa e remota primavera;
Eva Maribor
a lhe falar das rosas
que plantava na Bulgária;
e a sussurrar, depois do amor,
os preciosos versos de William Blake:
“Tiger, tiger! Burning bright
In the forests of the night,
What immortal hand or eye
Could frame thy fearful symmetry?”

Depois se lembrou dos vivos,
e dos mortos,
e da vontade cega dos errantes,
e do cego caminho dos dementes,
e dos amores pagãos que se anunciam,
e do Mar de Aral
que está secando,
e da luz dos seus olhos que se apaga.
E num repente
se fundiram os anos
e os meses
e as horas
e os minutos
e então concluiu que tudo é tardio
e que não há mais como partir,
nem ficar, nem chegar.
Encostado à vidraça,
olhou a linha acinzentada do horizonte,
fumou o último cigarro
e a amargura
tomou feição de lágrima.

Minha pele

Luiz Felipe Siegert Schuch

Minha pele não é igual a sua
Mas meu coração também bate
Minhas mãos têm cinco dedos
E trabalham até sangrar

Minha pele não é igual a sua
Mas os olhos enxergam com nitidez
O suficiente para não acreditar
Nas humilhações que fazem sofrer

Minha pele não é igual a sua
Mas meus pés sustentam o peso
Dos dias e horas caminhando
Para aplacar a fome e o desespero

Minha pele não é da cor da sua
Mas isso não deveria importar
Na essência somos todos irmãos
Nascemos e vivemos para amar...

Ela

Lívia Maria Mattos Melo Lima

É dia.

É madrugada, é hora de despertar.

Passa o café, passa o tempo, passa a estrada, passa pelo fórum.

O dia começou.

Vem audiência, vem advogado, vem pedido, vem processo, vem dilema.

Resolve problema, atende advogado, termina audiência, continua o dilema.

E fica a dúvida, fica a solidão, fica o eco no coração.

E demora, e pensa, e elabora, e estuda.

E decide.

Sem demora, chega recurso, chega insatisfação, chega elogio, chega pedido para cumprir logo a decisão.

Eis o resultado de um litígio.

Lados opostos.

Sentimentos contrapostos.

E, nesse sentir, acaba o dia.

É pôr do sol.

É hora de tirar a toga.

É hora de ir para casa, que leva tempo para chegar.

Leva trabalho para analisar, leva a vida dos processos no olhar.

Anoiteceu.

E passou, e veio, e resolveu, e decidiu, e chegou.

Agora, vai dormir.

É gente.

Cansa.

Ama o que faz.

Ela é juíza.

Lívia Maria Mattos Melo Lima – Juíza de Direito – Titular da Comarca de Passo de Camaragibe – Maceió - AL

A liberdade

Paulo Luciano Maia Marques

Hoje eu vi a liberdade
Nos olhos de um homem.
Hoje eu vi a liberdade,
Escorrendo, deslizando
Pela face de um homem
[chorava.

Não sei se aquelas lágrimas
Eram doídas lembranças do cárcere
Ou se eram a alegria extravasada
Tal qual a do pássaro que deixa livre a gaiola.

Hoje eu vi o homem (ser humano)
Que nem era criminoso, nem inocente,
Era gente.
E gente sofre, chora e erra,
Ah, como erra!

E assim, entre erros e acertos,
Sofrimento e alegria,
Perde e reconquista
A liberdade.

Paulo Luciano Maia Marques – Juiz de Direito, autor do livro de poemas “Tempo Quanto Tempo” – Natal - RN

A lama

Ara Cárita Muniz da Silva Mascarenhas

Ano novo é renovação de esperança
Mas que dizer de 2019?
Que começa assim
Afundado na lama?

Triste Brumadinho
A lama grossa, viscosa, impiedosa
Levou com ela parte da cidade
Que fatalidade.

Mas esperem!
Isso é desatino
Não há aqui fatalidade
Foi crime!

Vidas destruídas
Amores, amizades, elos perdidos
Quem é o culpado?
Por que, mais uma vez, deu tudo tão errado?

É preciso entender
Para que essa tragédia não volte a acontecer
E as famílias possam crer
Que Vale ter Fé em um novo amanhecer.

CRÔNICA

A ficção em cada processo

Primeiro lugar

Getúlio Marcos Pereira Neves

O bom escritor de ficção não passa de um colecionador de tipos, um anotador de idiossincrasias. Como a Terêncio, nada do que é humano lhe pode ser estranho. A vida humana, os tempos, os dias, os humores e o espírito do seu próprio tempo, tudo isso é matéria-prima com que constrói o edifício ficcional.

Pense-se, então, no cotidiano ofício de julgar: é o juiz, da mesma forma, um escritor, porquanto se trata de um lavrador de despachos e sentenças. Recorda-me certo colega, velho amigo, hoje atuante no segundo grau da Justiça Federal, que, convivendo em roda de literatos, dizia orgulhoso que todo ano publicava ao menos um livro – o livro de sentenças mandado encadernar pela secretaria da sua Unidade Judiciária.

Mas e quanto ao julgador que, paralelamente ao seu ofício, é escritor de ficção (que, sim, eles existem...)?

A miséria humana em suas variadas formas se observa de detrás da mesa da sala de audiências. É certo que nem todos nos damos conta – afinal, há números a relatoriar, metas a cumprir, satisfações, enfim, a prestar. São esses, também, os ossos do nosso ofício. No entanto, confesso que às vezes me pego mais interessado numa história em investigação que o tido por suficiente pela boa técnica de interrogatório. É que a sala de audiências é local riquíssimo se pomos olhos de ver (e ouvidos de ouvir), e nos deixamos livrar das “amarras” da lide. Não, não se perca de vista a razão do ato, a solenidade da forma, o ponto nodal da questão que haverá de ser decidida. Mas particularmente procuro não me deixar alhear de eventual colorido de expressão, de um

possível “a mais” de detalhes, proporcionados por testemunha disposta a se mostrar colaborativa. É, como disse, matéria-prima capaz de ser transformada em argamassa do edifício ficcional.

Uma vez, jovem juiz na Vara de Família, prestes a abrir audiência de separação do casal à minha frente, perguntei a ambos se já não havia possibilidade de reconciliação. A virago voltou o olhar ao seu contendor e então caiu em prantos, para desconcerto dele e dos advogados. De detrás da mesa de audiências fitava aquela mulher, e me peguei a indagar com meus botões qual seria a história dos dois, que um dia se encontraram, se julgaram almas gêmeas, se falaram, se envolveram, se amaram. Comovi-me, de fato. A audiência foi suspensa. Encerrava ali a pauta; dirigi-me ao gabinete.

No corredor, enquanto a virago se afastava sozinha (seu advogado exigido por outros compromissos), impaciente mulher mais jovem aguardava o varão. Posta a par do resultado (inexistente) da audiência, olhou-me sem conseguir conter expressão de raiva. Aliás, das primeiras expressões de raiva que me dirigiram ao longo da carreira. O que não deixa de constituir, também, ossos do nosso ofício. De qualquer maneira, quanta riqueza em poucos minutos de audiência! O drama humano, desta vez não diluído na insipidez do ato procedimental.

Não sei dizer, hoje em dia, em que autos de processo se localiza esta minha reminiscência. De fato, a encenação dos papéis reservados pela lei a cada interveniente no processo judicial se eterniza naquelas folhas lavradas pelo escrivão. Basta podermos recuperá-las, a esse emaranhado de folhas costuradas em autos, do emaranhado de autos findos que povoam os arquivos judiciários.

Quanto a escritores, nada impede que a vida lhes reserve o papel de intervenientes no seu próprio drama judiciário: há dias estive absorvido pela descrição dos autos do processo-crime em que Camilo Castelo Branco foi querelado por adultério. Autos ilustres: não fosse pelo réu famoso, também pela presidência do juiz José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, o pai de Eça de Queirós. Os autos foram recuperados da massa documental arquivada no Tribunal da Relação do Porto,

trazendo à tona os acontecimentos daqueles dias sombrios para o escritor e a corrê, detidos por mais de ano até o desfecho do caso.

Nos processos judiciais desenrolam-se vidas inteiras, flashes de existências humanas nos seus momentos mais dramáticos. Se os arquivos judiciários são abertos a todos, a pesquisa no material não é fácil. Se o ofício de julgar é acessível a todos por concurso público, nem todos são talhados para a função. Ao que atenta, observa, percebe, o árduo da função judicante se esvai no dia a dia pelo simples renovar do interesse a cada audiência que se abre. Nestes vinte e cinco anos de carreira, perdi a conta de quantas abri. Sei é que incontáveis foram as histórias que ouvi, as vidas que tangenciei, destinos que, sempre sobraçando a lei, acabei por influenciar. Este é o ofício. Estas as condições, estes os resultados práticos.

Daí a vida no foro se prestar tão bem de matéria-prima a quem escreve: realidades vividas cujas narrativas, congeladas nas páginas processuais, são capazes de revelar toda a dimensão do humano. De que, por força do hábito profissional, nada nos pode realmente ser estranho.

Ladrão de livros

Segundo lugar

André Gonçalves Fernandes

Recentemente, fui para Oxford. Um misto de turismo acadêmico e de pesquisa pós-doutoral, até porque, por ali, toda a academia é um ponto de visita para os curiosos e de estudo para os privilegiados: Merton, Queen's, University, All Souls, Trinity, entre tantos outros colleges que encantam os visitantes e os estudantes por sua beleza arquitetônica e pela harmonia estética gerada pela conjugação dos edifícios com os vastos bosques e alamedas. Na cidade, não há um campus para sua universidade. Nem precisaria: a cidade inteira é o campus de sua universidade.

Há muitos pubs e livrarias. E, curiosamente, uns mendigos perdidos aqui e ali. Sempre exibindo um sorriso etílico e agarrados a um opúsculo, uma espécie de companheiro silencioso no último reduto em busca de uma vida ainda não vivida. É uma resultante colateralmente pitoresca e, certamente, decorrente do alto grau de concentração daqueles estabelecimentos naquela urbe milenar.

Num domingo de sol, depois de uma visita na biblioteca da universidade e de um pint de Guinness num pub, resolvi dar o ar da graça na mais importante livraria de Oxford, a Blackwell's. Passei pelo primeiro piso e deparei-me com a seção das obras mais vendidas. Como faço por aqui, ignorei solenemente aqueles pratos de lentilha editorializados. Dei um pulo no último piso, onde estavam as obras jurídicas, e, depois, desloquei-me até as catacumbas daquela cave literária. Meu coração disparou de excitação.

Sem qualquer traço de poeira ou de umidade e iluminada como um grande magazine, lá, com algum tempo e sede bibliófila – afinal, a sede fisiológica já tinha sido saciada – comecei a fuçar nas obras usadas

para venda. A maioria gozava de um excelente estado de conservação, a causar inveja para muitas de nossas bibliotecas públicas. E até mesmo para a minha modesta coleção de livros, sempre a ocupar um crescente “espaço vital” aqui em casa, para o desconforto de minha esposa.

Puxei um volume, com quase noventa anos, cuja lombada impressionou-me. Uma verdadeira pérola artesanal. Contudo, ao abrir a folha de rosto, fiquei mais impressionado ainda com o teor do texto, escrito à mão numa caligrafia irretorquível: “Este livro foi roubado de Mr. Cameron”. Ri alto. Uma verdadeira pérola criminal. Digna de um ladrão de casaca. Depois do fato, encomendei umas obras usadas e fui embora.

No fundo, livros não têm donos. Sempre acreditamos que nada pode nos separar de nossos livros. Quando manuseio um de meus livros usados e vejo nele os nomes de seus donos sucessivamente, só posso concluir que, tenho-o roubado ou não, sou uma espécie de guardião temporal e que o fato de ele estar sob minha custódia, lícita ou ilícita, é meramente um breve episódio em sua longa história de vida.

Nunca roubei um livro. Ao menos se roubar significa tomar com a intenção de tirar permanentemente. Mas tenho uns livros “quase” roubados aqui na biblioteca do lar, pois não foram devolvidos ainda. Em minha defesa, invoco o total desaparego deles e a completa perda de contato com seus “futuros” antigos donos.

Para minha sorte, a maior parte deles mora no exterior e não lerá essa minha encabulada confissão. Já para a outra, convém desligar meu celular e tirar a bateria do telefone fixo por uns dias. Só não espero acordar com um oficial de justiça na porta e na posse de um mandado de busca e apreensão liminar.

Desconfio que a consciência dos bibliófilos é um tanto elástica moralmente: no fundo, um ladrão de livros é um amigo dos livros. Eis um bom assunto para tratar na minha próxima direção espiritual. Enquanto isso, passo a rascunhar minha desculpa: “Roubar um livro não é um roubo, desde que não seja vendido depois”. Bentham iria gostar dessa. Ou: “Como, humildemente, não sou a conclusão suprema que

um livro, com décadas de vida, almeja ter, logo, por não ser seu dono, não posso ser acusado, por minha consciência moral, de ser um ladrão”. Sócrates concordaria comigo.

Não será uma tarefa difícil. Afinal, é fácil revelar as intenções dos outros, como a do ladrão da Blackwell’s, quando elas são idênticas às nossas. Ou se parecem em muito. Mas o pior está por vir. Com a patroa, precisarei negociar mais “espaço vital” para as obras encomendadas em Oxford, o que sempre significa um duelo de visões: onde eu vejo uma unidade orgânica, composta por umas obras roubadas aqui e ali, ela enxerga uma ameaça à habitabilidade do lar.

André Gonçalves Fernandes – Post-Ph.D., é juiz de direito, professor do CEU-Law School, pesquisador da Unicamp e titular da cadeira 30 da Academia Campinense de Letras

“Tio Antônio”

(Ou “A vida vivida no cortado”)

Terceiro lugar

Robledo Matos Alves de Moraes

Todos da pequena cidade o conheciam como “Tio Antônio”. Só “Tio Antônio”. Sem apelidos ou sobrenomes. Alto. Ele era muito alto. Perto de um metro e noventa. O porte franzino e o corpo arqueado não demonstravam a força física que possuía, principalmente nos braços. Gostava de jogar “queda de braço” e se desmanchava em gargalhadas quando vencida disputas contra seus adversários, na maioria das vezes, atléticos e bem mais jovens que ele. Antes das lutas era olhado com desdém pelos fortões que, ao serem derrotados, limitavam-se a murmurar: “Que magrelo porreta!”. Eu observava a sua cara queimada de sol, com um eterno sorriso e os olhos de carneiro manso. Era um homem simpático e afável. Porém, mais que de sua força física, eu era fã de sua sabedoria.

Semianalfabeto, não o incomodava a falta de cultura que tirava de letra com sua notável vivência. Lia com dificuldade, soletrando vagarosamente. Eu achava o máximo ouvi-lo pronunciar as palavras a seu modo: “proibir” virava “empiribir”, e “dificuldade” se transformava em “dificulidade”. Morava numa minúscula gleba de terra doada pelo governo, mas tinha uma versão toda sua para a condição de donatário: “Eu sou filho do Brasil e, se o Brasil é meu pai, tenho direito natural à terra, nem que seja um pedacinho”. Para seu sustento plantou café, cana, mandioca, milho, arroz e feijão. Questionado que poderia não usufruir do café plantado, por causa da avançada idade, saiu-se com esta pérola: “Não planto só para mim, mas também para quem puder aproveitar!”.

Sem saber ler direito, valorizava muito a leitura, tanto que colocou na escola a filha do seu parceiro de roça, moça de 17 anos: “Ela precisa aprender a ler, pois as palavras escritas no papel valem muito!”. Desprezioso, era feliz com a vida simples que levava. Atrás da casa de sua pequena chácara havia um pé de caju que ele, na intimidade, chamava de “meu amigo cajueiro”. E era à sombra da frondosa árvore que ele, dedilhando uma tosca viola de coco, tomava seu tereré, refrescando-se do intenso calor mato-grossense. No último verão que passei em Pedro Gomes, vi o cajueiro carregado de exuberantes frutos vermelhos e doces de chupar.

Tio Antônio tinha três filhos, que depois da morte da mãe, foram tentar a sorte no Acre. Dizem que depois da viuvez nunca mais riu. Quando ingressei na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ao lhe externar minha alegria, ele quase sorriu, limitando-se a murmurar um quase inaudível “muito bem”. Depois, compenetrado, falou: “A vida tem de ser vivida no cortado. Se você escolheu o estudo, dedique-se a ele como um bom pai ao filho e não esqueça que, além da sabedoria do seu estudo, você tem de saber fazer de tudo um pouco”. Eu ainda o fitava, surpreso por sua significativa filosofia cabocla, quando ele arrematou: “O mais importante não é só aprender o que ensinam os livros, mas ter brio na cara, o que os sabidos chamam de caráter”. Foi nosso último encontro.

Ainda paira em minha memória a sua delgada silhueta, alavancada por um andar magnético, caminhando para debaixo do amigo cajueiro, com quem compartilhava o som plangente de sua viola. A lição do velho roceiro grudou em mim como tatuagem: “A vida tem que ser vivida no cortado, e mais importante que aprender o que ensinam os livros é ter brio na cara, o que os sabidos chamam de caráter”. O tema se incrustou em mim com tal força que o adotei como modelo de vida, mormente no desempenho profissional na magistratura.

Numa roda de viola, anos depois, fiquei sabendo o seu nome: Antônio Izídio de Souza, para mim, simplesmente um sábio. A história deste homem da roça, que morreu aos oitenta e nove anos de idade

me fez lembrar o também sábio Paulo Vanzolini, cientista e sambista brasileiro, com doutorado em Harvard, que nos deixou com a mesma idade, após uma vida dedicada à ciência e à poesia. Dele, duas pérolas: “Quem trabalha não pode ser boêmio. Ser boêmio exige dedicação. É uma profissão”. A outra: “Levanta sacode a poeira e dá a volta por cima!”. Simples assim, não? Tio Antônio e Vanzolini!

MENÇÕES HONROSAS

Procurando as batatinhas

Genacéia da Silva Alberton

Naquela tarde, o Sol se entregava sem qualquer pudor, deixando seus raios penetrarem nas frestas das janelas semiabertas, jogando-se sobre as pernas da menina que se espichava para pegar a fruta que parecia se jogar do pátio da igreja com a malícia do fruto proibido.

O verão trazia consigo o sabor do descanso, o olhar de preguiça, a vontade de deixar-se levar. E a pracinha do bairro estava repleta de crianças que corriam nos brinquedos de madeira e faziam seus castelos de areia que iam ao chão no primeiro passo de um desavisado. Um menino olhava espantado: por que aquele gigante não olhava para onde andava e o cachorrinho sem coleira não encontrava outro lugar para se refastelar?

As mães de primeira viagem, atentas às peraltices dos pequenos, encontravam, naquele local, a oportunidade de ver as vizinhas com quem costumavam dar apenas um sorriso no rápido espaço de tempo do vai e vem do elevador do edifício. A praça se tornava espaço de encontro, de conversa banal.

De repente um menininho loiro, de olhos azuis, parou de brincar com seus bonecos do Star Wars e, olhando para a avó, fez uma pergunta repentina: Você é feliz? Essa pergunta impactou a senhora que simplesmente, como as outras pessoas, queria deixar-se levar pelo tempo e o espaço do tédio, sem a necessidade de pensar. Olhou para o menino, procurando adivinhar o motivo da pergunta mais do que realmente pensando em uma resposta. Será que transparecera para o menino uma tristeza desconhecida dela própria?

Serenando, respondeu apenas: Sim. Por quê? E, o menino, com ar de incredulidade, disparou: Você não come batatinha, não come doce e não toma refrigerante. Sinteticamente, deu a fórmula daquilo que pen-

sadores, filósofos, psicólogos, teólogos insistem em procurar responder em longos tratados: o que é felicidade.

Ainda estonteada, a senhora deu um abraço gostoso no menino: Mas eu tenho você, meu querido! – sussurrou ela. Dentre tantos motivos para ser feliz estava aquele molequinho com carinha de anjo, com a doce alegria da idade. Uma voz irrompeu: Vem, Bê! Era outro garotinho que corria, buscando o companheiro para as lutas imaginárias.

Mas a pergunta ficou no ar... E a senhora, mantendo o sorriso no rosto, debruçou-se no tempo. Viu a si própria correndo esbaforida pelos corredores do colégio de irmãs, saltando degraus dois a dois; comendo, sem culpa, os bolinhos de fubá quentinhos que a mãe lhe preparava de manhã. Lembrou a banda marcial do colégio dos meninos, os gritos da torcida de vôlei, as batatinhas crocantes nos almoços dos fins de semana. Lembrou viagens, amores e perdas. Vieram ao seu encontro os amigos queridos, a presença e ausência dos pais, o ruído aterrador do fechamento dos caixões.

Onde estão as batatinhas? Elas se perderam pelo caminho com o avançar da idade? Era o sucesso dos sonhos realizados cobrando o seu preço? E as batatinhas? Percebeu, então, as alegrias do tempo percorrido, da família, dos amigos de todas as horas, dos novos desafios do entardecer.

Vem, vó, sorvete! Vamos...? Não poderia deixar passar aquela oportunidade. Os dois saíram, com a alegria de criança, deliciando sorvete de casquinha com bolas geladas de morango e creme.

E o sol, que tudo acompanhava, seguiu seu caminho, pois havia muito a oferecer a quem procura o sentido da vida. Para alguns, batatinhas!

Genacéia da Silva Alberton – Desembargadora da 5ª Câmara Criminal do TJRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Mediação da Escola Superior da Magistratura - AJURIS – Porto Alegre - RS

A luta

Olga Vishnevsky Fortes

Tinha estudado muito para estar ali. Estudara os grandes. Assistira cada luta e conhecia todos os golpes, os truques, as estratégias e, principalmente, as regras. Estava ali para elas. As regras que deveria ver cumpridas, embora não fosse sua a palavra final. Era seu ofício. Sua arte anônima. E assim deveria ser.

Quanto mais anônima sua arte, mais justa a luta. Eles estavam em seus “corners”, ouvindo quais estratégias deveriam usar para derrubar o outro. Nesse jogo, sabia, a estratégia tinha tanta importância quanto a força e colocação dos golpes. Ganharia quem deveria ganhar, nem sempre seria o mais forte, o que fazia da luta algo quase que poético. Porque nunca houvera poesia boa que não retratasse suor, ou sofrimento, ou superação.

Fez com que se cumprimentassem, como se quisesse que se conciliassem e desistissem de estar ali. Explicou o que já teriam ouvido tantas e tantas vezes. E, notou, um já teria ouvido bem mais que outro. Experiente em lutas, era considerado um vencedor. O outro, cabisbaixo, era imberbe, púbere, esquelético, apesar dos músculos aparentes. Temia, era claro.

Soado o gongo, o experiente fazia seu jogo de pernas, enquanto o novato parecia querer fugir. Quando não tinha como escapar, optava pelo “clinch”. Queria ganhar tempo. Fazia um movimento com os braços quase em riste na direção do peito do outro, abrindo-os para manter os braços do oponente seguros em sua cintura, deitando sua cabeça no ombro oposto. É que nessa competição deve haver urbanidade, e, por isso, até se abraça o adversário que se quer ver suplantado. Cabia a ele separá-los.

O experiente desferia diretos, cruzados e tentava “jabear”. Mas a esquiva era rápida, como se o blefe fosse o jogo, como se o caminho fosse mais curto que o atalho. E veio o golpe baixo aplicado pelo experiente. Dada a advertência, a consequência viria ao final, asseverou.

Ou não, pensou. Se a luta fosse ganha por nocaute, a consequência não viria. É que os vencedores massivos não sofrem por seus pequenos deslizes, lamentou.

Como se pudesse viajar enquanto seu foco estivesse na luta, via-se neles. Aprendera o jogo da ponderação, ora sensível à dor do outro, ora distante o suficiente para analisar o fato. Deveria ser assim, ou não poderia dar fim à luta no momento certo, caso um deles fosse golpeado gravemente sem cair.

Em algumas lutas ele próprio saiu golpeado. Um golpe ou outro estava habituado a receber, controlando seus sentimentos contra o agressor. Seu controle era mais uma parte de seu ofício. Algumas das regras que aplicava lhe pareciam desnecessárias, mas cuidava para que fossem observadas, outra parte de sua tímida taumaturgia.

Embora alguns de seus colegas optassem por interpretações discrepantes, destacando-se pelas polêmicas que causavam, jurou para si mesmo que a luta seria sempre mais importante que suas convicções pessoais.

Foi nesse momento, quando sentiu que deveria ser muito humano para tentar controlar sua humanidade, que o novato desferiu um “*uppercut*”. Teve que iniciar a contagem, enquanto o lutador experiente e antigo “vencedor” já jazia, sem nenhuma soberba. Estertorando, abriu um dos olhos, esperando que fosse dado um fim ao seu lamento. E assim foi feito.

Levantou o braço do novo vencedor, gesto que significava também sua vitória. Não porque torceu pelo vencedor, pois não lhe cabia torcer. Nunca. A vitória era sua pela justiça da luta.

Nenhum aplauso recebeu, pois não esperava por isso. Nenhum cumprimento recebeu, pois assim era o jogo.

Voltou andando devagar, mas de cabeça erguida. Eram tantas lutas diárias! Parecidas, nenhuma igual. Preocupava-se quanto à possibilidade de mecanizar seus atos, que perderiam seu significado. Sabia que não deveria subestimar a força da banalidade. E essa era uma outra luta. Sua e solitária. Olhou-se no espelho e, cansado, tirou a sua toga.

Olga Vishnevsky Fortes – Juíza do Trabalho titular da 7ª Vara da Zona Sul de São Paulo - SP

O anel que tu me deste

Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos

Sexta-feira. Minha vez de dormir na casa da vizinha. Contava as horas para atravessar a calçada que separava as nossas casinhas de madeira, sacolinha na mão com o traje domingueiro, esperando ansiosa para poder me recolher e me recostar àquele que fora o quarto de meu pai e de meu tio, um sabor de infância que até hoje sorvo quando olho para a janela da alma de outrora.

A porta da cozinha, que dava para a porta de nossa sala, que era de estar e de tudo o mais, fechava-se cedo. Às 18 horas se comia algo tão frugal, que nem me lembro, muito provavelmente, uma fatia de polenta assada na chapa e café com leite, de um paladar como nunca mais, que me vem água à boca. Às 19h30, quando muito, estava deitada no quarto dos meninos, onde minha avó passou a dormir depois que foram ganhar o mundo (enviuvara cedo e de meu finado avô eu só conhecia histórias de ouvir). O quarto era simples, duas camas de solteiro, uma pequena prateleira com alguns cabides e uma cômoda que guardava o meu amado relógio despertador, que marcava os minutos que amo ouvir até hoje em qualquer relógio que ressoe à tique-taque.

Disputávamos ferrenhos o direito de pernoitar, eu e meu irmão. Desconfio que naquele quarto havia alguma magia que rescendia a pó de estrelas, a sonhos infantis rascunhados nas paredes, a murmúrios de vizinha rezando o terço, lembrando os tempos de roça e de carroças a transportar lenha pela cidade. Mas a bem da verdade, além de pernoitar fora de casa, havia a expectativa pelo dia seguinte. Dia de promessas! Porque o dia seguinte era dia de feira!

Sempre que a avozinha podia nos levar (e quase sempre podia, um de cada vez, é claro! Quem poderia com dois pequenos, carregar as sacolas de feira?!), fazia questão de nos exhibir orgulhosa. Como pode?

Orgulho de exibir os netos na feira?! Essa era de fato nossa vizinha, orgulhosa dos netos até na feira. Ou ao menos eu assim imaginava, porque ela nos fazia sentir importantes!

Às 4h30 já estava em pé, pronta, e olhe que a geada naquele tempo era de matar, com o fogão à lenha flamejando, café com leite e pão quentinhos, queijo derretido, almoço adiantado, milho para as galinhas e tudo o mais. E por volta das 6 horas saíamos as duas, eu com meu melhor traje de domingo, que mamãe costurava em casa (naquele tempo não sobrava dinheiro e para ser muito sincera, nunca vira uma loja de confecções).

A feira era bem próxima de casa. Só atravessar a linha do trem, e mais uma ou duas quadras, mas para mim, o passeio era de gala. Tratamento vip na feira. Todos a conheciam, e ela parava para cumprimentar a todos em todas as bancas. As senhoras matronas como ela, de vestidos com discretas estampas florais e tamancas nos pés, paravam para conversar e comentar as novidades da semana, que eu tentava ouvir e acompanhar sem entender, como fosse a gente grande que eu me julgava. Mas sempre sobrava um elogio, um afago, uma balinha, uma fruta, um pezinho a mais de alguma verdura. Como era extensa aquela feirinha de alguns poucos metros! Como era festiva! Como era alegre o meu dia, especialmente quando chegava à barraquinha dos doces!

O dinheiro da minha avó era muito suado, como zeladora de grupo escolar que era. Contadinho. Nem sei bem que moeda valia na época. Nem imagino quanto recebia ou quanto custavam as coisas, mas sei que com um “cruzeiro” eu ia à mercearia da esquina e trazia mercadorias de verdade para minha mãe. Mas na barraquinha dos doces, sempre sobrava uma moedinha na humilde e surrada bolsinha de pano da minha avó, que me dava alguma guloseima que vinha com um anel ou uma pulseirinha colorida.

Aquele anelzinho com goma de mascar que custava, sei lá, uns dez centavos, aquelas contas coloridas das pulseiras que ia colecionando e que vinham com algum pirulito ou maria-mole, eram as únicas joias que eu possuía. E faziam meus olhos brilhar muito, até a próxima ida à feira dali a quinze dias (a próxima vez seria de meu irmão).

Exibia-as faceira. Passeava com elas, enfeitava as minhas bonecas! Pois é. Os anéis que tu me deste, vizinha querida (será que me ouves aí do céu onde sempre te imagino compondo as fileiras de Anjos da Guarda do Senhor?), eram de vidro, mas nunca se quebraram! Estão bem guardados em minha humilde casinha de bonecas, escondidos na gaveta de memórias que tenho de ti, no meu coração de neta terna e eternamente grata pelas lições, pelas primeiras Aves Marias e livros sobre os quais chorei, passados à tua bisneta, pelo gosto pelas rosas e cravos e jasmims do teu jardim sempre florido, não obstante as rudezas da vida. Aí do céu, vizinha, ensina-me a compor versos e prosas misturados a lágrimas de saudades em honra a teu beato nome, Maria Ana.

**CRÔNICAS INDICADAS PARA PUBLICAÇÃO
PELA COMISSÃO JULGADORA DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS**

Era feliz e não sabia

Denise Damo Comel

Era uma vez um médico de meia idade, bem-sucedido e com família constituída, que levava uma vida tranquila e estável. Como neurologista, tinha consultório particular, além de trabalhar no hospital da cidade, onde vez ou outra fazia plantões. Sua esposa era uma mulher amorosa e dedicada, ocupando-se apenas do lar e dos filhos, que embora maiores, eram universitários e ainda moravam com os pais. Ele era um bom marido e um bom pai. Só não era um exemplo de fidelidade conjugal, pois não resistia facilmente a um rabo de saia.

Certa feita, teve um affair com uma jovem recepcionista do hospital. Para ele, um caso qualquer, como outros que já tivera, nada que pudesse abalar a solidez de seu casamento e de sua família. Encontravam-se comumente à noite, depois do expediente, geralmente na casa dela. Ela morava com uma tia, que gostava muito do médico.

Para a amante, dizia que o casamento ia muito mal, existia somente no papel. Não se divorciava porque a esposa era muito doente e isso abalaria demais os filhos. Ela sequer desconfiava que não era bem assim. Para a esposa e filhos, justificava as ausências dizendo estar no plantão. Eles igualmente sequer desconfiavam.

E assim a coisa foi indo, até que um belo dia, entre um plantão e outro, vem a notícia da gravidez. Da amante. Ele quase endoideceu, pois não queria mais um filho a essa altura da vida. Inclusive tinha deixado isso muito claro para ela. Traidora essa mulher. Ela vai ver só. Rompeu antes mesmo do primeiro ultrassom. Mas a paternidade ele honrou, não antes sem confirmá-la pelo exame de DNA.

Entretanto, como era um bom homem e um bom pai, não deixou a pequena filha desassistida. E assim, entre uma visita e outra à criança, também revisitava a cama da mãe. Quando se deu conta, o relacio-

namento estava reatado. De qualquer forma, para ele, aquilo tinha o mesmo significado de antes, ou seja, apenas um caso.

Só que, com o nascimento da filha, a amante sentiu necessidade de ter sua própria casa, para criá-la com mais autonomia. Também para receber o amante com mais liberdade, porque depois do nascimento da criança, sua tia não mais o recebia tão bem.

Ele, como era um bom pai, comprou a casa, mas colocou no nome da filha. Com a casa, novas despesas, que a amante não tinha como arcar sozinha. Ele passou a ajudar com mais. A casa também precisava de uma reforma. Ele bancou. Móveis novos. Igualmente providenciou. E as necessidades da filha aumentavam (afinal, era filha de médico). Não deixou faltar nada. E assim, o que era apenas um caso, acabou virando união estável.

Quando ele se deu conta do rumo que as coisas estavam tomando, decidiu romper definitivamente. E assim fez. A amante, então, não teve pudores, entrou com ação judicial para ver reconhecida a união estável, pediu pensão, partilha de bens e afastamento do lar. A esposa ficou sabendo. Ajuizou o divórcio, pediu pensão, partilha de bens e afastamento do lar. Os filhos, que dúvida, tomaram partido das mães.

E ele, que era feliz e não sabia, foi morar sozinho, de aluguel, num quarto e sala. Segue fazendo plantão. Mas mantém o carro novo escondido na garagem. Que medo que dá dessa mulherada.

Fé na justiça

Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá

Era uma segunda-feira, às 13 horas.

O oficial de justiça tinha acabado de anunciar o processo que seria submetido a julgamento naquele horário: A Justiça Pública x Feliciano dos Santos. Tão logo o réu adentrou o recinto, escoltado pelos policiais que faziam a guarda do Fórum, o magistrado percebeu que aquele seria um confronto desigual. De um lado, o Ministério Público, dignamente representado pela promotora de justiça responsável pela acusação. Uma profissional de reconhecido valor, notável saber jurídico e condecorada com os títulos e homenagens inerentes ao cargo. De outro, o acusado, metido no uniforme desbotado do sistema prisional e exibindo nos pulsos um par de algemas de prata cintilante.

A leitura dos autos logo confirmou a suspeita inicial do juiz. Tráfico de entorpecentes. Inobstante o raro brilhantismo do advogado de defesa, seria quase impossível se obter uma sentença favorável ao réu naquelas condições. Mesmo porque o julgamento não costuma ser complexo em processos dessa natureza. E uma quantidade razoável da substância tóxica, apreendida em poder do acusado, geralmente é prova suficiente para a condenação.

A bem da verdade, a defesa limita-se, quase que absolutamente, a duas teses possíveis: negar a propriedade da droga ou assumi-la sob a justificativa do uso exclusivo. Nenhuma das duas variáveis, contudo, socorreria o réu na hipótese. Negar a propriedade de entorpecente encontrado em seu próprio veículo era argumento que não convenceria nenhum julgador. Dizer que era para uso próprio quantidade de droga bastante para fazer tribunal e plateia delirarem por semanas inteiras de insanidade, afigurar-se-ia risível. A sentença condenatória era inevitável.

Enquanto a promotora inquiria as testemunhas arroladas, o juiz folheava o processo à procura da folha de antecedentes do réu – já procedendo ao cálculo mental da pena a ser aplicada. Pendurado no centro da parede, exatamente atrás de sua cabeça, um crucifixo de metal retratava a imagem de Cristo, que parecia acompanhar a leitura dos autos por detrás dos ombros do magistrado. E eis encontrado o documento: o prisioneiro era reincidente.

Foi quando a acusação se deu por satisfeita e o juiz passou ao interrogatório do réu. Ele parecia pouco à vontade em ser tratado como Feliciano – talvez estivesse mais habituado à alcunha de Meio Quilo constante da denúncia – mas se manteve resolutivo em negar até o fim a autoria do crime.

Encerrada a instrução, veio a lume um pedido singular da defesa. O advogado insistia em que se permitisse a entrada da esposa do réu para cinco minutos de conversa. Esclareceu que ela trazia consigo a filha do casal, nascida há dois meses, para que o pai a conhecesse.

O juiz hesitou por um breve instante.

Ele sabia que a Corregedoria acabara de editar um ato normativo desaconselhando esse tipo de conduta. Mas sabia também das dificuldades enfrentadas para a visita de presos na unidade penitenciária: os deslocamentos, as filas, os horários restritos, a documentação exigida para o cadastro da família e por aí vai... Lembrou-se, então, da própria filha recém-nascida que, àquela hora, devia estar em casa, sob os cuidados da mãe. Sopesou os argumentos e as implicações legais e, por fim, a balança pendeu para o lado humanitário.

– Mandar entrar a esposa e a filha – ordenou o magistrado ao oficial de justiça.

Não demorou muito e a mulher cruzou a porta, trazendo no colo uma linda bebezinha que dormia serenamente. Com o desvelo de uma mãe carinhosa, a esposa desenlaçou cuidadosamente a manta que envolvia a criança e a apresentou ao pai. O acusado suspendeu as mãos, ainda preso às algemas, e, sob o olhar atento dos policiais, tocou o rostinho da filha com a ponta dos dedos. Uma lágrima transbordou a linha

d'água e deslizou pela sua face no exato momento em que a menina abriu os olhinhos, como que reconhecendo a figura paterna.

Antes de deixar a sala de audiências, o prisioneiro ergueu lentamente a cabeça e olhou para o magistrado em sinal de gratidão. Os olhos marejados se acenderam numa faísca de luminosidade e um leve sorriso se esboçou em seus lábios. Não era um sorriso comum.

Era daquele que ainda tinha fé na justiça.

O juiz o fitou de volta e retribuiu a cortesia com a mesma gentileza. Também não era um sorriso qualquer.

Era daquele que ainda tinha fé nos homens.

Carta para Cícero

Gabriela da Conceição Rodrigues

Querido Cícero,

Ainda não nos conhecemos. Você ainda está gestando em meus sonhos. Mas os sonhos são reais e eu te vejo entrando correndo pela porta da sala e deixando a mochila em cima do sofá. “Em cima do sofá, Cícero? Quantas vezes já te disse pra guardar no quarto?!”

Você volta correndo, pega a mochila e me devolve um “foi mal!”. Seu bom humor invade a sala e eu me esqueço do motivo pelo qual me irritei com você. Antes de você ir hibernar em seu quarto, senta no sofá que eu preciso conversar com você.

Você viu o noticiário? Mataram mais amigos seus. Um tinha 16 anos e estava em um beco com um saco de pipoca doce nas mãos. Pensaram que era droga. Ele foi julgado e condenado à pena máxima: um tiro solitário em sua nuca, enquanto outro colega desmaiava a seu lado, fingindo de morto, para não ser atingido também. Há pouco tempo outros amigos seus também foram condenados à pena de morte. Eles tinham saído para comemorar o primeiro emprego de um deles, não era? Dizem que eles levantaram as mãos, que não reagiram, mas os “homens” sempre dizem que houve troca de tiros, armas, gangues, tráfico. Soube que a mãe de um deles faleceu neste fim de semana... isso mesmo, meu filho, dizem que foi por depressão.

Cícero, tem pena de morte no Brasil sim. Não para todo mundo, mas pra você tem, meu filho. O Brasil está em guerra contra você. Por quê? Porque você é preto, você é pobre, você é favelado (ou parece), você é suspeito, você é meliante, você é “de menor”, você é alvo e tem uma bala aí fora procurando a sua cabeça para finalmente te eliminar e você passar a ser número, percentual e estatística.

Por isso Cícero, não sai sem documento. Não olha nos olhos dos “homens”, abaixa a cabeça, abre as pernas, coloca a mão na parede, tira o boné e responde “sim Senhor, não Senhor”. Não contesta os “homens”, engole a raiva, engole a revolta, engole o choro, engole tudo, mas não responde, Cícero, por que eu não quero ter que lavar teu sangue na calçada da rua!

Os “homens” não querem saber seu nome, querem seus antecedentes. Sua melanina o condena antes que você possa abrir a boca pra se defender. Você já está errado e é um preto safado, mesmo que tenha só seus 12 anos. Os “homens” têm armas que te esperam, que foram treinadas para matar seu corpo, para espalhar seu sangue, para te ver como alvo e sentir seu cheiro de suspeito a distância. Por isso, não responde, não enfrenta, não olha nos olhos, abaixa a cabeça vagabundo e volta vivo pra casa, que eu estou esperando. Os “homens” têm armas e a “sociedade” tem as justificativas que os absolvem, mas eles não podem matar sua alma.

Diante dos “homens” você se cala, mas com a “sociedade” você grita, expõe, extravasa, luta. Não deixa que eles te coloquem no muro, não ouse abrir as pernas, tirar seu boné e não abaixa essa cabeça! Expõe o racismo deles, por que racismo velado não se discute, não se resolve. Não pediram pra você cortar o cabelo por causa de surto de piolho, ou pra melhorar a aparência, ou por que o cargo exige, ou por que você tá desleixado, ou por que tá parecendo desempregado, mendigo, drogado. Não, Cícero. É racismo, mascarado do que for, mas é racismo.

Os “homens” matam seu corpo e por isso eu quero que você se cale diante deles. Mas a “sociedade” tem matado muitas almas, só que a sua eles não vão matar. Diante dela você não vai se calar nem vai ter que se explicar. Quem tem que engolir o choro quando você ocupar a casa grande vai ser ela, por que você vai ocupar.

Vai ser visto de branco sem piadas de “pipoqueiro ou pai de santo”. Vai ser doutor, vai ser professor, vai ser chamado de senhor. Vai entrar em bancos sem voltar na porta de detecção de metal, vai ter motorista e carro de luxo sem ser parado na blitz, vai poder ir à esquina de

moletom comprar seu lanche no domingo à noite sem que atravessem a rua quando te virem colocando o capuz na cabeça pelo frio. Vai ser o que quiser e vai estar onde quiser, por que o mundo te pertence.

Por isso, Cícero, eu não corto seu cabelo e eu te falo de heróis negros que o mundo não conhece, mas que você tem que conhecer. Mas eu não posso lutar contra as armas dos “homens” e a “sociedade” ainda alimenta o imaginário coletivo em que você é vilão. Então, coloca o documento no bolso e não sai sem ele. Abaixa a cabeça pros “homens” mas não se cala pra “sociedade”, porque mudando ela os “homens” mudam. Eu luto com você, meu filho, mas eu não quero te ver estampado nas páginas do jornal, não quero te reconhecer no IML, não quero te sepultar numa quarta-feira à tarde nem ter que lavar seu sangue na calçada na quinta-feira. Não quero que questionem meu luto nem a idoneidade que eu te dei. Escolha suas batalhas, Cícero. Lute contra os que querem levar sua alma, mas mantenha-se vivo, não pelos “homens”, mas por mim.

Sobre Deus e dor

Waltides Pereira dos Passos

Há muito tempo eu nada escrevia. Cansei.

Talvez fosse levado por uma preguiça mental, fruto da desilusão, do desencanto, por ver minha família, aos poucos, se esfarinhando.

O termo “esfarinhando” pode parecer grotesco e vulgar. Porém, junto com o passar dos anos lembra uma expressiva frase de Millôr Fernandes: “Você percebe que está ficando velho quando a maioria de seus amigos está morrendo”. Bastante sintomática!...

Embora eu lute, contradiga e não aceite; apesar de todas as ideias em contrário – um turbilhão maluco – ouço sempre estas palavras com muita fé: “Para todas as coisas há o momento certo. Existe o tempo de nascer e o tempo de morrer” (Eclesiastes 3.1-2). Será mesmo? Não posso duvidar?

Talvez por ser fã da verve de Batista Custódio, ou por ser velho amigo da família Bittencourt (ou ambos), Dona Veneranda e seus filhos Zé Luiz, Inez e Carlão (principalmente estes), me apequenei como um ratinho frente a um gatarrão, ao ler, já há algum tempo, “O cálice da amargura”, um emocionado artigo daquele jornalista, onde menciona o falecido Carlão. Temerário dizer mais a respeito de assunto tão íntimo e amargo.

Apesar de tudo, confesso: chorei. Senti muito, ainda mais por ter sido amigo de farras do Carlão. O Nelson tem fotografias nossas, já amareladas pelo tempo, com as bundas enterradas nas areias das praias do Rio Araguaia, dando gargalhadas e tomando cervejas. Não poucas, a bem da verdade.

Reverbero-me, pensando: dizem que Deus existe. Não duvido. Mas também não tenho tanta certeza quanto à sua “serventia”. Pode ser um amigão, ou um castrador. Dá, ou tira. Ou então dá, depois

tira. Deus é forte? Pode ser, mas eu gostaria de “um deus fraco, que pudesse chorar comigo”. Assim, seríamos dois amigos íntimos, dois irmãos. “Unha e carne”.

O poeta e cronista Rubem Alves disse, de forma doída: “Ter um deus forte é saber que, se ele tivesse querido, ele teria evitado a morte. Se não evitou é porque não quis. Ora, se foi ele quem matou, não pode estar sofrendo. Está feliz, por ter feito o que queria. Assim, ele é culpado da minha dor. Mas, se é um deus fraco, isso quer dizer que não foi ele quem ordenou – ele simplesmente não pôde evitar”.

O genial compositor e cantor carioca João Nogueira (1941-2000), tentando se assemelhar, ao máximo, à figura de seu querido pai, que, inclusive, lhe ensinou a tocar violão, clamou: “Troquei (nós, goianos, diríamos briguei) de mal com Deus por me levar meu pai!”. Com a morte do “velho”, parte dele também se foi, continuando ainda “com medo do espelho se quebrar”.

Com a morte do meu pai, senti uma dor imensa, embora tenha chorado pouco. Não sei por quê. Em seguida, Ele (quem será Ele?) leva meu jovem sobrinho e, pouco tempo depois, sua mãe, minha irmã.

Agora, impiedoso, Deus leva meu filho. Aí é demais. Não consigo parar de chorar. Tem dó, meu Deus!

Meu velho já vivera 70 anos. Vá lá, fez muitas coisas boas. Sofreu um bocado, mas viveu e venceu a batalha árdua de anos de realizações várias, úteis e proveitosas, perdendo apenas para a morte implacável, esta maldita vencedora, ao final da jornada.

Já o seu neto, meu querido filho, com apenas vinte e seis anos, foi levado repentinamente, por um Deus certamente forte, ditador ou tirano, não sei se bom ou mau. Apenas o levou. Sem mais nem menos.

Ainda valendo-me da mente brilhante e da alma poética de Rubem Alves, em sua crônica “O acorde final”, não há como discordar de sua assertiva, embora dolorida, de que tudo que é belo é passageiro, quando, tristemente, diz: “Tudo o que fica perfeito pede para morrer”. Teoricamente falando de flores.

Quanto a mim, só me resta contemplar, pasmo, a fragilidade e, principalmente, a tristeza da vida, até o dia em que o Deus forte, cruel e insensível, resolva dizer: – BASTA!

Até lá, continuamos, eu e meu deus fraco, abraçados e chorando juntos. Nada mais podemos fazer, além de dividir a mesma dor.

Waltides Pereira dos Passos – Juiz de Direito aposentado, membro da União Brasileira de Escritores, secção de Goiás (UBE/GO), natural de Paraúna - GO

A estátua

Wilson Safatle Faiad

No coração da capital goiana, no cruzamento das avenidas Goiás e Anhanguera, na praça Atilio Correa Lima, há a Praça do Bandeirante. A escultura, feita em bronze, possui três metros e meio de altura e é visível a todos que por ali passam. O mais curioso é que o monumento fora criado pelo artista plástico Armando Zago, que atendera à solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, com o desiderato de ser doado ao povo goiano. Se as bandeiras saíram de São Paulo, nada mais justo do que a ideia haja partido de estudantes paulistas.

A praça, onde está a estátua, é histórica e presenciou vários movimentos estudantis, sociais e políticos na capital. No entanto, na contramão da importância histórica, teve seu tamanho diminuído durante o correr dos anos em razão do crescente movimento de carros em suas imediações. Se a praça diminuiu de tamanho, a estátua, ao contrário, se avolumou.

A estátua retrata Bartomoleu Bueno da Silva, tendo nas mãos um bacamarte e uma bateia. Muitos mitos cercam o bandeirante, mas é forte a versão de que viera ao sertão goiano, pela primeira vez, em 1682, saindo de São Paulo com sua expedição, acompanhado de seu filho. Também há a versão de que a estátua fora feita para representar Bartolomeu Bueno da Silva Filho, que retornara ao estado nos idos de 1722, junto com uma expedição de 150 homens, aproximadamente, em busca de ouro.

Histórias à parte, Goiânia, quase o centro geográfico do Brasil, tem enorme coração, cujo sangue pulsa por todos os ângulos e artérias. O centro é dominado pela Art Déco, em voga quando da construção da capital; quem caminha por suas ruas respira, de relance, ares franceses. Nada sobressai mais numa cidade do que o estilo de suas construções;

é o que fica na lembrança e o que, no fundo, nos impressiona. Mas, se a opção for conhecer os bairros mais recentes, há de deparar com prédios modernos e estilos arquitetônicos arrojados. Alguns prédios destoam da planície e transmitem a ideia de que mudaram a geografia por completo. Se a opção for conhecer as artérias mais distantes, fica a sobranceira impressão da simplicidade, da vida quase interiorana. Temos mesmo a impressão de que Garoto, Vinícius e Chico Buarque se inspiraram em alguns bairros para compor “gente humilde”.

Mas, a pujante capital tem ares brejeiros. Decantada por ocasião da “Marcha para o Oeste”, o antigo estado, com capital construída e planejada nos anos 30, é puro interior e nisso reside o seu encanto. Formada por migrantes e imigrantes, a todos parece cair o mesmo ar tépido e os dias de forte calor enlaçam sem dó os habitantes.

Dias desses, fui ao centro. Andar por suas avenidas e ruas evoca tempos idos. Sentei-me num banco, perto da Praça do Bandeirante. O barulho, durante o dia, ensurdece. O sol a pino tira a clareza necessária para enxergar os objetos. As pessoas apressadas, entrecruzando o tempo todo, parecem desaparecer no infinito. Somos frutos das entradas e bandeiras? Perguntei-me. Responder sim seria puro simplismo. As coisas mudaram. As cidades parecem, todas, uma só, na correria e no afã do dia a dia.

Um engraxate, descalço, aproximou-se de mim. Perguntou se eu queria engraxar os sapatos. Mostrei-lhe que eu estava usando tênis. Seus olhos lânguidos e fundos escondiam a fome, por detrás dos gestos lentos. A desilusão parecia tamanha que ele mal olhou para meus pés. Dei-lhe uma quantia em dinheiro e ele desapareceu como num passe de mágica.

Já no final do dia, olhei para a estátua, cuja cor reluzia ao sol poente. Parecia de ouro, pensei. O ouro que, há tempos, servira como forte chamariz à colonização. Seria ilusório como o pôr do sol sobre a estátua, pensei comigo mesmo...

Concentrada

Thielly Dias de Alencar Pithan e Silva

– Eu vim aqui “pra” pegar meu filho – disse a mãe, logo no início da audiência. A voz tão cheia de razão e marcada pela impaciência e pela rispidez, propositalmente ignoradas por todos. Uma senhora de meia idade, com o cabelo desgrenhado, rosto pálido, boca seca e dilatada. Olhos fundos. Vestida até os pés. Roupa larga, que só lhe cabe por conveniência ou por necessidade mesmo.

A fala despertou olhares impacientes e pouco surpresos, já acostumados com este enredo tão comum no cotidiano forense.

– A senhora e todas as outras – pensou um dos doutos à direita.

Cumprimentos. Declaração de abertura. Outras formalidades mais. Sorrisos adestrados. Tudo em perfeição, ao menos na forma.

Seguindo ao que interessa. À pergunta que não quer calar:

– Qual foi a razão do acolhimento? – indagou a que conduz.

– Teve nada não, doutora. Sou boa mãe. Foi tudo um mal-entendido. Não sei o que aconteceu. Não fiz nada de errado. Já foi tudo resolvido – disse a senhora da fala apressada.

A explicação contraditória e pouco crível, e a narrativa evasiva, típicas em casos tais, já começam a demonstrar que o final do ato não será como se anseia.

A que decide já sente o desconforto da cadeira e a mão, cansada, oscila e deixa cair a caneta. Respira fundo e com interesse, mas pouca expectativa, prossegue:

– E a rede, o que diz?

– A casa estava uma bagunça. Droga. Álcool. Violência e abandono. Marcas pelo corpo da criança. Negligência e abuso. Nada mudou até agora.

Tudo conspirava em desfavor da senhora que se sentia injustiçada. A gravidade oculta em sua narrativa simples e apressada fora agora

revelada com severidade pelos agentes públicos que não aconselham nem tutelam. Apenas agem com a eficiência que o caso exige, em quase todas as vezes.

– Família extensa interessada e apta, há? – Na esperança de receber uma resposta positiva, a interlocutora segue questionando.

– Não há nenhum interessado. Todo mundo tem seus problemas. Ninguém quer ter dor de cabeça, doutora.

É a cabeça da que pergunta que começa a latejar instantaneamente. Ela tenta rapidamente construir uma solução ou ao menos encontrar um percurso seguro. Pensa nas possibilidades de desfecho. Descarta acordo e julgamento, ao menos por ora. E, resoluta, aceita a originalidade do caso, e continua:

– Atualmente, a criança como está? – indagou à coordenadora.

– Progredindo. Bem cuidado. Estuda. Alimenta-se. Brinca. Está muito feliz. Não lhe falta nada. Só sente falta da mãe – respondeu satisfeita a profissional.

Apenas a última frase ecoa no ouvido da que escuta. Um cenário aparentemente tão perfeito é apresentado. – A criança está bem agora, é o que importa. – Ela se convence rapidamente em pensamento. Mas, em seu íntimo, a consciência lhe recorda que a casa, que acolhe e cuida, não tem paredes vermelhas nem amarelas, mas azuis. Ela é de muitos e de ninguém.

Já com a anatomia rendida ao formato da cadeira, a que costuma ter sempre certeza, pensa profundamente em como a trama se complica. Buscando por algo confiável e seguro, invoca a aritmética porque a imprecisão do Direito não ajuda. O que tem maior peso? O que vale mais? Excessos afetuosos ou cuidados cinzentos? Necessidades materiais ou afetivas? Nenhum resultado é alcançado. A conta não fecha! Ao acrescentar um, o outro automaticamente subtrai. Há sempre um débito remanescente. E o saldo negativo é debitado na conta de quem nem sabe contar ainda. Lembranças. Marcas. Ausências. E o tempo urge.

O devaneio é interrompido por uma fala austera:

– Não há como reintegrar. Devemos mantê-lo onde está – opinou um dos entendidos.

O outro já se apressa em ponderar que mãe é mãe e que agora ela tem condições de cuidar do filho. – Separar mãe e filho é coisa grave. Não pode banalizar – disse quase em tom de súplica.

Contraditório estabelecido. Equilíbrio garantido, ao menos para os coadjuvantes. O protagonista nem ali está.

Após ponderar e refletir, a ouvinte vê, com pesar, sua ilusão – de solucionar o caso na audiência – dissipar-se vagarosamente. Acostumada a ter segurança, ela digere agora a incerteza. Simplesmente não sabe como solucionar o drama. Aliás, duvida que haja desenlace capaz de poupar lágrimas.

O ato tem que findar. Emposta a voz e começa a verborragia. Frases como “melhor interesse”, “dever do Estado e da família”, “negligência”, “abuso” e “fortalecimento de vínculo” compõem a trilha sonora do ambiente.

Tentando ser convencida pela própria fala e sem conseguir pre-nunciar o termo, é interrompida pela senhora apressada e cheia de razão, que finalmente entende o sucedido:

– Não vou levar meu filho, doutora?! Isso é um absurdo. Até quando? O coitadinho está sofrendo! – disse, quase gritando, a genitora, já iniciando um pranto incontido.

Sobressaltada, a que costuma ser segura abrevia a explicação. Frases curtas e secas encerram o ato, sem solverem o drama: – Acolhimento mantido, por ora. Esta é a decisão. O acompanhamento continua. Audiência encerrada.

Com a sala se esvaziando, o espaço antes ocupado pelos soluços é agora invadido pelo silêncio, grave e convidativo. Uma imersão é inevitável.

Revisita falas. “Não há como reintegrar”. “Não pode banalizar”. “A criança está bem cuidada”. “A situação da mãe não mudou nada”. Enquanto as frases se repetem, ela pensa em como as coisas chegaram a este ponto e em como todos ali estão certos, o que não ajuda em nada.

Quer dizer, quase todos, porque ainda tem aquela senhora toda errada. A mãe, que diz amar, mas não cuida. Alcoolista e drogada. Uma

pessoa incoerente. Repreende-se por julgar antecipadamente. E como as certezas não ajudam, talvez a dúvida favoreça.

Relembra então a história contada. – Talvez seja útil pensar sob a perspectiva da culpada – pondera ainda cheia de dúvida.

Nada demais. Só a mesma história de sempre. Vida difícil. Privações. Sofrimento. – Como se isso justificasse! – Não encontrou nada que pudesse ajudar.

Afinal, não importa se ela não teve mãe e teve um pai pouco presente. Se cedo conheceu droga, bebida e uma vida deprimente. Se a prostituição foi por longo período sua única fonte de renda. Se nunca conheceu cuidado, carinho e teve uma infância horrenda.

Se o Estado lhe faltou e só apareceu agora para retirar o filho. Cuida dele, mas ela, quando criança, sempre foi um empecilho. Se mesmo violentada, resolveu manter a gestação. Isso é irrelevante, ora! Poderia ter dado para adoção!

Racionaliza que a vida também é dura com as outras pessoas. Mas, percebe a incoerência que de seus pensamentos ressoa.

Extenuada, se dá conta de que, em alguns processos, simplesmente não há culpados. Só pessoas com suas mazelas e que tornam tudo mais complicado.

Condenar a mãe não ajuda em nada, tampouco resolve o problema. A mãe sai condenada, mas é o filho quem cumpre a pena.

Segue trancado em uma casa, bem cuidado e sozinho. Os esforços foram concentrados, mas ainda não ajudaram o menino.

Precisa assinar a ata, mas o texto ainda não está acabado. Decidiu o quê, afinal? Nada. Foi tudo adiado.

Abismada em seus pensamentos, ela encerra sem concluir...

E finalmente assina, ainda sem decidir.

CONTO

O coveiro Valdemar

Primeiro lugar

Helio David Vieira Figueira dos Santos

Sobre o portão do cemitério da pequena cidade no interior do nordeste há uma inscrição talhada em madeira onde se lê *revertere ad locum tuus* e por baixo dela, uma ou duas vezes por semana, passava o coveiro Valdemar, que não lhe dava mais atenção. Ninguém se lembrava de quem a tinha colocado ali, mas era muito antiga e conservada pelo clima seco do sertão e se desconhecia o seu significado, pois a região era pobre e mesmo o vernáculo era mal dominado. O coveiro Valdemar exercia o seu ofício naquele lugar há quase 50 anos, e em tempos idos, teve vontade de retirar a placa, pois pensava que era bobagem anunciar alguma coisa em latim. Ele sabia que ela fora instalada a mando do padre jesuíta Irineu, de quem tinha muita lembrança de sua infância, e por reverência conteve seu ânimo. Quando o padre morreu, o coveiro Valdemar cavou sua sepultura com grande esmero. Aprendera o ofício com seu pai, que desde moço exercia a mesma atividade em várias localidades daquela região. Cavou também a cova dele e depois de tantos anos labutando ali sabia identificar de olhos fechados onde cada defunto estava enterrado. Tinha boa fama e famílias faziam questão de que as covas de seus parentes fossem cavadas por ele, que era mesmo um profissional de pá cheia. Não apenas fazia as escavações como conhecia as regras do seu ofício, tinha sua marca de 07 palmos para mostrar aos desconfiados, embora soubesse há muito tempo que a profundidade de uma cova ideal chegava na altura de seu pescoço. O buraco era feito no esquadro e ficava tão geométrico que o sujeito não podia deixar de admirar sua arquitetura. As pessoas ficavam muito satisfeitas ao ver o caixão pousado ao lado daquela boca negra, onde desceria suave e sem trancos, como um ele-

vador moderno. Essa era uma garantia que o coveiro Valdemar dava à clientela, nada de sobressaltos, folgas ou empenamentos numa hora tão decisiva e essa simetria e ajuste davam a impressão de que o defunto ficaria mais bem acondicionado ali do que dentro do próprio caixão.

Aconteceu de um dia morrer um advogado que nascera no lugar, mas havia tocado a vida na capital e havia dito aos amigos que desejava, no momento oportuno, ser enterrado no que ele dizia ser o seu “torrão natal”, talvez com receio de violações de seu túmulo, pois era sabido que não gostava de prestar contas aos constituintes e não eram poucas as ameaças legais e pouco legais que andava sofrendo nos últimos tempos. Assim, quando partiu deste mundo num atropelamento noturno sem testemunhas, seus sócios resolveram satisfazer sua última vontade. Apenas alguns poucos familiares e seus dois sócios compareceram ao enterro, cuja cova foi encomendada ao coveiro Valdemar, como era esperado. Ao entrarem no cemitério, um deles apontou para a placa, cutucou o outro e sorriu. Valdemar notou esse gesto e sua curiosidade se atiçou. Aproximou-se dos dois e perguntou:

– Bom dia, senhores. Notei que o cavalheiro apontou a inscrição e riu – disse ele dirigindo-se ao mais corpulento – Há décadas não vejo ninguém reparar nela...

– Ora, meu bom coveiro – disse o advogado, notando a enorme pá em que se apoiava o coveiro Valdemar – Aquela é uma inscrição em latim muito verdadeira.

– E o cavalheiro sabe o que ela significa? – perguntou o coveiro.

– Claro, nós advogados temos que conhecer essas coisas, pois usamos nas nossas petições, o direito é muito complexo e uma citação em latim sempre tem seu lugar, não é colega?

– Sim, respondeu o outro, mais magro e baixo, sorrindo também – é de lei, dura lex sed lex...

– E o cavalheiro pode dizer o que significa? – insistiu o coveiro Valdemar.

– Claro, meu bom garimpeiro, quer dizer “volta ao lugar que te pertence”.

– Humm – resmungou o coveiro – o uso do verbo voltar até que serve, cavalheiro, mas o mais apropriado seria o verbo retornar, me parece. Mas o problema, não está aí, doutor, de fato não está aí. Antes fosse, porque uma palavra costuma ter vários sinônimos, isso também é de lei. Mas o cavalheiro há de convir que há uma diferença entre voltar e retornar, não acha?

Os advogados ficaram surpresos com aquela observação que consideraram impertinente e o corpulento resolveu divertir-se um pouco depois do sepultamento:

– Ora, colega, temos aqui um coveiro que parece entender mais do que apenas abrir buracos. Mas nós dois sabemos que tanto faz voltar ou retornar que vai dar tudo no mesmo lugar, não é mesmo?

O magro achou graça do trocadilho e completou: – no mesmo buraco, o nobre colega quer dizer, por certo.

E os dois caíram na risada e o coveiro também riu, mas disse:

– Sim, cavalheiros, o buraco é sempre o nosso ponto final, mas qualquer um pode voltar de qualquer lugar, por exemplo, pode voltar da privada para a sala, ou voltar porque esqueceu as chaves, mas apenas aquele que vai ao túmulo está retornando, os cavalheiros compreendem? Retornar tem um conteúdo de emoção, de reencontro, de retorno. É como morrer e falecer, há uma diferença, não há cavalheiros? O seu sócio, que acabei de cobrir com esta pá, na sua honorável opinião morreu ou faleceu? Ou como se diz por aí, esticou as canelas ou retornou ao Pai?

– Eu diria, caro escavador, que a esta altura ele está apresentando seus memoriais, mas a que magistrado não arriscaria dizer – disse o causídico corpulento, fazendo com que o outro batesse nas pernas de tanto rir:

– Não é possível, hoje o colega está de morte, com o perdão da palavra.

O coveiro Valdemar não gostou do rumo que os dois advogados imprimiam à conversa e foi com uma ponta de decepção que falou baixinho, como se a frase lhe saísse boca afora por vontade própria:

stultorum infinitus est numerus, o que surpreendeu os advogados, que não estavam preparados para aquele tipo de sofisticação e o primeiro começou a perder seu bom humor e desafiou o coveiro:

– Em primeiro lugar, como você, um coveiro – um bom coveiro, com todo o respeito, uma nobre profissão a sua – sabe que o verbo ali em cima é retornar e não voltar? Por acaso estudou Latim?

– Cavalheiro, que bela imagem compôs, o verbo acima! O verbo está em tudo senhor, aliás, o Verbo em Pessoa estava no Início, se não me engano. Mas, não, não sou eu quem diz, um pobre coveiro. É o verbo. Podemos dizer que todo mundo se finda, mas uns morrem e outros falecem. Só pode falecer quem deixa saudades. É a raiz semântica, *fallescere*, cavalheiro, que nos dá a diferença. É curioso que um bode possa falecer e um homem apenas morrer, não acha? Mas divaguei, perdão. O verbo é retornar porque ali está escrito *revertere*, que é a única expressão apropriada naquela frase. Sim, cavalheiro, eu estudei latim, meu pai me obrigava – e isso, deixe ver, *facies tempus*, uns cinquenta anos – a apreender essa língua com o padre que era o patrão dele e que colocou essa placa infeliz aí na entrada. Essas coisas ficam grudadas na cabeça da gente à força de tanta repetição, casos e declinações. Mas como eu dizia ao cavalheiro, o problema não é o verbo *revertere*, mas sim o pronome possessivo *tuus*. Está errado, cavalheiro, uma vergonha para o padre – bem, ele era jesuíta, sabemos como é – mas quem sou eu para mexer nisso. No cemitério de Arapongas também colocaram uma placa em português, que parece um convite sinistro, mas não é. É apenas o *memento mori*: “Nós que aqui estamos, por vós esperamos.” Dá tudo no mesmo. E o cavalheiro nem percebeu o problema do possessivo, é claro, pois já não diferenciou retornar e voltar... É difícil, realmente, não é para qualquer um. Eu já pensei em tirar essa placa daí, mas há algo que também me agrada. Como os cavalheiros podem notar, a madeira foi escavada em baixo relevo, o que é muito pertinente para o propósito do lugar. Aqui, cavalheiros, só para o fundo.

– Ora, um sabichão aqui, colega – disse o corpulento, rebolando-se um pouco à moda do júri – Então és um tatu, explica qual é o misté-

rio da inscrição, que nós burros da cidade grande não temos capacidade para entender essas enormidades.

– Pois não, cavalheiro, é sempre um prazer conversar com pessoas educadas e modestas. Tuus, cavalheiro, é masculino, e no latim há a forma neutra, tumm. Acredito que o senhor tenha uma perfeita noção de que para este pousio retornam os defuntos de ambos os sexos, não é mesmo? Desta forma, o correto seria “Revertere ad locum tuum”. E agora, se me desculpa, preciso recolher minhas ferramentas. Foi um prazer, finalmente, comentar esse assunto, depois de tantos anos. Passem bem, cavalheiros.

– Espere um pouco – disse o advogado – se você é tão esperto e instruído, por que nunca conseguiu nada melhor do que passar a vida fazendo buracos?

– Ora, cavalheiro – respondeu o coveiro Valdemar – minha profissão é necessária e tem sua própria ciência. Tenho grande apreço por ela. Encovo e desencovo. Isso é muito instrutivo. Por exemplo, o cavalheiro. Só de observá-lo, posso garantir que tem um esqueleto robusto debaixo dessas carnes macias. A cova há de aquecê-las, se é que me entende. E não acredite nessas histórias que se contam por aí de que é preciso esperar cinco anos para desenterrar um corpo. Seis meses são o bastante, sabendo fazer as coisas direitinho. Geralmente basta não colocar aquele véu sobre o defunto nos velórios e deixar as moscas depositarem bastante ovos e larvas. Os cadáveres para elas exalam um perfume irresistível. Garanto-lhe que assim deixando exposto o seu defunto para um enterro na última hora, quando o nariz já começa a escorrer, no primeiro mês o cadáver do cavalheiro vai inchar e ferver como uma buchada, mas em meio ano, tudo será paz, o cavalheiro terá produzido uma das mais belas ossadas que este cemitério já acolheu. É uma pena que o maxilar desencaixe e a caveira apareça desmontada, e o cavalheiro tem um sorriso tão largo, mas o que se há de fazer... dou-lhe minha palavra de que a cova ficará mais justa do que esse seu paletó. Aliás, se me permite uma observação final, sempre sorrio quando abro um túmulo e vejo um esqueleto de gravata. É grotesco, cavalheiro. Passar bem e revertere.

Ao ouvir isso, o advogado recuou lívido e procurou apoio na manga do colega, que exclamou:

– Vá para o inferno.

– O inferno não existe, cavalheiro, apenas o pó.

O informaticídio

Segundo lugar

Vanilson Rodrigues Fernandes

Avelino, meia-idade. Nem novo, nem velho. Hábitos arraigados. Pijama de bolinhas é sua roupa de cama. Dorme de bruços e, embora coloque o relógio para despertar às seis e meia da manhã, sempre acorda cinco minutos antes do tilintar do despertador. Filho único. Vive com a mãe. Idosa, de andar cansado e escarros profundos. A velha senhora, também de rígidos hábitos, está sempre sentada na cadeira de balanço à espera da morte, como ela mesma faz questão de dizer.

Avelino, funcionário público. Trabalha no protocolo há mais de 20 anos. Recebe petições, carimba e as encaminha para os setores competentes. Triagem e orientação dos que procuram o serviço público é o seu forte. Há muito pegou gosto pelo que faz. O trabalho dá-lhe a importância que a simplória vida nunca deu. O contato com as pessoas e com as enormes pilhas de papel lhe traz a vivacidade que carece.

Cioso e amigável. Sempre recebe os usuários no setor de protocolo com um sonoro bom dia. Conversa, informa, dialoga, encaminha, aconselha e, amiúde, é duro. Sabe que todos têm problemas. Não quer criar outros. Paciente, ouve as histórias, os causos, choros, lamentações e, em meio aos atendimentos, até as piadas. As pessoas não querem somente o serviço, querem atenção, diz.

Boa pessoa e funcionário dedicado, reconhecem os colegas de trabalho. Operário padrão. Bem-humorado. Não entendiam uma esquisitice. O velho servidor detestava celular. Sempre usava o telefone convencional para se comunicar com os amigos da repartição. Aquilo era tido como um absurdo, nestes tempos em que a modernidade tomava conta da vida. Dizia que o celular lhe causava dor de cabeça.

Ouvira falar também que o uso do aparelho podia provocar câncer. Era um ardil. Avelino tinha aversão ao uso de qualquer aparato tecnológico. Detestava as máquinas nos bancos. Enfrentava horas na fila para pagar suas contas diretamente no caixa.

Desconfiado, um frio lhe correu a espinha, quando chegaram os primeiros computadores para a repartição. Ainda bem que trabalhava no protocolo, pensou. O mecânico ato de receber requerimentos e carimbar papel não poderia ser substituído por coisa alguma, arrematou Avelino divagando em pensamentos. Aos poucos, as máquinas se apossavam do lugar. Por ora, no entanto, o protocolo estava a salvo.

Tempos modernos não param. Logo, o novo fica velho. Por decisão do ministro, todo o serviço seria informatizado. O papel estava com os dias contados. Era a política do “Papel Zero – peticoneletronicamente”, slogan que acabava com a necessidade de entregar fisicamente requerimentos. Carimbo, caneta, numeração de páginas, etiqueta, processo físico, papel, tudo seria coisa do passado, obsoleto. Agora, bastaria um computador com acesso à internet. O usuário enviaria remotamente sua petição. O próprio sistema a encaminharia para o setor competente, sem a necessidade de passar pelo protocolo físico da repartição. A última cidadela caiu, o setor seria desativado.

Desesperado, Avelino estava com a notícia. Antes, lépido e divertido, passou a viver mal-humorado. Preocupação constante e noites sem dormir. Alguns pensaram em depressão. Era só temor, porém, das máquinas. O que aconteceria com seu posto de trabalho? Seria remanejado? Teria que trabalhar utilizando um computador, como já acontecia com a maioria dos colegas? Mas como? Mal conseguia olhar para a máquina. Perderia o contato com o público que vinha procurar os serviços? Incertezas povoavam-lhe os pensamentos.

Logo a notícia foi confirmada. Acabou-se o protocolo. Todos os pedidos, requerimentos e petições deveriam ser encaminhados pela via eletrônica. Isso evitaria o uso de papel, economizaria dinheiro aos cofres públicos e o usuário sairia ganhando. Não teria mais que se deslocar até a repartição, perdendo tempo, enfrentando filas e congestio-

namentos. O benefício seria geral. Ninguém pensou em Avelino. Não queria mudar. Estava afeito ao trabalho do modo como era. Carimbar papel, receber e ouvir as pessoas lhe dava um êxtase. A vida na repartição ganhava sentido com esses encontros. O homem do protocolo, sempre cordial, estava com os dias contados.

Aconteceu o porvir. Transferido, Avelino foi para o setor de controle. Uma sala com diversas baias, todas com computador. Alguns colegas, mais novos, usavam fones de ouvidos. Outros, absortos. Hipnotizados pela máquina. Poucos o receberam; sequer dele lembravam. Sentiu-se um estrangeiro. Um alienígena, na verdade.

Primeiro dia. Nem conseguiu ligar o computador. Ensaiou um toque com os dedos no teclado. Recuou. Impossível seguir. Náusea. Que troço, pensava consigo. Sudorese. Mal-estar. Cabeça rodando. Quase um desmaio...

Freitas, antigão, único a perceber Avelino. Da mesma idade e época de entrada na repartição. Adaptou-se fácil aos novos tempos. Nem de longe teve dificuldades com o computador. Ao contrário, decantava as maravilhas da modernidade. As máquinas facilitavam a vida de todos. O trabalho ganhara agilidade. O que levava horas para se fazer, passou-se a se fazer em minutos. Freitas, entusiasta. Avelino, sorumbático.

Talhado, Freitas sabia que ninguém gosta de mudanças. A adaptação aos novos tempos, a modernidade, ao admirável mundo novo, era necessária, porém. Avelino não precisava temer. Logo, logo, tal qual ele, estaria surfando nas ondas da net. Falou-lhe de suas dificuldades iniciais. Superou tudo quando viu o potencial daquelas máquinas maravilhosas. Máquinas maravilhosas, repetia Freitas.

Incentivou. Avelino ia conseguir. Tinha que tentar. Dar os primeiros passos. Era como ser alfabetizado de novo, dizia. Propôs-se a ajudar. Sugeriu a compra de um computador pessoal para aperfeiçoar o aprendizado. Com o tempo, notaria que não se tratava de um inimigo. Não otimizaria só o trabalho, mas a própria vida. Avelino praguejou e jurou cruz credo. Jamais. Faria o quê? Era necessário sobreviver e manter o emprego. Não conseguia lidar com aquela situação. Mal dormia. Era atávico, mais forte do que ele próprio. Não teve jeito, capitulou.

Ajudado pelo Freitas, sentou-se em frente à estação de trabalho. Conseguiu ligar o computador. Não se sentia confortável. Ensaiou os primeiros passos. Nauseava. Aquilo não era sólido, nem líquido, tampouco gasoso. Não tinha cheiro, era insípido. Não se tocava no texto. Novo mundo. Desconhecido. Movediço. O que era aquilo? Não vou me adaptar.

Os dedos tremiam. Desacostumados, tocavam o teclado com vigor maior do que o necessário. Uma angústia vinha do fundo da alma. Não sabia o motivo, mas sentia. Perpassava o corpo inteiro. Suor gélido lhe tomava conta. Saiu correndo para o banheiro. Uma diarreia nervosa o atacou. Assim terminou a primeira tentativa do Freitas em ajudar o amigo.

Naquela mesma noite, Avelino não conseguiu dormir. Náuseas. Pensamentos constantes lhe assaltavam a mente. Tenho que conseguir, tenho que conseguir, tenho que conseguir...

Dia seguinte. Um bagaço pela noite mal dormida, mas a decisão estava tomada. Encarar a fobia. Além de começar a usar a máquina na repartição, seguiria o conselho do Freitas: compraria um computador para usar em casa. Aprender, navegar, adaptar-se. Estava na hora de se vestir do novo. Vamos lá, pensou.

Em vão. O mesmo episódio do dia anterior se passou quando Avelino tentou novamente usar a máquina na repartição. Náusea, suor frio e diarreia nervosa. Mas não seria vencido. Mesmo não se sentindo bem, pegou o Freitas pelo braço e saiu decidido a comprar um computador, instalá-lo e aprender a manuseá-lo. Vencerei meu medo, custe o que custar, falou para si.

Chegou em casa com aquela enorme caixa. Freitas a tiracolo. A mãe estranhou, porém, já estava acostumada. Mais uma esquisitice do filho, em meio a outras. Freitas sugeriu que instalasse o computador no quarto. A intimidade viria mais rápido. Assim foi feito.

Tarde da noite. Freitas deixou a casa de Avelino, não sem antes repassar as instruções básicas. Ligar, desligar, acessar a internet, o editor de texto, imprimir. Pronto, o caminho das pedras estava à sua frente. Era só trilhá-lo com calma e paciência, disse Freitas ao se despedir.

Avelino tomou um banho. Colocou seu pijama de bolinhas. Deitou. Da cama olhava desconfiado para a tela escura. Sentia medo de estar tão perto daquela máquina. Virou-se e tentou dormir. Nada. Uma curiosidade febril invadiu-lhe o corpo. Ansiedade. Remexia-se na cama. Levantou-se. Devagar, aproximou-se e se sentou diante do computador. Com uma tremedeira na mão, ligou-o. Não sem certo receio, passeou os dedos pelo teclado...

A madrugada correu e logo o sol deu o ar de sua graça.

Avelino chegou à repartição com enormes olheiras e fatigado. Como não o notavam mais, os colegas nem sequer perceberam sua aparência. Freitas ausente. O costume chamava para o cafezinho antes do início do expediente. Todos vão. Uns traziam pão quente. Outros, bolo, frutas, enfim. Aquela pândega matutina era um costume no setor de controle. Único momento de contato físico entre os colegas. Sozinho, Avelino ficou em sua estação de trabalho. Já não era o mesmo de antes.

O burburinho matinal dos comensais, de repente, foi quebrado pelo estampido de um tiro. Correria para ver o que houve. Na baia de Avelino, seu corpo inerte e ensanguentado jazia na cadeira em frente ao computador. Braços arriados. A cabeça levemente inclinada para trás. Uma perfuração de bala bem no meio da testa deixava à amostra um enorme buraco. Uma leve e rarefeita fumaça saía do computador. Na tela, era possível ver uma pistola fumegando, ainda apontada na direção de Avelino.

Naus frágeis

Terceiro lugar

Durval Aires Filho

O meu desejo de fotografar o Vapor Beny começou logo que a embarcação aportou no Cais do Mucuripe, no final dos anos 60. Empolgado com a profissão que abracei, vi que a bandeira argentina e seu rosto convidavam a uma foto. Ancorou em Fortaleza de forma emergencial. Debilitado, fugia da navegação que já o castigava severamente. A propósito, as autoridades marítimas ficaram perplexas com a sua situação deplorável. O Beny passou por várias reformas, na tentativa de superar o passado, mas o tempo tem um sentido que não se oculta: envelhecer coisas, com as marcas indeléveis de sua passagem.

Pelos relatos foi possível saber que tudo ali estava comprometido: as caldeiras, as velhas máquinas e o sistema de governo. Nada funcionava. A pergunta que não calaram leigos e expertos: como chegou até aqui? O Tribunal Marítimo condenou seus responsáveis: o Capitão João Brandão de Albuquerque e o Chefe das Máquinas Romualdo Miranda Jordão. Aplicaram uma multa de cinco salários em cruzeiro novo. Mas o Beny há muito estava condenado. Com longas folhas de serviços prestados em alto mar, hasteavam a sua tristeza e o seu legado agora consumido pela ferrugem. O Contra-Almirante José Quintas de Oliveira soltou um detalhe importante: “o Beny navegava havia décadas sem bandeiras “alto-prumadas”.

Seramente abalado, sua saúde ficou ainda mais debilitada devido a um impasse de sua última viagem. Sem provisão de água doce, utilizaram água salgada para refrigerar as caldeiras. E, como era de se esperar, a salubridade causou graves danos ao sistema de propulsão. A ocorrência pareceu irracional. À primeira vista, o Capitão da Capitania

dos Portos teve dúvidas: medida partida de um prático, ou decisão de uma alimária?

Claro que foi uma solução catastrófica. Mas deixá-lo à deriva sobre as águas neutras da morte não era a melhor opção. Seguiram viagem sob os caminhos e rotas. Seja como for, chegou aqui em 1968, mas no dia 18 de janeiro de 1969 ele começou a adernar. Retiraram a carga de sal. Inútil. Na manhã seguinte, o Vapor Beny foi de encontro a outros minerais, tocando para sempre o fundo da “Enseada do Mucuripe”, na mesma entrada em que afundou o grande Amazonas.

Devia ser meio-dia de 30 de outubro de 1981, quando a ordem do comandante do Amazonas ecoou pelos sete mares: – “marujos, abandonem o navio!” Mas a baleeira e a balsa não funcionaram como salva-vidas. Passavam das 13 horas, quando recebi a notícia de que o cargueiro começou a adernar. Antes, hesitara em aportar no Mucuripe, preferindo a cabotagem. Vinte centímetros de água no porão justificaram a ordem de “arribar de volta”. O comandante foi levado a bordo da cabine, sob um sol luminoso de limpar neblinas e extinguir respingos. Desceu ao convés e, entre mastros, determinou contenções. Tarde demais. Meia hora depois, antes de fotografá-lo por inteiro, o cargueiro passou a inclinar. Faltando duas milhas para aportar, foi a pique motivado por um rasgo no casco de 28 por 5 centímetros. Lanchas em recreio resgataram a tripulação. No outro dia, a manchete seguida de registro sem os meus créditos: “Inquérito Vai Apurar Naufrágio no Porto”.

Às 17 horas fiz outra cobertura fotográfica e nova edição foi fechada com a matéria: “Brigas e Correrias nos Saques da Carga”. Neste trabalho, conversei com marinheiros sobre o desfecho do navio. Eles me relataram que, de fato, além de óleos vegetais, toneladas de jutas e de toras de madeiras, o Amazonas transportava eletrodomésticos, cristais raros, peças e objetos da Zona Franca de Manaus. Deles, ainda a informação de que havia também uma Honda CB 400, na época valorizada, mas essa motocicleta nunca foi encontrada pelos escafandristas.

Logo, minhas lentes dimensionaram populares, na Praia de Jacareacanga, movidos com certa fúria, visivelmente tomados por uma espé-

cie de “febre do tesouro”. Tive medo desse estranho mercado que ali se formou. Cada qual disputava o seu “quinhão dos salvados”, quando as caixas e os contentores de ferro, levados pelas ondas e tufos do mar, eram arrombados à base de marretadas e seus objetos, então liberados pela co-biça, vendidos, a seguir, aos contraventores, espertalhões e oportunistas.

O petroleiro Mara Hope teve um fim diferente do Amazonas. Não afundou. Segundo o jornalista F. S. Tavares, a embarcação estava sendo rebocada para Taiwan e, no dia 21 de março de 1985, acabou encalhada aqui. Conta que fora fabricada em 1967 pelo Astilleros de Cádiz, na Espanha, e o Mara era o mesmo Juan de Austria, um portentoso petroleiro com mais de 150 metros de comprimento.

Na fala fantasiosa dos pescadores, o navio escapou dos laços que o prendiam e por ele mesmo procurou ajuda, rumo à Companhia Naval. Mas a turma da capatazia deixou escapar que foram os próprios vigias que desacorrentaram a embarcação. A versão oficial foi que, no meio da noite, renegadas águas do mar, em moção, arreventaram os cabos de aço que a prendiam. Desacorrentado, o cargueiro viajou à deriva cerca de três milhas, apenas obedecendo as correntes marinhas, até desencalhar na Praia de Iracema, bem em frente a um estaleiro. Depois de várias tentativas de ressuscitação, concluíram pela perda do navio. Logo iniciaram uma força tarefa de desmonte com o objetivo de recuperar tudo que fosse possível aproveitar, segundo a ordem de seus representantes.

Paralelamente, à noite, com os mesmos propósitos, os piratas não perderam tempo. Em poucos anos, restou do Mara apenas uma grande proa, sobre ela um velho guindaste que desafia o tempo. Ainda hoje nadadores mais astutos passeiam por seu porão. Outros escalam o velho navio apenas para apreciar a vista e fazer várias imagens como eu mesmo fiz, não faz tempo, uma panorâmica da belíssima orla da Beira Mar que serviu de acervo para uma sofisticada publicação a pedido do Secretário de Turismo.

Cinco anos passaram desse encalhe. Era o primeiro dia da semana. Tudo conspirava para ser um dia de trabalho exatamente igual a qualquer outro, quando a embarcação Marajó deixou o Mucuripe, para

iniciar sua rotina comum de captura à lagosta. Ocorreu que os ventos agitados expulsavam rapidamente as horas. O mar não estava para peixe, oscilava humores e rangia em segredos. Repentinamente, apresentou uma fenda enorme, como explicou o mestre Chico das Águas: “por esse buraco, o barco entrou e não saiu. Quase na mesma hora veio uma imensa onda que o embrulhou de vez. Não dava para esperar. O prático e os pescadores se lançaram, enquanto o barco sumia devagarinho”.

Às 9 horas, de um agosto de 1986, o Marajó, defronte ao Porto das Dunas, afundou. Listaram causas: os fortes apelos da ventania do mês; a má distribuição da carga formada pelos apetrechos de pesca; as ondas elevadas e, juntando a elas, uma informação inesperada dizia de sua fragilidade. A rigor o Marajó não era um navio, como eu mesmo e tantos outros fotógrafos imaginávamos que fosse, mas simplesmente um barco a motor, com aparência de grande embarcação, apresentando uma improvisada cabine de aço na proa onde abrigava um rudimentar sistema de governo.

O acidente ficou conhecido devido à sua localização. Existe um paredão de pedra e ali, para operações marítimas, a Companhia Docas havia instalado um guindaste do tipo Titan. Duas ocorrências – o tempo e o abandono – fizeram desaparecer essa grua. Como foi marco durante muitos anos no cotidiano dos pescadores, até hoje o afundamento do Marajó ficou conhecido como o “naufrágio do titanzinho”, como se os resquícios das ferragens consagrassem uma lenda. Afinal, disse meu amigo e cronista Paulo Lébeis Bomfim, “o nome veste o fantasma” e, assim, ficou vestida a memória.

Nos anos dramáticos da Segunda Guerra Mundial, contam os antigos jornalistas, o imponente Siqueira Campos era um navio a vapor de fabricação germânica, que havia sido confiscado pelo governo brasileiro como ressarcimento aos danos causados durante a primeira grande guerra, até ser adotado com este nome pelo Lloyd Brasileiro. Viajava tranquilo. Partiu de Natal. Temendo ser abatido pelos alemães, navegava à noite, com luzes apagadas, paralelamente ao navio Cuiabá, sob a escolta de dois caças submarinos: Juruá e Jaguarão.

Vencendo ventos intensos e marés agitadas, um marinheiro sonolento se precipitou ao revelar que havia visto o submarino alemão passando próximo ao comboio. Antes da confirmação da notícia, formou-se uma confusão. Afinal, o Siqueira tinha péssima fama. Poderia estar sendo caçado. Havia sido impedido de zarpar do Porto de Lisboa, por transportar um carregamento de armas oriundas da fábrica alemã Krupp e, noutra feita, até aportar no Brasil, foi alvo de um bombardeiro nazista, na altura de Cabo Verde.

O fato é que, em 24 de agosto de 1943, ao tentar a costa – por motivos óbvios, submarinos não gostam de praias – fugindo das ameaças, o cargueiro Cuiabá, que navegava ao lado, fez uma manobra infeliz e desastrosa, chocando-se com o Siqueira, devido a um alarme suspeito, mais ou menos nas imediações de Canoa Quebrada, facilitando o trabalho do submarino alemão que mais tarde afundaria o Itagiba, na Bahia, liquidando também o Baependi, o Araraquara e o Aníbal Benevides, em Sergipe.

O Baron Dechmont foi outra vítima dos alemães. Era uma imensa e bem cuidada embarcação que comportava três ilhas de trabalho: uma na proa; a segunda na meia-nau e a outra na popa. A folha não destacada do calendário de bordo registrava domingo, 03 de janeiro de 1943. O dia tocava seu fim, quando uma forte explosão surpreendeu o cargueiro, cujo estampido deixou a tripulação atônita, marinheiros batidos. Oficiais com muito espanto e indescritível pavor.

Sem aviso, o navio foi atingido logo na altura do primeiro porão. Começou a afundar de proa. Os tripulantes passaram à Baleeira. O submarino inimigo veio à superfície e surpreendeu os sobreviventes. O temido capitão Harro Schacht, o mesmo que recebeu das mãos de Hitler a medalha “Cruz de Ferro”, perguntou, em inglês, quem respondia pelo comando, o que conduzia e qual era seu destino. O comandante MacCullam se apresentou. Nada disse. Detido, desceu como prisioneiro de guerra e os naufragos chegaram ao litoral aterrorizados. Foram solidariamente acolhidos pelos pescadores da Vila de São Gonçalo do Amarante.

O tenebroso U-507 submergiu, mas no dia 13, dez dias depois do ataque ao Baron, o tenente aviador L. Ludwig avistou três botes

salva-vidas dispersos, com sobreviventes. Logo percebeu que ali em mar aberto estava o assustador submarino e, sem perda de tempo, os pilotos americanos identificaram o alvo, bombardeando-o de forma implacável, até que a máquina gigantesca desapareceu, deixando uma enorme mancha negra de óleo sobre o vasto oceano.

Após a guerra, realmente foi confirmado o seu afundamento, o fim de sua atividade letal e a morte de 54 alemães mais 4 prisioneiros ingleses, na mesma arena em que o Baron Dechmont pereceu, em águas rasas, defronte à Praia do Pecém. O corajoso capitão MacCullam teve um triste fim com mais três compatriotas. Sem que os pilotos soubessem, acabou sendo vítima dos próprios aliados.

Afora os bombardeiros, penso que em quase todos os relatos que colhi, existem, no DNA desses episódios, um ponto: o erro humano. Nesse rol: erros involuntários e outros decorrentes de decisões racionais. Convém separar o “erro” da “escolha”. Há outros tipos de falhas que escapam da razão. Refiro-me a certas causas que nada têm em comum com o centro do problema. Normalmente, acidentes no mar acontecem devido ao peso desmesurado, deficiências técnicas, associadas ao voluntarismo, à falta de cautela, ou até mesmo motivado pelo crime.

Nenhuma tragédia teve causa tão imponderada como a do Siqueira Campos. O ponto cego: um marujo sonolento revelou que havia visto um submarino alemão a poucos metros. Ninguém checkou a notícia. Utilizaram as ondas do rádio. Formou-se um pânico devido a possibilidades de morte no mar e sofrimento na costa, motivando o choque do Cuiabá com o cargueiro. Imprevisibilidade ou não, o fato é que, nas águas, os erros são revestidos de grandes perdas materiais, desaparecimentos, óbitos e dor. Aconselho, a partir desses cinquenta anos de fotógrafo especializado em naus frágeis: “quem for da terra que permaneça firme porque o mar só respeita mesmo os deuses”.

MENÇÕES HONROSAS

Pontius

Erson Teodoro de Oliveira

O Sol poente avermelhava a linha do horizonte e marcava de amarelo e azul as bordas das pequenas nuvens que pareciam estacionárias lá em cima, na amplidão. As ruas ainda estavam cheias de pessoas que caminhavam apressadas, a maioria vinda do centro religioso e comercial em direção aos bairros da periferia. O ar começava a se impregnar com o cheiro de lenha queimada e de gordura de cordeiro sendo aquecida ao fogo. Os altos muros do templo lançavam suas últimas sombras sobre o seu escuro entorno. Aquelas estreitas ruas, com pouco, começariam a se mostrar vazias.

– Patrão, posso recolher os animais? – perguntou Ethan.

O homem gordo e velho, de aparência cansada, cochilava na cadeira com a cabeça caída sobre o peito. Ethan se deteve. Yitzhak era um bom patrão, tratava-o como se trata a um filho e, em troca, recebia a retribuição do respeito e da obediência próprios de um filho. Esse sentimento de ser tratado como filho se intensificou depois que a patroa faleceu e o velho ficou só, com o encargo de tocar o negócio e de cozinhar para si mesmo. Quando, meio sem jeito, o avisou de que estava montando família com Yarin, falou de forma humilde, dando a entender que o fato já tinha acontecido, mas falando como se pedisse autorização e não comunicando o acontecimento. Pensava que, talvez, pudesse perder o emprego, porque, agora, a ração diária que o patrão lhe dava como pagamento pelo dia trabalhado deveria aumentar. Ao menos um pouco deveria aumentar. Felizmente, Yitzhak entendeu. Concordou repetidas vezes com a cabeça, chamou-o para si e o abraçou. Mais que isso, cinco meses depois – meu Deus, só cinco meses depois! – ele teve de comunicar, cheio de vexame e quase choramingando, o nascimento da filha. O velho, olhando-o de forma circunspecta, mas com um meio

sorriso nos lábios, deu a entender que já esperava aquela notícia e outra vez o abençoou. Um dia, quem sabe, se fosse obediente, respeitoso e se se fizesse suficientemente útil, Yitzhak o chamaria para ir, com Yarin e o bebê, morar com ele. Yarin era uma boa dona de casa e ele, mais que ninguém, entendia tudo do negócio com os animais. Talvez essa providência até já se fizesse necessária há algum tempo, mas ele não teria coragem de fazer a proposta. Poderia não soar bem, ser mal interpretado e... Não, não poderia partir dele.

Ficou sem saber se era ou não apropriado ao empregado acordar o patrão de seu cochilo, mas em breve estaria escuro. Aliás, o velho já havia trazido a pequena trouxa com os mantimentos, que era o seu pagamento pela diária de trabalho. Já estava se fazendo tarde. Resolveu chamá-lo, tocando-o delicadamente em seu ombro.

– Yitzhak, Yitzhak!

– Hum?! – balbuciou o velho, enquanto se levantava, com dificuldade, da rústica cadeira onde adormecera sentado.

– Posso recolher os animais, patrão? – voltou a perguntar Ethan.

– Ah, os animais! Sim, sim! Os animais! – o velho sussurrou, fazendo gestos como se pretendesse mostrar que estava desperto e atento a tudo.

Ethan trabalhava em uma loja instalada duas quadras ao sul do Templo. Começou como um comércio, nos fundos da casa, dedicado à venda de animais para sacrifícios. Coelhos, bodes, cordeiros e bezerrinhos. Até touros bravios Yitzhak negociava, mas estes somente sob encomenda. Era uma demanda rara, limitada à gente ligada ao Templo, a grandes e abastados comerciantes e a oficiais do alto escalão militar. Com o tempo, passou a negociar, também, com animais que também serviam para o consumo diário. Galos, galinhas, frangos, pombos. A tarefa inicial de Ethan era alimentar os animais, mantê-los apaziguados e recolher os estrumes que os bichos punham. Com o tempo, passou a tomar parte em todo o negócio, inclusive nas transações de compra e no controle de entregas. Seu patrão sabia que a gente mais simples esperava até as últimas horas do dia para adquirir um animal, crente de

que o preço, ao fim do expediente, fosse menor. Em verdade, sempre se obtinha um desconto. Mas os descontos já estavam embutidos no preço final. Quem comprasse nas primeiras horas do dia, pagava os descontos dos que compravam ao cair da noite. Por isso o homem gostava de manter seu estoque de animais à vista do povo até a última claridade.

– Pronto, patrão. Os animais já estão presos.

O velho foi conferir. Os bichos de pena e os coelhos estavam presos em suas gaiolas e os cordeiros, bodes e bezerros em seus devidos cercados no quintal, nos fundos da loja. Os pequenos cochos de madeira estavam cheios de água até em cima e um balde enferrujado estava a um canto, cheio de estrume até a boca. Yitzhak confirmou com a cabeça e pôs o braço no ombro de Ethan. Mais para se apoiar, mas, também, para demonstrar seu agrado. Em seguida voltou para a frente da loja, pegou a trouxa com a ração diária e a entregou para Ethan.

– Obrigado, Yitzhak. Até amanhã.

O velho esperou que seu empregado se afastasse e fechou a porta. Poucos solitários transeuntes ainda se esgueiravam pelos becos onde, durante o dia, as pequenas lojas do comércio faziam a multidão fervilhar. Ethan morava em uma das últimas casinhas do final da rua que marcava a entrada na cidade e que levava ao Templo. O barulho de suas sandálias batendo sobre as pedras do calçamento indicava a urgência com que desejava chegar ao seu destino. O turvo véu da noite já recobria Jerusalém.

Ethan chegou apressado. Yarin, sua jovem esposa, já o esperava com a pequena filha no colo. Parecia ter acabado de amamentá-la. O fogo já estava aceso e a água fervia. Ela o recebeu com as mãos estendidas e pegou a pequena trouxa que ele trazia. A menina sorriu ao ser pega pelo pai. Ambos olharam para ver quais mantimentos o patrão lhe dera como pagamento do dia. Yarin esboçou um sorriso e correu a preparar o jantar. Ethan também sorriu. O bom Yitzhak estava mantendo a ração aumentada desde o nascimento do bebê.

Quando as tochas nas entradas das tabernas, das pousadas e dos prostíbulos já estavam todas acesas, uma estranha claridade começou a

ser vista na colina ao leste da cidade. Pessoas paravam e se interrogavam sobre o que seria aquilo. Em pouco tempo, luzes de imensas fogueiras iluminavam toda a colina distante. Pais e filhos saíam à rua ou subiam para as lajes de suas casas para admirar a imensa linha de fogo que transformava a colina em um horizonte inflamado. Sussurros de boatos começaram a circular de boca em boca. O medo de que a cidade fosse incendiada fez as ruas se encherem de curiosos falantes e alarmados. Que estranho inimigo seria aquele? Por quais secretos caminhos teria ele chegado, escondendo os sinais de sua aproximação? Quais seriam suas intenções?

Pouco a pouco, no entanto, o falatório cedeu lugar a um silêncio profundo. Um estranho temor controlava a voz e as ações do povo. Matariam toda a população? Banhariam de sangue as ruas da cidade? Viveriam todos, na pele, a dor mais intensa que se pode impor a um povo subjugado? Mensageiros do Sinédrio foram enviados aos quatro cantos da cidade, expedindo ordens para que todos mantivessem a fé e se recolhessem às suas moradias. Eles também não sabiam a que espécie de ameaça estavam sendo submetidos.

Foi difícil a noite. Chefes de família rezavam e interrogavam seus deuses sobre terem sido suficientes seus jejuns nos períodos de prostração. Os mais religiosos procuravam, na memória, a existência de alguma profecia que apregoasse, naquela era, a destruição da cidade e do Templo. Ou – o que era pior – que vaticinasse o final definitivo dos tempos. Mas as chamas ardentes permaneceram brilhando no topo da colina e não rolaram ribanceira abaixo em direção à cidade, como muitos supunham fosse acontecer. Podia-se sentir o cheiro de resina e de madeira queimadas. Ao final, o povo pareceu concordar que, fosse o que fosse, a linha de fogo que assombrava a cidade permaneceria sobre a colina. As pessoas obedeceram às ordens dos sumo-sacerdotes e se recolheram em suas casas. A apreensão não se dissipou totalmente, mas o cansaço e o sono amenizaram o medo reinante. Silenciosa, mas em sobressalto, Jerusalém adormeceu em paz.

O despertar da cidade ocorreu mais cedo que o normal. As casas da periferia, erguidas ao longo da estrada calçada que levava para

os limites da cidade, ainda eram sombras escuras que se destacavam na penumbra. Chaminés ainda não expeliam a fumaça do preparo da primeira refeição e o avermelhado do céu, pelo sol nascente, mal dissimulava a escuridão que ainda se via no poente. O choro angustiante da criança fez Yarin se levantar e ir até o berço tentar acalmá-la e amamentá-la. Também para Ethan, o choro da filha foi o primeiro sinal do despertar do dia. Depois, um longínquo cantar de galo e o barulho da primeira carroça a transitar pela via confirmaram que a hora do repouso se acabara.

Jerusalém se cobriu com o véu azulado do dia que clareava e suas ruas se fizeram vivas de transeuntes. Primeiro se ouviu o estranho eco, reverberando no espaço. Não se sabia o que era, mas, certamente, vinha pela estrada. Logo, o barulho intenso e contínuo de centenas de cascos de cavalos, o batido seco da marcha de milhares de soldados e o barulho de dezenas de carroças militares sobre o calçamento da via fez aquela parte da cidade estremecer.

Pelas ruas, o falatório se fez ruidoso. Temerosas e assustadas, as pessoas cochichavam, gritavam e choravam. Uma mulher jogou-se de joelhos ao chão e levantou os braços, gritando por clemência. Alguém chegou a cavalo, todo esbaforido, no meio da turbulência do povo:

– O novo governador! O novo governador chegou!

Ethan e Yarin se debruçaram na janela para contemplar o acontecimento. Mas logo Ethan afastou a mulher e fechou a janela. Ele sabia que a Judeia entrava em período convulsivo toda vez que um novo comandante militar chegava de Roma. Não se ignorava o apetite cego de Roma pelos impostos. Impunham uma ordem absoluta e matavam para garantir sua observância. Queriam que produzissem mais, que negociassem mais e que pagassem mais impostos.

Alguém muito poderoso estava chegando. Pensando melhor, Ethan decidiu que a ocasião era importante demais para se ocultarem. Eles eram apenas mais dois no meio da multidão e as tropas não estavam atacando o povo. Então não iriam atacá-los. Tomou o bebê no colo, pegou Yarin pela mão e abriu a porta.

A via de acesso ao centro da cidade ficou lotada e as pessoas se apertavam junto às paredes das baixas construções. Um grande corpo de soldados, montados e perfilados, invadia a estreita via. Atrás dele vinha a massa de soldados a pé, marcando a cadência da marcha com a batida da sandália nas pedras do calçamento. Passavam tão rentes às construções que Ethan podia sentir o cheiro forte dos homens e dos animais. Que longa jornada tinha sido para eles! Atrás dos soldados, com toda certeza, vinham dezenas de carroças barulhentas, repletas de utensílios, alimentos e objetos da arte da guerra.

À frente do esplendoroso cortejo militar, montado em um grande cavalo branco, seguia o novo governador. Seus escudeiros, poucos metros à sua frente, ostentavam os símbolos e efígies do Imperador de Roma. Um grupo de moleques saiu correndo e se atropelando à frente do desfile. Cães magros ladravam por toda parte.

Com olhar irrequieto, com porte altivo e compleição inclemente, o chefe coletor de impostos olhava por cima dos olhares da gente comum que se assustava, mas que também se comprazia e se consternava em vê-lo. Os corações pulsavam. Dois cavaleiros vestindo túnicas brancas e se cobrindo com longas capas vermelhas, cada qual segurando um longo mastro do vistoso Estandarte da Águia Romana, seguiam imediatamente atrás do novo governador.

Ethan e Yarin voltaram para o interior da habitação e se entreolharam com resignação. Já tinham visto o suficiente. Ela apertou o bebê junto ao corpo, como a protegê-la. Ele se preparou para ir para o trabalho. Provavelmente Yitzhak manteria seus animais escondidos, para não ser pilhado pelos soldados – o que inevitavelmente aconteceria, caso o Sinédrio não reconhecesse, de pronto, a nova autoridade e a obrigação de manter toda a tropa abrigada e alimentada.

Indiferente à apreensão de Yarin, a procissão militar continuou sua marcha em direção ao templo. À medida que avançava, a multidão crescia e se apertava, cada vez mais, junto às construções. Muitas casas mantiveram suas portas e janelas cerradas e seus moradores espreitavam, pelas frestas, a ameaçadora marcha dos dominadores. Nenhum

estabelecimento comercial se prontificaria a abrir suas portas, enquanto a cidade não fosse informada das regras acordadas entre o romano e o sinédrio.

A sorte estava lançada. Pontius Pilatus chegava a Jerusalém e exibia suas credenciais e seu poder à cidade e ao povo.

Chapeuzinho Preto e o Lobisgay

Rui Guilherme

Era uma vez uma menininha que andava o tempo todo com uma capa preta, com um chapeuzinho preto, vestidinho preto, sapatinho preto e todas as roupinhas pretas. A menininha pertencia ao movimento dark e adorava bailes funk. Por isso, sua maquiagem era pesada e carregada na cor preta. Por causa do chapéu preto que só tirava quando ia tomar banho, pois até para dormir ela não o tirava, a menininha era chamada por todo mundo de Chapeuzinho Preto.

Chapeuzinho morava num barraco da comunidade do Alemão. A mãe de Chapeuzinho Preto era dançarina. Toda noite saía para fazer números de *strip tease* em inferninhos da Zona Sul do Rio de Janeiro e raramente voltava para dormir em casa.

Chapeuzinho gostava muito da liberdade que sua mamãe lhe dava. Aproveitava seu tempo de folga, que era quase o tempo todo: Chapeuzinho quase nunca ia à escola. Preferia ficar brincando com os menininhos e menininhas do Morro do Alemão. Faziam churrasco nas lajes e fumavam uns cigarros diferentes, feitos artesanalmente pelos menininhos e menininhas com quem gostava de brincar.

Uma das brincadeiras preferidas da Chapeuzinho Preto era brincar de “batida nas bocas”. Quase sempre, Chapeuzinho fazia o papel de dona da boca de fumo. Tornou-se famosa pela maneira astuciosa com que conseguia despistar os amiguinhos que, nas brincadeiras, faziam papel de polícia. Quando os coleguinhas-falsos-policiais subiam as ladeiras dando tiros para o ar com armas de verdade que os gentis vizinhos da favela lhes emprestavam – sob o pretexto de que precisavam treinar desde cedo para poder mais tarde assumir seus negócios –, Chapeuzinho Preto sempre dava um jeito para se escafeder com seu time do local onde a “polícia” iria fazer a batida, nunca sendo capturada.

A habilidade da Chapeuzinho Preto fez com que ela ganhasse fama e prestígio, de modo que um dos vizinhos, exatamente aquele que era o mais gentil e que sempre bancava as despesas dos bailes funk, tomou-se de tanta amizade pela Chapeuzinho Preto que resolveu nomeá-la chefe da sua equipe de aviões do tráfico.

Como avião, Chapeuzinho com frequência descia do morro para o asfalto. Ela dizia que ali conhecia uma porção de gente muito bacana. Muitos desses homens e donas bacanas vinham em carrões até os pontos de distribuição. Lá, os bacanas sempre perguntavam pela Chapeuzinho, elogiando a honestidade dela. Diziam que o bagulho que a Chapeuzinho lhes vendia sempre era da melhor qualidade; que o preço era justo e as quantidades, exatas.

Quando Chapeuzinho era menorzinha, andava sempre tão ocupada treinando para se transformar em avião que quase nunca ia visitar sua avó, dona Chica do Pó. Dona Chica mexia com bagulhos mais pesados, como dizia a turma do Morro do Alemão, e ficou muito orgulhosa quando Chapeuzinho Preto, sua habilidosa netinha, foi visitá-la na casinha bem escondida onde morava, no meio da Floresta da Tijuca. Chapeuzinho deu para sua vovó a notícia de que fora nomeada Avião.

– Pam, parampam, pam-pam!, anunciou Chapeuzinho Preto bem alto, assim que chegou na portezinha da casa de Vovó Chica do Pó. – As duas haviam combinado aquele grito do “pam, parampam, pam-pam!” para evitar acidentes. Antes do código, algumas vezes Chapeuzinho Preto teve que se jogar ao chão, ou se esconder atrás de alguma árvore, enquanto as balas da rajada da metralhadora Úzi da doce Vovó Chica do Pó zuniam em sua volta.

– Sou eu, vovó! Sou eu, sua netinha Chapeuzinho Preto! Para de atirar, sua velha gagá, ou eu não vou te dar os biscoitos Globo doces que comprei pra você!

– É você, minha netinha? Mas por que não gritou logo que era você? Por pouco eu não te comi na metralha, sua moleca abusada!

– Mas o que é que te botou tão nervosa, Vozinha? Algum cagueta denunciou seu esconderijo pros canas?

– Não, minha netinha! Foi aquele safado do Lobisgay que andou com umas conversinhas por aí de que a dura tava vindo atrás de mim...

Lobisgay era um crioulinho sarará antes conhecido como Lady Coca. Havia deixado seu ponto na avenida Atlântica, praia de Copacabana, perto do Hotel Othon, no bar Meia Pataca, onde fazia programas como travesti. Lady Coca, quando ainda era traveco, fora empregado de Vovó Chica do Pó. Andava sempre perfumadíssimo, usando umas roupinhas provocantes e sandálias altíssimas.

Em uma noite de lua cheia, Lady Coca catou um inglês, hóspede do hotel. Muito embriagado, o gringo estava de bobeira no Meia Pataca quando se engraçou com a cara do travesti Lady Coca. Ali mesmo acertaram o preço, e logo subiram para o apartamento do britânico, no décimo andar, de frente para a praia.

Chegando ao apartamento, Lady Coca foi ao banheiro. Quando voltou pro quarto, o inglês estava fissurado, olhando para a lua cheia que passeava sobre o mar. Uivava lamentosamente. Seu corpo enchia-se de pelos enquanto começava a transformação.

– Curuuuuzes!, gritou Lady Coca. – Valei-me, meu são Sebastião do Rio de Janeiro! Esse gringo tá virando lobisomem!

Lady Coca tinha recebido aulas de capoeira e era feroz numa briga. Ninguém se enganasse com ele, vendo-o assim tão mulherzinha, tão perfumado, tão maquiado, tão cheio de rebolado, coberto de bijuterias vistosas. Numa briga, dizia o Traveco: – “Nem vem, bofe! Nem vem que não tem!”

E se o bofe vinha, pensando que era fácil dar uns tabefes na bichinha, geralmente acabava todo quebrado, não raro indo bater no Pronto Socorro do Miguel Couto.

Lady Coca não pensou duas vezes e partiu para cima do gringo lobisomem. Com um rabo-de-arraia, botou a besta no chão. Embora meio atordado, o lobisomem era muito forte e conseguiu dar uma dentada no traveco.

– Ah, seu bofe danado!, gritou Lady Coca. Em seguida, aproveitando que o lobisomem estava na sacada do apartamento, deu um safanão que jogou a fera do décimo andar embaixo.

Nem bem o lobisomem acabava de se esborrachar no calçadão, Lady Coca já tinha arrumado suas coisas e desapareceu. Ninguém nunca mais o viu fazendo ponto em Copacabana.

Sentindo uma sensação estranhíssima no seu corpo – “Neste corpinho de mulher que mamãe me deu”, como ele falava, Lady Coca foi se refugiar na Floresta da Tijuca. A lua cheia acabou de operar a transformação e o travesti Lady Coca continuava afeminado, mas virou lobisomem.

– Curuuuuuuzes, ele lamentava. – Não podia ser lobismulher?

Como lobismulher não existe, o traveco Lady Coca deixou de ser bicha de programa para virar bicho da mata. Virou lobisomem, e virou de vez. – Lobinho em tempo integral e dedicação exclusiva –, ele dizia, revirando os olhos pintados com rímel. A boca cheia de dentes era besuntada com um batom vermelho vivo.

Para evitar de ser crivada de balas pela precavida Vovó Chica do Pó, Chapeuzinho Preto e sua doce vizinha combinaram aquele código do “pam, parampam, pam-pam”. No dia da visita, Vovó advertia sua netinha:

– Olha, Chapeuzinho. Quando você vier aqui pra Floresta da Tijuca, tome muito cuidado. Sabe aquele traveco que foi meu empregado, o Lady Coca, que fazia ponto na praia de Copacabana?

– Que que tem ela, vizinha?, perguntou Chapeuzinho Preto.

– Pois não é que virou lobisomem e que anda zoando aqui na Floresta da Tijuca?... Vai lá que é verdade e aquela bicha vem se engraçar pro teu lado, Chapeuzinho...

Terminou a visita. Chapeuzinho voltou pro Morro do Alemão sem maiores incidentes.

Na Floresta, era noite de lua cheia. Na casa da Vovó Chica do Pó, a velha estava com sono. Tinha acabado o Fantástico quando a porta foi posta abaixo e o lobisomem – nhact! – de uma só bocada engoliu a velhinha. Barriga cheia, soltou seu uivo terrível de lobisgay: – Uuuuuuh uuh uuh! Em seguida, arrotou ruidosamente. Depois, tomou um sal de frutas, e ainda reclamou: – “Diabo que essa velha traficante ainda vai

me dar uma baita azia...” Depois, botou uma camisola velha da vovó bem quentinha, passou hidratante nas patas, lavou a maquiagem e dormiu profundamente.

Só ao chegar em casa, Chapeuzinho viu que deixara uma trouxa de bagulhos na casa da avó, e se dispôs a voltar à Floresta da Tijuca. Se não fizesse a sua entrega do outro dia, o gentil vizinho ia ficar muito tristonho com ela.

Ao chegar na clareira, com todo cuidado para evitar as rajadas de metralhadora de sua doce vovó, Chapeuzinho Preto gritou:

– Vovó! Vózinha! Pam, parampam, pam-pam!

Nada. Ninguém respondeu, nem um só tiro foi disparado.

– Pam, parampam, pam-pam! Vovó! Vó Chica! – e nada. Da casa vinham uns roncões. Tentou mais duas vezes, e nada.

Chapeuzinho pensou: – O diabo da velha deve ter comido feijoada estragada. Ta dormindo e só faz roncar... – Bem devagarinho, foi até a porta. Estava destrancada. Abriu, com cautela, e viu a avó. Estava na cama a bom roncar. Na penumbra, dava para ver que a avó estava com sua velha camisola de dormir.

– Vóvó, sou eu, sua netinha, Chapeuzinho Preto, - falou, docemente.

– Uh, quem diabo tá aí?

– Vovó, é você, vó Chica do Pó?

– Chapeuzinho Preto, minha gostosa netinha! Sou eu, tua vó, meu pitê! Venha cá, mais pra pertinho da velha!

– Ué, vó, que orelhão peludo e pontudo é esse que tu tem?

– É pra te ouvir melhor, docinho de coco... – Respondeu o vulto meio coberto pelo lençol de patchwork.

– E esse narigão?

– É pra te cheirar melhor, coisinha saborosa...

– E esse bocão com esses dentões?

– É PRA TE COMER, MOLECA! Berrou o lobisgay, soltando seu mais horrendo uivo-gay-paralisante: – Uuuuuhhh uuu uuuuuhhhh!

– E essa máquina aqui é pra te encher de chumbo, coisa ruim!, gritou Chapeuzinho. Empunhando a metralhadora de sua doce vovó,

crivou de balas de prata o Lobisgay. Vovó, com sua experiência em coisas deste mundo e do outro, ao tomar conhecimento que um lobo boiola andava assombrando a Floresta da Tijuca, encheu o carregador da sua Uzi de estimação com sessenta cartuchos 9 milímetros, todos com ponta de prata.

Tudo que a mãe de Chapeuzinho queria era continuar fazendo strip tease nos inferninhos da rua Prado Júnior, em Copacabana. Chapeuzinho Preto, depois da morte do lobisgay, não voltou para a favela no Morro do Alemão. Acabou ficando na casa de sua vovó. Assumiu os negócios da velha, virou sócia do Fernandinho Beira-Mar e ficou milionária.

O louco

José Ribamar Dias Junior

Antônio estava na apoteose do estresse. Saiu tarde da noite da faculdade; entrou pela madrugada fazendo trabalhos requisitados pelos professores e, pela manhã cedo, levantou para ir ao banco onde trabalhava. Sentara-se de cenho franzido, dominado pelo cansaço, para seguir a exaustiva rotina daquele dia. Para piorar, tinha que aparecer aquele inesperado e estranho cliente; logo naquele dia.

– Veja aqui seu gerente, eu depusitei mil reais na minha conta, mas aqui no extrato somente constam oitocentos.

– Onde fez este depósito?

– Ali mesmo na boca do caixa. Está aqui o comprovante.

– Verei a situação. Sente-se e aguarde um pouco.

Verificou com o caixa, conferiu a gravação, o movimento do dia e confirmou que de fato, o depósito realizado foi de apenas oitocentos reais e não mil, aliás como constava no comprovante. Voltou à sua estação de trabalho e disse ao cliente a conclusão a que tinha chegado. O homem levantou-se com o dedo em riste e retomou:

– Você acha que existe uma realidade objetiva externa à sua mente doentia humana? – o gerente arregalou os olhos – não existe. E se existisse o que as pessoas fariam era apenas convencionar. Vocês convencionaram que a realidade é da forma que vocês querem, para beneficiarem-se. Quem me diz que foram apenas oitocentos. Eu confio na minha mente. É ela a fonte da certeza. “Penso, logo existo” nunca ouviu? – Falava tudo isso gesticulando e fazendo pequenos passos em frente à mesa de trabalho, como se discursasse a um público selecionado. As demais pessoas olhavam-no como a um macaco numa sala de aula.

– Senhor, eu preciso atender o próximo.

– Já? Agora não respeita a visão dos outros. Não existe verdade, seu verme burro. A “minha verdade” não é inferior à sua ou à do seu banco. Dê-me uma razão para que eu tenha que aceitar a “sua verdade” de que foram oitocentos reais!

– Senhor, por favor. – E fez um sinal ao próximo como que chamando para o atendimento. A senhora levantou-se com vários papéis à mão, carregando a custo sua bolsa e outros objetos. Mas na iminência de sentar-se, o orador moveu-se de súbito em direção à cadeira, quando trombou com a cliente e derrubou todos os papéis ao chão. E continuou como se nada tivesse acontecido.

– Ninguém vai se sentar na minha frente... Disse apoiando a mão à mesa. A mulher, desajeitadamente, de joelhos, recolhia seus pertences enternecida e sem entender nada. Outros clientes próximos até chegaram a ajudá-la. E já se começava a ouvir alguns murmúrios: “esse cara é louco”, alguns rodavam o dedo indicador pela orelha e balançavam a cabeça.

– Senhor, vou ter que chamar a segurança.

Nesse momento, ele avançou com a mão no pescoço do gerente por cima da mesa e, arregalando os olhos, disse em voz imponente como um endemoniado: – Aceita que eu percebo as coisas de forma diferente de você. Eu não vou aceitar a imposição da sua visão, nem que tenha que derramar sangue.

De repente, ele recebeu um golpe e caiu rolando no chão. Um outro cliente o empurrara. – Você está louco, cara? gritou e partiu pra cima. Ele ainda resistiu, até ser totalmente imobilizado pelo homem e o segurança da agência. Chamaram a polícia que o conduziu à delegacia. Demorou alguns minutos até que os trabalhos voltassem à normalidade.

Descobriu-se depois que esse episódio já havia se repetido em outras ocasiões e outros lugares. No dia seguinte, Antônio soubera que, em virtude da reiteração e do risco que gerava na comunidade, aquele homem acabara sendo internado numa clínica psiquiátrica, e nunca mais obtivera informações daquele louco.

O dia foi deveras exaustivo. Ele saiu estafado do trabalho, chegou a casa, jogou as chaves por um canto e lançou-se à cama. Ainda pas-

sou pela mente o estranho acontecimento do dia, “que louco aquele cara”, pensou, e não demorou a pegar no sono profundo. Ele precisava descansar. Era sexta-feira e no sábado haveria um evento obrigatório da faculdade de que teria de participar. Questões curriculares. Algumas palestras de professores renomados, alguns de outros estados inclusive.

Chegado o sábado, estava no local por volta das catorze horas. A primeira palestra seria dada pelo professor Dr. Geraldo Fontenele, catedrático da USP, com várias obras publicadas na sua área. Não me recordo exatamente o tema, mas ele iria tratar algo sobre ciências humanas e pós-modernidade.

Antônio sentou-se nas primeiras cadeiras. Não era ele apaixonado por essas palestras, mas uma oportunidade de estar de frente com um palestrante de tamanha envergadura intelectual com certeza era um momento ímpar. Ansiava pela sua chegada. Passado algum tempo, ele chegou, fizeram-se as apresentações de praxe, e então lhe foi dada a palavra:

– Boa tarde. Cumprimento todos os presentes. Confesso estar lisonjeado e agradecido com o convite e a oportunidade de palestrar aos acadêmicos desta faculdade e estudantes em geral aqui presentes. Hoje falaremos de um tema que é da minha mais alta predileção – falava tudo isso num tom soberano e eloquente, misturado a uma certa descontração –. Começemos com uma indagação: Será possível ao homem, limitado como somos, percebermos o caos da realidade como ela é? Será possível ao homem alcançar a “verdade”? Ou será que a “realidade” é alterada pela forma como vemos as coisas? Kant, para mim o maior pensador da história, nos ensina com maestria que não. O que percebemos do mundo são apenas seus aspectos fenomênicos, não a coisa em si; esta é inacessível. Aliás, o racionalismo de Descartes já nos apontava para esta encruzilhada: existe uma *res extensa* e uma *res cogitans*. E aquela é inacessível a esta. Agora, na pós-modernidade, chegamos à uma espécie de verdade consensual como muito bem explica o filósofo e jurista Jürgen Habermas; a verdade é feita em torno de consensos... Essas são as linhas centrais do que irei explicar nas próximas horas.

Refletiremos como essa visão pós-moderna e atual, mais evoluída, repercute no direito, na economia, e nas ciências humanas em geral.

Antonio estava estático... parecia ter sido arrebatado para um mundo desconhecido e insano, e não fazia a menor ideia do que significava aquilo tudo; aquele contraste. Após relutar um pouco consigo mesmo, levantou-se, saiu da palestra, foi a um bar que havia numa rua próxima e bebeu até se embriagar.

**CONTOS INDICADOS PARA PUBLICAÇÃO
PELA COMISSÃO JULGADORA DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS**

A verdade silenciosa do verdugo

Newton Fabrício

“Meu coração tem um sereno jeito / E às minhas mãos o golpe duro eu presto, / De tal maneira que, depois de feito, / Desencontrado, eu mesmo me contesto. / Se trago as mãos distantes do meu peito / É que há distância entre intenção e gesto / (...) / E se a sentença se anuncia bruta / Mais que depressa a mão, cega, executa, / Pois que senão o coração perdoa”.

(Fado Tropical, Chico Buarque / Ruy Guerra).

Triste verdugo. Nunca disse à turba, violenta e cruel, que, escondidos pela barba e pelo capuz, os seus olhos choravam. Nunca disse à multidão sedenta de sangue inocente (ou culpado, tanto faz; o veredito devia ser cumprido; a morte, executada; a justiça não importava ao bando covarde, com as mãos pretensamente limpas) que o seu coração tremia, embora o machado, não; nunca deixou explodir do peito o quanto lhe doía despedaçar o pobre condenado, inerte à sua frente, de cabeça baixa, à espera da morte; o quão difícil lhe era ver os olhos esbugalhados da cabeça do morto, sem alma, sem vida.

Era a triste sina dos verdugos. Ser homem forte, profissional correto, de golpe certo e lâmina afiada. Sentimentos jamais poderia demonstrar. Para que serviria um verdugo sensível? Melhor decapitar e dar o trabalho a outro, mais moço e sem remorsos na alma. Mas isso não era o pior. Na verdade, o pior é que devia ensinar ao seu filho a velha lição que aprendera do pai quando tinha 7 anos e que uma geração passava à outra, há séculos: pertenciam, todos, a uma família de verdugos. E, na condição de pai, devia ensinar ao seu filho que essa seria – quisesse ou não – a sua profissão; a sua forma de comprar o pão de cada dia; de sustentar a sua família – e, naturalmente, de manter a tradição familiar dos Sanson, gerando novos verdugos. Por tudo isso, devia ensinar ao seu filho que ganhar a vida tirando a vida dos outros era um trabalho honesto, um ofício como qualquer outro no

burgo. Mais, ainda: que para ser um profissional respeitado, para manter a tradição da família, devia fazer o trabalho bem feito, decapitando o condenado com um só golpe, sem tremer, nem vacilar. E, para isso, era necessário treinar.

Ao pensar em tudo isso, desconhecia o verdugo que era a primeira vez, em séculos, que um profissional como ele parava para refletir sobre a sua vida, o seu destino e o de sua família. De um lado, pensou, havia uma infinita tristeza dentro do peito de cada verdugo, que não queria passar para o filho; de outro, havia uma tradição a ser mantida: na sua família, não se passava adiante meramente o machado e o capuz – se passava, de pai a filho, toda uma história. As suas mãos e as de seus antepassados mostraram à multidão as cabeças, dos homens e mulheres mais poderosos da França: o Rei Luís XVI, Maria Antonieta da Áustria, o Ministro da Justiça Lacenaire, os revolucionários Danton, Robespierre, Camille J. Desmoulins e Antoine de Saint-Just. Todos eles levaram a multidão ao delírio ao cortarem as cabeças de homens e mulheres repletos de poder e glória. Todos eles sentiram algo que nenhum gladiador de Roma jamais sentiu: a cabeça de um poderoso da Monarquia, do Império ou da República nas suas mãos, jorrando sangue, enquanto eram aclamados pela multidão, em gritos de êxtase. Todos eles sabiam algo que poucos homens, na História da Humanidade, realmente conseguiram compreender e sentir, na sua plenitude: eram meros reflexos da multidão, da vontade desta, da violência da plebe e dos poderosos, na eterna luta política dos que detêm a engrenagem do poder nas suas mãos, esquecendo que a Humanidade só poderá prosperar pela paz. No futuro, alguém que estudasse e compreendesse a mente humana diria que os verdugos, como ele, nada mais eram do que projeções daquele ente coletivo que é a multidão (ou, por assim dizer, da mente coletiva); eram mera consequência da dura, difícil e sempre esquecida tentativa de encontrar o equilíbrio entre a justiça e o poder. Quando a busca do equilíbrio entre esses dois valores é abandonada, surge a violência. E os verdugos. Alguém, no futuro, estudaria e compreenderia isso, talvez. Era a sua esperança. Porém, infelizmente, até o dia em que surgisse al-

guém que estudasse e compreendesse essa realidade, os verdugos continuariam existindo a serviço dos poderosos. E, certamente, não era por acaso que Napoleão Bonaparte, ao encontrá-lo no centro de Paris, parou para cumprimentá-lo e conversar. Fazer o quê, se essa era a sua vida, a sua sina, o seu destino e o da sua família?

O triste verdugo olha para o machado. Depois, para a mulher. Ela pergunta:

– Não vai trabalhar hoje?

O verdugo dá um suspiro.

– O que foi? O que há contigo? – insiste a mulher.

– Não, nada – responde, como quem diz “essa aí não entende”.

Pensa um pouco. Olha de novo para o machado. Então, diz:

– Me chama o menino. Tá na hora de ele parar de brincar de cortar a cabeça de tudo que é bicho. Tá na hora de acabar com essa sangueira no pátio.

– Ué, por quê? Ele é uma criança. Deixa ele brincar de verduguinho.

– Criança? Ele já tem 7 anos. Tá na hora de aprender a ser verdugo.

O verdugo, sentado em um banco tosco e baixo, se recosta em um tronco de árvore, enquanto espera a mulher voltar com o filho. Era o momento de conversar com o guri, ensinar a dura realidade da vida. Dá um suspiro e pensa em como iniciou a triste sina da sua família, a mais famosa e sanguinária dinastia dos verdugos. Tudo começou quando o seu bisavô se passou com a mais linda filha de um homem muito respeitado em Paris, uns 140 anos antes. A solução seria simples: casar. Mas o pai dela exigiu mais que o tradicional casamento às pressas: que assumisse o seu lugar, a sua profissão. E, assim, o seu bisavô se tornou o primeiro verdugo da mais famosa dinastia de carrascos que o mundo conheceu.

Nesse instante, os seus pensamentos são interrompidos pela chegada da mulher.

– Não encontrei ele, ainda.

– Então, me deixa quieto, que tô pensando na vida.

A mulher estranha. Olha pra ele, seca as mãos no avental e pergunta:

– Mas, o que houve contigo? Tá te faltando serviço?

O verdugo nem responde. Olha para o vazio e volta a pensar no passado. Em que estava pensando, mesmo? Lembra agora. Era no seu bisavô e no triste e mesmo destino que a vida traçou também para o avô e para o seu pai. Quando chegou a sua vez, parecia que tudo iria mudar: foi estudar na Holanda, muito longe dos cadafalsos de Paris. Mas, cedo descobriu que a distância não era tanta assim: um colega descobriu que pertencia a uma família de verdugos e ele teve de abandonar os estudos. Mas, quando a vida é difícil, sempre pode piorar, pensou. Foi o que lhe aconteceu: logo depois, o seu pai ficou paraplégico e, aos 15 anos, teve de assumir o cargo de verdugo que tanto detestava.

A sua atenção é desviada por um relâmpago no horizonte. Não demora, vai chover, pensa. Coça a cabeça e volta a pensar. Lembra do encontro com Napoleão, em uma das principais praças de Paris: o Imperador parou ao vê-lo. Parou também. Nisso, Napoleão pergunta, entre curioso e provocativo:

– Como consegues dormir, tendo decapitado quase 3.000 pessoas?

Nunca aceitou provocação sem responder. Não importava que a provocação viesse de Napoleão, o Imperador, o homem mais temido da França, da Europa e do mundo. Olhou-o um instante e respondeu:

– Se imperadores, reis e ditadores conseguem dormir, por que um verdugo, não?

A chuva começa a cair no pátio. O verdugo, porém, está protegido pela copa da frondosa árvore. Melhor assim, pensa. Com a chuva, ficará mais tempo só, livre pra pensar. Sem perceber, o seu pensamento se deslocou do bisavô para o passado recente e, em um movimento quase retilíneo, alcança o presente. O que fez da sua vida, senão repetir a vida do bisavô, do avô e do pai? O que fará de diferente, se vai fazer seguir adiante as lições de verdugo que lhe passaram os antepassados, transmitindo, agora, ao filho? O pensamento flui ainda mais e, ainda sem perceber, alcança o futuro distante. Um dia, pensa, o mundo não precisaria mais de verdugos. Talvez o seu neto viesse a ser o último

verdugo, o último a brandir o machado afiado, em golpe certo, decapitando uma pobre e indefesa vítima, para delírio da multidão. Talvez, então, o seu neto, enfim livre para deixar o filho, seu bisneto, seguir o próprio caminho – sem as amarras da triste sina e destino que enfrentaram os antepassados, durante sete sangrentas gerações –, pudesse sentar embaixo daquela mesma árvore, olhando a chuva fina, com relâmpagos no horizonte, e escrever a história da mais famosa família de verdugos. E talvez até escrever um libelo contra a pena de morte.

A chuva encorpa. Alguns pingos começam a atingir, aos poucos, o verdugo. Volta a pensar em si, na educação esmerada que recebeu na Holanda, quando não passava de um gurizote. Daquela época – a mais feliz da sua vida, pois até então não matara ninguém –, o único hábito que lhe restou e que levaria até o fim de seus dias, era o da leitura. Era leitor assíduo e constante, especialmente de Voltaire, o escritor de mais belo estilo da língua francesa. Os poucos que sabiam desse seu hábito, nos suntuosos palácios da Rive Droite, a princípio se surpreendiam. Não entendiam como um verdugo poderia gostar de literatura. Pobres diabos, pensa. Não conhecem o ser humano. Julgam pela aparência que transmite a profissão do indivíduo, não pelo que ele traz em seu íntimo, em sua alma. Não conhecem a essência do homem, mas o julgam assim mesmo. O que esperar de quem julga os demais sem ter sequer o cuidado, a cautela, de conhecê-lo?

O pior, no entanto, era pensar que os homens que assim agiam eram os poderosos da França naquela triste e sombria época que lhe coube viver, onde despedaçar os condenados em praça pública era motivo de êxtase da multidão, além de oportunizar ao comércio aumentar as suas vendas e – é claro – o seu lucro.

Três relâmpagos se sucedem além dos morros, na noite que inicia. A chuva fica ainda mais forte. O verdugo passa a imaginar o futuro distante. Não tinha muita esperança no futuro da França. Ela era o símbolo do Velho Mundo, um mundo de guerras, poderosos e dinastias. A República recém-instaurada não trouxera paz, mas o terror. Um mundo assim geraria ainda mais guerras, no futuro. Conflitos maiores, de dimen-

sões nunca vistas. Guerras mundiais. O futuro e esperança do mundo, pensa, estaria no Novo Continente, no além-mar, no Novo Mundo, nas Américas. Talvez um país de dimensões continentais, do outro lado do oceano, pudesse gerar uma nova civilização no futuro, fundada na paz, não nas guerras. Não acredita que os Estados Unidos pudessem se tornar esse país, pensa. Porque, embora lá tenha nascido uma república, baseada em uma constituição, a formação do povo era inglesa e a mentalidade não deveria mudar muito, no futuro. Acredita mais em uma nação de grande miscigenação, na América do Sul, no país chamado Brasil, esse mundo de natureza exuberante, onde tudo estava por nascer: o povo, as instituições, o futuro. A paz só poderia nascer em um país assim.

A chuva amaina, aos poucos, até parar. A lua aparece, saindo detrás de sombria e carregada nuvem. Passa a sonhar como será esse mundo de paz, do outro lado do mar. Não perderia o otimismo, pensa. Afinal, nos últimos 30 anos, apesar de todo o sangue derramado em sangrentas revoluções, o mundo evoluíra. Em pouco mais de 30 anos – ou nem isso –, surgiu a constituição, no Novo Mundo; na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Ao mesmo tempo, os nobres perdiam poder a cada ano. A República se consolidava, pouco a pouco, no dia a dia, do povo. Chegaria o tempo em que a lei se tornaria igual para todos. O tempo em que a lei que determina a igualdade entre os seres humanos sequer precisaria estar escrita. Porque estaria na cabeça dos poderosos dos palácios, na mente dos homens do parlamento; no coração dos homens e mulheres nos tribunais. Esse tempo chegaria. Era a sua esperança. O tempo em que as causas na justiça seriam decididas não em função de grupos políticos, ou dos amigos no Poder. O tempo da Lei. O tempo da igualdade.

Uma estrela, enfim, brilha no céu. O verdugo sorri. O futuro seria melhor. Olha para o machado, aparentemente abandonado em um canto. Nesse momento, surge a mulher, puxando o filho por um braço. O verdugo dá um suspiro. O futuro fica pra mais adiante, pensa.

– Tá aqui ele, como tu mandou. – diz a mulher, se afastando em seguida.

O verdugo olha para o filho. Pensa um instante e, então, pergunta:
– Tu quer aprender a ser verdugo?

A espera

Francisco Jorge Gemaque Coimbra

Estava sentada imóvel sobre o pequeno banco de madeira posto a um canto da sala, enquanto esperava uma resposta. A sala era pouco mais que um cubículo, mas se diferenciava pela extensão de um dos lados, que levava a um corredor e este à porta da frente da casa. Na parede à sua frente, havia um velho quadro do Sagrado Coração de Jesus ao lado de uma placa em acrílico emoldurada em madeira com os dizeres: “Deus guarde este Lar”. Uma mesa de fórmica azul com motivos chineses estava encostada na parede e sobre ela havia um pequeno vaso com flores desidratadas. Atravessando em diagonal o piso de madeira da sala, havia uma espécie de tapete longo feito de napa azul. Da parede às suas costas, pendia um velho relógio talhado em madeira, que martelava o tempo com uma melodia renitente.

Olhava para um calendário pendurado na parede à sua direita, mas não o via, estava absorta nas suas preocupações de viúva. Nas horas de sua solidão irremediável, pensava na vida que tivera quando seu consorte estava vivo, na sua boa companhia, nos aborrecimentos domésticos que, a seu tempo, a estorvavam, mas que agora se revelavam até mesmo agradáveis. Agora já não recriminava as inúmeras vezes em que ele chegava embriagado de madrugada e que, infeliz, levantava-se para preparar-lhe um caldo verde. Nessas ocasiões, as crianças acordavam assustadas pelas gritarias do pai, que depois do caldo, desabava sobre a cama e dormia até o fim da manhã seguinte. Nunca lhe batera, mas a xingava e resmungava maldizendo a vida dura de trabalho penoso que levava como ajudante de pedreiro na construção civil. Quando morreu, estava trabalhando no quinto andar de uma construção que viria a se tornar o fórum dos serviços judiciários da cidade, mas na hora do almoço de um dia de sol a pino tropeçou num vergalhão que atravessava

o andaime e caiu bruscamente sobre entulhos da obra, numa queda trágica e fatal.

Mas agora já não pensava na fatalidade do acidente de trabalho que causara a morte do companheiro, apenas sentia sua falta e esse sentimento lhe pesava feito chumbo na alma. Pensava nos filhos, na luta cotidiana que travava para criá-los, para garantir-lhes a sobrevivência, para adimplir as contas da mercearia. Não recebera qualquer pensão pela morte do companheiro, que trabalhava sem seguridade e sem carteira assinada. Quando ele morreu, a firma do mestre de obras apareceu em sua casa e mostrou-lhe uns papéis com cálculos confusos de parcelas trabalhistas e alguns rabiscos indicando valores subscritos, onde reconheceu os garranchos da assinatura do companheiro, que mal sabia grafar o próprio nome. Deixaram-lhe, mediante recibo, uma irrisória quantia de novecentos e trinta cruzeiros, que foram usados para pagar parte dos serviços funerários.

Ainda muito jovem, aprendera o ofício da costura com a avó, uma exímia costureira das madames do apostolado que, aos domingos e em dias santos, frequentavam a igreja matriz de São José emperiquitadas em vestidos de organza bordada e saíões de seda. Mais tarde constituiria uma família, mas esse acontecimento não a afastara da tesoura, pois embora absorvida demais pelas tarefas domésticas e pelos cuidados da casa e dos filhos, aqui e ali varava a madrugada cerzindo pequenas peças de pano ou cosendo roupas encomendadas pelas vizinhas ou por alguns poucos conhecidos, nada, entretanto, que pusesse à prova seus talentos de costureira.

A viuvez e o desamparo dos três filhos pequenos, contudo, impuseram-lhe as necessidades inadiáveis da sobrevivência, por isso se entregou – dia e noite sem descanso ou folga – ao ofício da costura, empenho que lhe custou uma miopia imoderada e uma cifose que já não podia ser ignorada. Com a ajuda de alguns amigos, foi atendida por um oftalmologista do exército que estivera de passagem pela cidade e na época atendera a alguns necessitados. Recomendou-lhe por receita o uso de óculos de grau, mas o orçamento apresentado pela ótica da

cidade estava muito além de suas possibilidades pecuniárias. A solução foi tomar emprestados os óculos de uma vizinha, que os usava durante o dia e lhe emprestava para que pudesse costurar à noite e pela madrugada afora. O filho caçula era chamado sempre que lhe sobrevinha o penoso desafio de passar a linha pelo furo da agulha.

As dores vertebrais causadas pela cifose se tornavam cada vez mais impiedosas, agravadas que eram pela austeridade da modesta cadeira de madeira empenada em que se sentava diuturnamente para usar a velha Singer com pedal de ferro herdada da avó. E agora, sentada ali no canto da sala, essas dores ressurgiam, evocadas pelo desconforto do banco sem encosto, e a arrancavam dos pensamentos em que se encontrava imersa. Moveu-se um pouquinho no banco e esticou a coluna por causa da dor, sem ter certeza de quanto tempo já estava ali. Do interior da casa, ouvia um chilrear intermitente típico de passarinhos engaiolados. Da porta da rua vinham o ruído do tráfego dos automóveis na Cândido Mendes e a zoadinha infernal dos periquitos nas mangueiras da praça Veiga Cabral.

O relógio da praça anunciou as horas dois minutos após as onze badaladas do relógio preso à parede. Fazia calor no ambiente pouco arejado da sala. Fitou o calendário pendurado na parede direita sem se mover do banco, mas a miopia não lhe permitia discernir os números. Era abril, época de intensas chuvas que, no entanto, não amainavam o mormaço tipicamente equatorial da cidade, por isso levava sempre consigo um guarda-chuva para evitar que suas costuras se molhassem. Com a morte do companheiro, durante algum tempo costurara por encomendas de clientes, que lhe solicitavam a confecção de vestimentas as mais diversas, desde vestidos balonês, charlestons e princesas, até peças de vestuários menores para uso cotidiano. Mas, com a chegada das lojas de confecções prontas, viu diminuir drasticamente suas encomendas de roupas. Então tomou a decisão de usar um dinheirinho que a duras penas conseguira juntar e comprou pequenas peças de tricoline, viscose, chita, piquet, cambraia e gorgorão no comércio local e se entregou à tarefa de confeccionar vestidos sem encomenda e depois

oferecê-los em domicílio. Pensava, não sem alguma razão, que se o Rei das Roupas e as Casas Pernambucanas podiam fazer e vender vestidos e tantas outras roupas sem encomendas ou destinatários certos, também podia fazê-lo. Passou a usar os velhos moldes dos vestidos de vizinhas e conhecidas, que tinha guardados em casa, como padrões das variedades de tamanhos e curvas das medidas de ombros, bustos, cinturas, quadris etc. dos vestidos sem encomenda. A ideia até que funcionara, em que pese alguma relutância inicial das senhoras, que agora preferiam ir às lojas escolher suas roupas. Em princípio, aceitavam ao menos experimentar os vestidos, não lhes custava nada fazê-lo, mas não raro se surpreendiam com o modo como lhes caíam bem e resolviam comprá-los, afinal eram vestidos bonitos e mais baratos, sem mencionar que não teriam o dissabor de encontrar outras mulheres usando as mesmas estampas e cores num lugar qualquer da cidade. Esse fato já se tornara corriqueiro, pois as lojas recém-chegadas vendiam um sem número de peças iguais, que variavam apenas em tamanho.

Chegara ali eram pouco mais de dez da manhã. Viera de outras visitas infrutíferas, algumas portas sequer se abriram para atendê-la. Desta feita, trouxera três vestidos simples, quase nunca vendia o suficiente para comprar umas tiras de seda ou linho, algo que lhe permitisse confeccionar vestidos mais valiosos. Tocara a campainha da casa com uma timidez vacilante. Tocara uma segunda vez. O coração se agitara por medo de que mais uma porta não lhe fosse aberta. A dona da casa respondeu qualquer coisa inaudível do interior da casa, em seguida abriu-lhe a porta. Era uma senhora muito branca, tinha cabelos grisalhos, mas aparentava alguma jovialidade e trazia no rosto uma feição que misturava ao ar severo uma certa docilidade.

– Bom dia! Em que posso ajudá-la? – perguntou-lhe a dona da casa.

– Bom dia, senhora! – respondeu. – A senhora não me conhece, minha graça é Amália. Tenho alguns vestidos pra vender que eu mesma fiz, a senhora pode olhar sem compromisso nenhum, posso esperar aqui mesmo, se não gostar não tem problema.

– Dona Amália, agradeço, mas não estou precisando comprar vestidos.

– A senhora me fazia um favor? – indagou.

– Diga, se estiver ao meu alcance... – obtemperou a dona da casa.

– A senhora não quer provar só para ver como fica? Quem sabe a senhora se agrade...

A dona da casa fez uma cara de leve contrariedade, hesitou um pouco, mas por fim aceitou experimentar os vestidos apenas para não parecer indelicada. Fez a vendedora entrar e sentar-se a um banco no canto da sala, ofereceu-lhe café e água e em seguida desapareceu porta adentro na direção do interior da casa.

A certo ponto, sem se dar conta, esquecera do tique-taque obstinado do relógio atrás de si, enquanto seus pensamentos vagavam e batiam porta a porta dos problemas e preocupações que lhe demandavam uma solução próxima. O maior deles era a dificuldade em conciliar as longas horas de costura – que varavam o dia, prologavam-se à noite e se estendiam até alta madrugada –, com a peregrinação da venda dos vestidos. O tempo que despendia na via crucis da venda dos vestidos era suprimido da costura, o resultado era que produzia e vendia cada vez menos, mas as contas da mercearia e as necessidades da sobrevivência só aumentavam. Franzira a testa absorta nesses devaneios, até que subitamente o vulto da dona da casa assomou no recinto da sala. Levantou-se do banco num gesto expedito e ágil. A dona da casa deu um breve sorriso inexpressivo, estava com os vestidos dobrados no braço esquerdo.

– Dona Amália, seus vestidos são muito bonitos, muito bem feitos. É uma pena que eu já não tenha a cintura que tinha quando era mais jovem! – objetou a dona da casa.

A vendedora franziu o semblante e então tartamudeou:

– Quer dizer que a senhora não vai comprar nenhum?

A dona da casa fez um breve silêncio. Em seguida, explicou:

– Não vou comprar nenhum para mim, fico com os três, vou dá-los de presente para minha sobrinha.

A fisionomia cansada e sofrida da vendedora não traduziu a súbita felicidade que invadiu seu coração por qualquer contração muscular que se assemelhasse a um sorriso, mas ela sabia no seu íntimo todo o bem que a notícia lhe trouxera. Recebeu com gratidão o dinheiro pago pelos vestidos e deixou a casa, num caminhar firme e esperançoso. Os sinos da matriz anunciavam o meio dia, o sol brilhava e ardia implacável sobre a cidade.

A aposta

Luiz Kopes

Então era assim, pensou. Como despertar de um sonho. Tudo parecia estar em ordem, de volta ao seu lugar, ou até melhor. A doença há muito se fora e não dava sinais de que retornaria; o rebanho, pastando até as lonjuras, crescia a olhos vistos, assim como cresciam os gêmeos, agora já com idade suficiente para dar corridas curtas e cambaleantes pela casa e ao redor dela, mas sempre sob seus olhos vigilantes e angustiados, angústia que achava que nunca mais o abandonaria. E sua esposa acabava de anunciar que estava grávida outra vez.

Tempos esplendorosos, dir-se-ia; mas não havia sido assim antes da tragédia?

Quem poderia imaginar que o telhado da antiga casa, construída pelo avô e ainda tão sólida, com aqueles esteios grossos que os braços de um homem abraçariam com dificuldade, ruiria e mataria o filho mais velho e os amigos? Ou que a epidemia e a seca inesperadas devastariam o gado e as plantações? Ou, ainda, que aquela doença tão rara e de nome complicado, vinda de tão longe, atacaria justo ele, imune até a gripes ocasionais? Em suma, como era possível que tantas desgraças tivessem se abatido sobre ele quase a um tempo só, e por quê? O que fizera para merecer isso?

A pergunta, a essa altura, era mais retórica que qualquer outra coisa. Cansara-se de repeti-la, e nunca recebera resposta. E já não importava mais... mentira, importava sim. Mesmo porque, com as coisas em seus eixos novamente, algo permanecia fora do lugar. A angústia, o tempo todo, e um vazio, uma coisa onipresente e insidiosa que não sabia nomear, mas que deixava um gosto estranho na boca e o mantinha permanentemente enjoado.

Estranhamente, nos últimos tempos vinha lembrando mais e mais da doença. A náusea que agora o acossava sem cessar, que perturbava

seus pensamentos e que lhe custava um enorme esforço esconder de todos – porque depois de tudo eles ainda o olhavam de esguelha e com cuidado, e não os queria mais preocupados consigo – tinha o estranho efeito de produzir uma... nostalgia? Por mais que relutasse admitir, não se tratava de outra coisa.

Claro, não possuía ilusões quanto àquela coisa horrível que em seu auge, nos paroxismos mais extremos, fazia-o querer não ter nascido; não havia esquecido da dor que produzia uma sensação de agulhas na carne e veneno nas veias, nem da pele recoberta de pus e feridas, ou do desejo de morrer que vinha do âmago dos ossos. Mas aqueles tempos em que tinha como único pensamento a dor, sem espaço para mais nada, pareciam-lhe agora reconfortantes em comparação com seu atual estado, não importava o quão bizarro isso soasse.

Encontrou uma via de escape no estábulo e nos cavalos. Gostava de passar horas ali, cuidando daqueles animais imensos e dóceis, escovando-os, verificando os arreios e as ferraduras. Sob o pelo macio, parecia haver uma espécie de paz que ele só podia pressentir, sem jamais alcançar; mas, de qualquer modo, o contato com eles trazia um pequeno conforto para a sua alma extenuada. Até que veio o dia do acidente.

Organizava ele algumas ferramentas nas prateleiras, quando uma pesada marreta caiu sobre seu pé esquerdo, esmagando-lhe o dedão. A dor súbita e insuportável fez surgir um clarão cegante ante seus olhos, e quase deixou-o inconsciente; mas, passados alguns instantes, pôs-se a observar com atenção, em meio ao latejar excruciante, o dedo arruinado: a unha destrocada, a pele partida em gretas e adquirindo aos poucos uma cor roxa, o sangue a fluir mansamente para a sandália de couro e o chão logo abaixo. E percebeu que a náusea, naquele momento, havia desaparecido.

Tentou prolongar ao máximo a sensação pelos dias que se seguiram, recusando analgésicos, pretextando que a doença o deixara farto de remédios e que a lesão não era tão ruim quanto parecia; mas a dor, mesmo prolongada por chutes e por pisões ocasionais com o outro pé, foi inevitavelmente diminuindo, e com ela o alívio que se sobrepunha à

náusea, até que essa sensação sobrepujou aquela, voltando a instalar-se plenamente.

Passou a utilizar-se de vários expedientes para atrair a dor e obliterar a náusea. Dava cabeçadas nas paredes do estábulo; queimava-se com ferros incandescentes; não sem pesar, provocou um dos cavalos até que ele o atingisse com um coice e causasse fissuras nas costelas. Deu agora de usar mangas longas, para encobrir as sevícias, e dormir separado da esposa, para que ela não veja as marcas.

Sua família, vendo-o cada vez mais acabrunhado, sabe que há algo de muito errado, mas teme perguntar o que seja. Ele se sente perdido, absolutamente perdido, imerso em escuridão, sem solução para o seu problema ou redenção possível. No fundo do seu coração, Jó sabe que Deus e o Diabo jamais deviam ter feito aquela maldita aposta.

Luiz Kopes – natural de Campo Grande-MS, é Juiz de Direito no Amapá e autor de contos e crônicas já publicados em antologias da AMB

E-vida

Danielle Martins Cardoso

Se a testemunha é a prostituta das provas, a confissão é a rainha. É o que dizia o professor-robô quando teorizava processo penal há quinze anos. Basta, então, cadastrar corretamente testemunhas e réus, e uma vez colhidos os depoimentos entregar os autos ao julgador-digital que, em três minutos e trinta e três segundos (é a média de JRP, juiz-robô Pimentel da 29ª Vara Criminal da Capital) prolatará a sentença.

Por que ainda não fiz isso, me perguntaria, irritante e com rispidez, JRP. E gritaria: vamos! Também implicaria com o meu e-cigarro, dizendo que essa porcaria eletrônica fritaria meus pulmões. Fodam-se os pulmões, eu responderia, cuspidando fumaça no monitor. Eu sei que por trás da tela JRP me observa, louco para cair de dentes em Mirna Medeiros.

E porque um tsunami de sentimentos inflama a meninge, preciso do cigarro e da janela. Essa janela baixa em andar alto (papai, o José Ronzela disse que não existe prédio com cinquenta e dois andares, ele falou que cinquenta e dois andares já é o céu e se eu moro no céu é porque eu já morri, reclamou Lulica outro dia, querendo entender, na altura dos seus cinco anos, os mistérios de vida e morte. Diga a ele que são cinquenta e dois andares para baixo, que é no inferno que moramos e por isso você é uma vampira e vampiros não morrem e gostam de sugar estúpidos. Ela sorriu, abraçando, ainda que intuitivamente, a ideia de imortalidade. Ou de estupidez).

Você pensa muito, JRP diria, se pudesse. Tento rascunhar na mente o sorriso de Lulica, mas ouço o celular, longe e abafado, o juiz digital insiste, ávido, alegando prazos, sim, quer finalizar Mirna Medeiros, ou simplesmente MM. Talvez ele aceite um trago do meu cigarro eletrônico. E vai bocejar ao meu lado, cansado, me lembrando o pai, juiz osso e pele com verrugas, vincos entre os olhos, mau hálito, mortal demais

para julgar. Penso, fumo, também tenho verrugas, posso então transformar rainhas em prostitutas, cafetões em heróis, e um bordel inteiro estaria absolvido? JRP terá que processar como se andasse nas ruas, e pode ser que se sinta ludibriado. Pode ser.

O refil está no fim. Tenho vontade de jogar a bituca pela janela, se bituca houvesse. Pequena incisão embaixo dos seios, consta no laudo de corpo de delito. Deixo a janela, pego o celular e localizo o processo: 04.05.28244-000, ano 2035, acusada Mirna Medeiros. Em pé folheio os autos com a falangeta, aumentando letras quando necessário. O pai ajeitava os óculos e barulhava páginas, na busca da verdade. O processo cabe na palma, não precisarei de redes para segurar hérnias. Se fosse hoje você estaria livre delas, pai?

Mas quero entender. Desligo o cigarro, quem sabe, na sua imortalidade irritante, papai me sussurre algo sobre a verdade, não a dos autos, mas aquela outra, travessa e dissimulada, que nunca alcançamos. Um in dubio em favor de Mirna Medeiros. E um JRP compassivo, talvez um grau de pertinência no Sistema Fuzzy. Talvez.

Página 104, interrogatório: para ser escolhida precisa ter peitão, sim, ninguém vai encostar nos peitos caídos de mãe de presidiário. Antigamente as mulheres enfiavam papelotes, tubetes, celulares dentro do corpo, nojeira medonha, hoje é mais científico, doutor, fica tudo escondido aqui, embaixo dos seios, perto da costela, explica Mirna coroando-se com a confissão. Passei alguns anos fiscalizando cumprimento de pena e sei, ainda insistem na práxis do agachamento sobre espelhos antes das visitas. Rainhas de primeira viagem se traem, inclinando para dentro os joelhos, quando carregam consigo algo que não podem chamar de filho. É humilhante, essa coisa de cócoras no espelho, parindo na frente de todo mundo, com alguém olhando, câmera escondida, dizem que o espelho filma tudo, o senhor já assistiu? Já descobriu o que tem dentro de uma mulher, uma dama de idade como eu? Damas velhas, gordas, magras, houve um sobrinho, filho bastardo de Promotor, eu me lembro da famosa história, o rapaz que enfiava a cabeça embaixo da porta de banheiros femininos para olhar. Lá em Presidente Altino, quando ainda

funcionava o terminal de trem. Ele espreitava a entrada do toalete, esperando a vítima certa. E nunca era preso, porque mulher alguma corria suja ou sem roupas atrás do maldito. Até que uma fez isso.

Volto para o interrogatório. É o momento de MM mostrar a incisão sob os seios, levantando metade da blusa e apertando com o indicador, dizendo não dói, nadinha, enquanto gotas rebeldes insistem em preencher canais e cantos, formando nas têmporas ossudas pequenos lagos cintilantes. JRP não possui detector de lágrimas, não instalaram no sistema câmera que esquadrinha o rosto, não acharam necessário pesquisar o movimento de olhos, boca. E Dona Mirna não sabe que fala para a tela de um computador, para um robô. Ela acredita naquilo que me mostra, porque estou ali, de terno e gola engomada, as costas no espaldar da gelada e translúcida cadeira connect, que me obriga a manter quadris e joelhos em ângulo reto. A lombar arde, enquanto coordeno a gravação. Sou apenas um entreposto de JRP, mas MM me enxerga. Eu também a olho. E por isso, mais rápida que um não-é-necessário, ela levanta metade da blusa, mostrando seios murchos e tímidos que eu já adivinhara, MM longe de ser uma matrioska tradicional, ainda não entendo como conseguiram inserir, naquele corte milimétrico, a pele colada às costelas, tanto chip e sintético e ácido e até sulfúricos. E como retiraram, e o sangue, meu deus, não corre mais sangue em veias humanas? E JRP satisfeito com sua rainha, porque não havia prova contra ela, sequer suspeita, Dona Mirna, uva seca, bagaço de laranja, revistada, com roupa, sem roupa, câmeras invadindo-lhe entranhas, e ao final, liberada, viva. E reclamou que doía. Sim, uma dorzinha no peito, apontando o dedo moreno com unha oliva, sim, aqui, aqui. Então, ultrassionamos os seios, com autorização dela; não havia suspeita até então, porque o filho que ela visita não faz parte de facção, nunca foi para o seguro, nem é conhecido do Sistema K-means. Ele foi preso porque ateou fogo em dois VAPs, os veículos eram do BAEP, Segundo Batalhão. O menino foi enquadrado como terrorista grau II, regredindo para grau I, depois desclassificado como desajustado, porque não se tratava de manifestação, rebelião, coisa do gênero. Somente um

meliante nervoso demais depois que o irmão gêmeo foi abatido na comunidade por um drone, é o que relatou Miriam, condutora da prisão de MM. Nada detectamos no corpo da ré, mas ela insistiu, mostrando um furinho e alegando que na cela poderíamos encontrar tudo o que levou. Fizemos a inspeção.

Tive vontade de perguntar por que o filho foi abatido, por que Dona Mirna foi escolhida para transportar microchips e entorpecentes, por que ela se autodelatou, mas JRP não permitiu. Não era o momento de perguntas, não era conveniente. Tudo já classificado, enredado, flagrante, testemunhas, confissão. Completo o cerimonial, o sistema não permite curvas. Basta agora liberar o processo para JRP e ele finalizará MM com a pena capital ressurgida do medievo. E Mirna Medeiros poderá reencontrar o filho morto. Abandono do trágico-tangível presidiário para transcender, imortalizar? Ou talvez a obrigaram. Ela, na proteção de algum algoz... ou do filho vivo... Quem estaria a salvo, nela, através, com? Você pensa demais, filho, o pai sussurra, enquanto JRP pulsa amarelo.

Se é preciso ter seios fartos para ser a escolhida, e a culpa recai sobre a mãe raquítica de um desajustado, um trocadilho para evitar suspeitas? Talvez MM seja um robô, talvez todos nós. Mas a coroa de espinhos não lhe cai bem e é por isso que me sento e olho novamente pela janela. Uma chuvinha fina principia. Gosto dela. Penso nos cinquenta e dois andares, daqui vejo até as marginais. Rasantes de uma ave negra, cá dentro o chiado do celular cessou. Pego o aparelho, volto na página interrogatório e cristализo o rosto de MM. Mulher, vá em paz. Olho para JRP, que não pulsa. Distráido? Aperto reboot ao invés de Finally. Preciso me equivocar nos nomes, Mirna, Miriam, São 3.852 julgamentos pendentes, há urgência, ninguém se lembrará de uma dama velha levantando a blusa para mostrar verdades. E se não houver mais confissão... Abro o cadastro, misturo dados, acerto abas, dou *streaming*. A confissão sem manto, a testemunha coroada, mas o sistema trava, Pimentel volta a pulsar. Até que a rainha se transforme em prostituta nada estará garantido. Fecho os olhos, Lulica me acaricia, mostrando

caninos. Ligo novamente o cigarro, o refil ainda permite duas inalações. Solto uma nuvem vaporosa. Resta a última, que ofereço a JRP. Ele pulsa verde, sorrindo.

Deserção

Delmar Hochheim

Sílvia vestiu seu melhor vestido e saiu.

No espelho, ficaram dois olhos tristes mirando o interior da mansarda.

Um cheiro de perfume barato empestava o ar do aposento. Sob a estreita cama, o penico reluzia a cada explosão do gás neon vermelho que invadia e incendiava o quarto. A mesinha, de perna remendada a cordão, sustinha a custo o fogareiro a álcool. Açúcar empedrado, arroz a broca e pão bolorento acotovelavam-se no chão, bem próximos à porta. Na pia – que servia indistintamente à cozinha e ao banheiro – colheres e garfos sujos misturavam-se a escovas e pentes, envoltos em uma intimidade de graxa e cabelos. Um batom mergulhado no ralo da pia esperneava inutilmente, rubro de raiva e vergonha. A cama, em precário equilíbrio, não escondia a sua longa e equívoca procedência. As magras e rotas cobertas a ninguém aqueciam; o lençol em tiras e trapos mostrava um colchão com furos, reentrâncias, vales e montanhas. As baratas palmilhavam, tranquilas, cada escaninho da alcova; em bandos alegres, as moscas vojavam naquele Paraíso.

E ali habitavam os olhos que, a cada lampejo do luminoso vermelho em frente, na rua porca e suspeita, fitavam o interior ominoso do tugúrio.

Súbito, um olho virou-se levemente para o outro, e de íris para íris, confidenciou:

“Temo por Sílvia, lá fora, neste frio, sem nós a guiá-la; ouça o vento, como gême!”

“Que nada!”, disse o outro olho, “ela se arranja, já deve estar acompanhada...”

“Será? Sem nossa ajuda?”

“Mas claro!”, exclamou o olho oposto, “acho até que, sem nós, a coisa vai melhor. Já pensou alguém nos fitar, machucados como estamos, tristes e sem graça, sem brilho algum? Além disso, prejudicaríamos o desempenho dos lábios de Sílvia, que são risonhos e bem feitos. Só iríamos espantar os possíveis pretendentes?”

“Ah, meu irmão de infortúnio!” – tornou o olho que, um dia, levava um soco e por isso piscava muito – “como podes estar tão afastado da realidade? Sílvia não sorri há séculos! Não abre a boca há milênios! Ela não tem ânimo para nada...ela não tem mais nenhum dente! Tu sabes... E veja ainda nosso estado lastimável. Não foi por isso que hoje ficamos aqui, abandonando Sílvia, nossa negligente hospedeira?”

“Tens razão, mas eu precisava esquecer...Compreenda, mano: eu recordava nossa infância e adolescência com Sílvia. Nós, límpidos e puros, contemplando a floresta, o regato e o rio, a cidade pequena e tranquila, as noites de luar nas campinas, o vento morno nos acariciando, as brincadeiras inofensivas, as cavalgadas livres pelos campos, sem cercas e porteiras, os primeiros olhos nos quais mergulhamos...Depois, foi essa vinda para a cidade grande...e tudo mudou, terminou, afundou, sei lá...”

“O que é isso, mano?! Nada de lágrimas! Estás me molhando! Controle-se!”, reclamou o encharcado olho interlocutor, piscando mais ainda e sem parar.

“Eu sei... eu sei... e agora ainda vieste com essa ideia de deixar Sílvia lá fora, sozinha sem nós, no vento, na chuva, decerto chafurdando na lama.”

Desceu sobre os olhos, no espelho, um grande e cansado silêncio.

“No entanto”, tornou um dos olhos, “era preciso que a deixássemos. O minuano gélido nos martiriza – tu mesmo te queixas sempre. E, depois, as agressões que sofremos, as cenas degradantes que presenciamos. Não, decididamente, não dava para continuar com Sílvia. Contudo, devo confessar, sinto um certo remorso... afinal, são vinte e cinco anos de vida em comum.

Fora, continuava ventando e choviscando pedrinhas de gelo. O vento andino, soprando do sudoeste, varria os caminhos, trinchava os

mendigos acoitados sob as marquises, açoitava os cães vadios, rolando-os em direção ao fim das ruas.

Alta madrugada, Sílvia retornou; e, no espelho, um dos olhos abriu-se.

Fora acordado pelo ruído de passos hesitantes que subiam a íngreme escada de madeira, quase toda apodrecida.

Finalmente, precedida de um estrépito da porta que se abriu violentamente, a moça adentrou o quarto desmantelado.

Por um segundo, a mulher restou plantada oscilante diante do espelho, aguardando que os olhos retornassem às suas cavidades, o que não ocorreu. E por mais um segundo, tempo da explosão de luz do luminoso neon, o olho desperto viu a boca de Sílvia e se assustou; ela estava completamente derreada, caída nos cantos, revelando um *rictus* pronunciadamente amargo. Seus lábios estavam roxos e as carnes, outrora fartas, haviam sumido.

No momento em que as sombras voltaram a imperar e Sílvia já havia afundado na enxerga imunda, o olho desperto cutucou o dorminhoco.

“Acorda! Acorda! Acabo de ter uma ideia. Chegue mais perto!”

Então, o olho desperto e seu colega estremunhado se aproximaram. E, no espelho, por instantes, os olhos de Sílvia ficaram estrábicos. O plano foi executado durante a madrugada.

O olho mais saudável – o que não levou um soco – abandonou o espelho e, quando retornou, seu colega apressou-se em perguntar: “Pronto?”. “Sim, tudo combinado, todo mundo concordou”, foi a resposta.

Sílvia dormiu durante todo o dia. No lugar dos olhos, duas cavernas ocas e escuras.

Ao anoitecer, mais uma vez, a mulher preparava-se para sair e enfrentar a noite hostil. Novamente, vestiu seu melhor e único vestido. Postou-se diante do espelho sem os olhos, não viu nada. “Não faz mal”, pensou, “eles me abandonaram, os traidores, mas eu saio assim mesmo, ainda tenho os outros.” Ensaiou afastar a cabeleira desgrenhada. Le-

vantou a mão em direção aos cabelos, mas nada sentiu acima de seu pescoço. Agitou freneticamente ambas as mãos no espaço onde estaria sua cabeça, desferindo tapas no ar. Não encontrou nada. Não havia nada! Seu corpo terminava no pescoço!

O quarto ficou às escuras.

Quando a luz do luminoso neon voltou a eclodir viu-se Sílvia cambaleiar e cair pesadamente na cama. Sem vida.

No espelho, os desertores olharam e sorriram para o quarto silencioso, finalmente em paz...

Frio

Pedro Flory Diniz Nogueira

Era o terceiro dia em que dormia poucas horas. As dores no peito eram cada vez mais constantes, a falta de ar recorrente. Ainda assim tinha decidido sair de casa. Há dias retardava essa saída, o terror de cruzar com algum conhecido na rua ou mesmo de trocar meia dúzia de palavras com alguém causava-lhe mal-estar.

Abriu as cortinas e olhou o tempo pela janela, chovia há uma semana na cidade cinza. Do décimo primeiro andar, via as pessoas diminutas usando guarda-chuvas e roupas de frio.

Não se deu ao trabalho de tirar a calça de moletom que vestia. Tirou a camiseta estampada e vestiu um agasalho de cor bege, gasto. Colocou também um gorro, odiava sentir frio nas orelhas. Procurou o único tênis de que gostava, mas não conseguiu encontrar. O excesso de lixo jogado e de livros espalhados pelo apartamento dificultava a procura. Desanimado, colocou os chinelos por cima da meia, deixando sua aparência ainda mais caricata.

Pegou o papel do laboratório e colocou no bolso de trás da calça. Dirigiu-se à porta que dava para a área de serviço. Caso tivesse que cruzar com alguém, que fosse um encanador ou faxineira. Não suportava as pessoas do prédio. Aliás, com os anos, não se pode dizer que gostava de alguém ou tivesse amigos próximos.

Foi em direção ao elevador. Por sorte não tinha ninguém esperando. Apertou o botão e aguardou no corredor. Decidiu descer para o subsolo, iria sair pela garagem para não ter que dar boa tarde ao porteiro. Depois de mais uma derrota de seu time, não queria ser motivo de chacota.

Enfim, chegou à rua. Seu plano de sair sem cruzar com qualquer conhecido foi bem-sucedido. O prédio ficava em uma rua íngreme e,

além dos bares em abundância na vizinhança, não havia qualquer comércio em seu quarteirão. Virou à direita e passou a subir a ladeira. Logo no primeiro cruzamento, sentiu que tinha esquecido algo. Apalpou os bolsos sem saber o que procurava, a falta de ar fez com que tivesse que sentar junto ao meio fio, próximo a um bueiro. Nesse momento lembrou-se de quando era criança e jogava bola na vila em que morava. A lembrança lhe fez bem, há tempos não tinha um pensamento feliz. Recuperou o fôlego e seguiu subindo a rua. Andou mais duas quadras e parou em frente à padaria que abastecia o bairro com pães e leite desde a década de 80. Foi lá que viveu seus melhores momentos e um dos motivos da mudança para o prédio em que morava. Nesse tempo ainda era feliz com a esposa e seria incapaz de passar dias sem sair de casa ou trocar de roupa.

Divórcio, que palavra desagradável! Preferia desquite, sempre preferiu. Foi um baque descobrir que não existia mais desquite. Como assim? Agora o termo correto era separação judicial. Chato. Como chatas são todas as terminologias que modificam a forma sem mudar a substância.

Estava perto do seu destino. Tossiu. O pulmão parecia querer sair pela boca. Tosse seca, sem catarro. O laboratório ficava na próxima esquina. Prédio bonito, balas na recepção, revistas que mostram as casas das celebridades, bolacha água e sal e café grátis.

Entrou pela porta de vidro e se dirigiu ao local designado para a entrega de exames. Estava apreensivo, claro. Tentou retardar ao máximo a conversa com a jovem moça de cabelos escuros atrás do balcão. Olhou para o lado, a televisão estava ligada em um desses macabros programas policiais. O apresentador demonstrava toda sua indignidade com os crimes cometidos na cidade, clamando por penas mais severas, polícia na rua, direitos humanos para humanos direitos, enfim.

Pediu os exames à morena de trás do balcão, resmungando algo parecido com um cumprimento. Passados alguns instantes, recebeu um envelope branco, grande, daqueles que não cabem no bolso da calça e são incômodos para levar na mão. Não abriu o envelope para saber o resultado. Preferiu voltar ao apartamento.

A tosse, as dores no peito, a falta de ar. Tinha decidido: se o resultado fosse o esperado tiraria a própria vida. Já tinha visto o que a doença faz com seu portador. Um horror. Doente e sozinho, isso não podia suportar.

Ao entrar no apartamento deixou o envelope na mesa de canto, ao lado do abajur cor-de-rosa com franjas de crochê, que sua ex-esposa, com razão, chamava de cafona.

Decidiu pôr Dvořák para tocar no antigo aparelho de som e não Schubert como pensara no caminho de volta. Sentou-se em sua poltrona favorita. Foi nela que leu Bernhard, Dickens e Hesse, seus autores prediletos. Lembrou-se de uma velha garrafa de Pinotage comprada anos atrás e que guardara para uma grande ocasião. A grande ocasião nunca apareceu e o vinho nunca foi aberto. Por que não agora, no momento derradeiro?

Retirou a rolha e serviu uma dose generosa. Sentado na poltrona enquanto girava a taça e sentia o aroma da bebida, pensou no envelope em cima da mesa. Pensou também na vida e na morte. Lembrou os dias sem sair de casa, as brigas, as discussões, as traições, aquilo que fez e deixou de fazer. Recordou como era bom quando a paixão ainda era possível e não algo sepultado no passado, perdido junto às inúmeras promessas não cumpridas.

Levantou-se e foi em direção à janela da sala, pegou o envelope e passou a olhar a cidade, que estava particularmente bela naquela noite. Abriu a veneziana e um vento gelado invadiu o cômodo. O cheiro da noite e a escuridão o animaram. Tinha algo no reflexo frio das luzes que iluminava a rua que o emocionava.

O efeito inebriante da bebida acabou por conferir a coragem que lhe faltava e então decidiu abrir o envelope e ler seu conteúdo. Sentou-se na cadeira em frente à pequena mesa em que todos os dias fazia as duas únicas refeições diárias.

As luzes principais estavam apagadas, apenas o brilho da noite e o abajur iluminavam a sala. Em silêncio, leu o conteúdo dos exames diversas vezes até entender o que estava escrito.

Dobrou o papel e recolocou dentro do envelope. O frio tomou conta do aposento. Por alguns minutos ficou simplesmente parado, respirando suavemente. Não esboçou qualquer reação, o rosto rijo, o olhar distante.

O próximo movimento consistiu em entornar o restante do vinho que permanecia na taça. Bebeu tudo em um só gole. Voltou a pensar na morte e em seu significado. Percebeu que morte era ausência de vida e que seus últimos anos foram representação inequívoca de alguém morto, que perambula entre os vivos sem ser notado.

Uma única perspectiva então lhe pareceu possível. Afinal, para aquele que está morto só resta uma saída, a mais assustadora e desafiadora: viver!

DIREITO E LITERATURA

Direito e Literatura, conexão plena de significação

André Gonçalves Fernandes

Em *Hamlet* (Ato II, cena II), o príncipe da Dinamarca dialoga com Rosenkrantz e Guildenstern e, quando eles o deixam só, saem de sua boca as seguintes palavras, tomadas a partir de sua contemplação da paixão com que um ator reage num monólogo ao lamentar a rainha Hécuba: “*And all for nothing – For Hecuba! What is Hecuba to him or he to Hecuba, that he should weep for her?*”

A rainha de Príamo morrera há mais de dois mil anos e nós ainda deveríamos chorar por ela? Hamlet já tem suas próprias preocupações atuais e reais do aqui e agora. As histórias da rainha de Troia podem lhe servir, no limite, de alegorias ou representações estéticas para suas reflexões.

Mas chorar por Hécuba? O homem que fizesse isso não estaria sendo veraz em suas lágrimas, porque todos nós vivemos a nossa própria vida. Quem chorará por Hécuba então? Essa pergunta de Hamlet aponta, em boa parte, a postura do homem contemporâneo em face dos monumentos históricos da literatura de todos os tempos.

Refletindo com maior precisão, Hécuba não é apenas uma rainha de uma civilização que sequer existe mais. Ela é o símbolo de uma realidade pretérita que porta consigo um tesouro literário que ignoramos solenemente.

Se, por um lado, as agruras e esperanças do presente não permitem mais chorar pelos gregos, troianos, romanos, medievais, renascentistas, barrocos, românticos e modernistas, por outro, a hesitação de Hamlet põe em dúvida todo um legado literário que, para muitos de nós, já é desprezado ou sequer é buscado a conhecer.

Lucas, um ex-estagiário, certa feita, dizia que muitas obras literárias desse destilado legado humano são estranhas para nós. De fato, para ler Homero, é preciso estudar uma língua morta, abrir a mente para uma métrica um tanto incomum e para signos metafóricos que transmitem um sentido autêntico apenas para o homem e os costumes e tradições culturais da Era Axial e, por

fim, cultivar uma espécie de *suspension of disbelief* em face de um mundo de imaginação mitológica sem ponto de referência no mundo em que hoje vivemos.

Esse mesmo raciocínio serve para as grandes obras literárias de todas as eras, guardadas as devidas proporções históricas, de maneira que podemos afirmar que não tem muito sentido em perguntar quando acaba a “literatura morta” e quando começa a “literatura viva”.

Presente e passado restam tão unidos que nossa civilização não existe, em nenhum ponto da tábua histórica, sem encerrar todo seu passado. É mister questionar, como Hamlet, quando o pretérito principia. Afinal, a literatura foi ontem, é hoje e será amanhã. É atemporal em sua linha etária e, sobretudo, atemporal em suas lições e em sua sabedoria.

Meu gosto pela literatura começou cedo. Lá pelos dez anos já devorava as obras do Verne e do Doyle da mesma maneira como meu filho adotado comeu o primeiro prato dele fora do abrigo no dia em que fomos lá buscá-lo definitivamente. Depois, por influência de um amigo, o Renato, já na adolescência, comecei meu namoro literário com Cervantes, Shakespeare, Victor Hugo, Tolstói e Dostoiévski.

No mesmo período, tive uma namorada, a Daniele, com quem troquei cartas de amor por longos dois anos e muitas brigas literárias entre Machado, Pessoa, Guimarães Rosa e Camões. Já na faculdade, uma grande amiga, a Christianne, foi uma espécie de catalisadora de releituras daqueles autores e o Roberto, outro amigo, introduziu-me ao mundo de Eliot e Dickens. Mais tarde, a Regina, minha esposa e meu legado amoroso das Arcadas do Largo, apresentou-me, depois de muita relutância e de um longo almoço com amigos em que fiquei calado por conta de minha ignorância no assunto, à literatura de Tolkien.

Depois, também com ela, entendi melhor o universo feminino com Austen e, por culpa da literatura, em nossa suíte não existe televisão: ajuda na vida de diálogo conjugal, propicia conversas literárias e alimenta, digamos assim, uma saudável libido sexual.

E, há algum tempo, para fazer um trabalho acadêmico, li Homero e, recentemente, detive-me com Faulkner, Borges, Carpeaux, Kafka e Sófocles. Ao cabo, por causa da literatura, Deus, por sua generosa vontade, transformou-

-me em imortal da Academia Campinense de Letras e, por ser o caçula daquele distinto sodalício, posso afirmar que ainda sou um aprendiz nas artes literárias.

Foi um longo caminho pela prosa e pela poesia. Aliás, continua sendo. Porque a literatura, para mim, no seio do universo pedagógico, abarca toda a empiria humana, a ponto de a refletir e contribuir decisivamente para modelá-la e que, por isso mesmo, deveria ser patrimônio de todos, já que se trata de uma atividade que se alimenta no fundo comum de nossa espécie.

Eu não seria como sou, nem acreditaria no que acredito, nem teria as dúvidas e as certezas que me fazem viver sem esses autores e muitos outros aqui não mencionados. As obras desses escritores modificaram-me e modelaram-me e, a cada releitura, ainda continuam me modificando e me modelando incessantemente, no ritmo de uma vida com a qual os vou cotejando. Neles aprendi que o mundo é imperfeito e que toda tentativa de transformação da realidade num paraíso celestial acabará sempre num inferno terrestre.

Entretanto, isso não significa que não devamos fazer o possível para que o mundo não seja ainda pior do que é, isto é, que somos inferiores ao que sonhamos e que, na comédia humana de que somos atores, há uma condição transcendental que compartilhamos em nossa diversidade de culturas, raças e crenças e que nos transforma em iguais e deveria tornar-nos, também, solidários e fraternos.

O fato de não ser assim é algo que posso entender muito melhor graças àqueles livros que me mantiveram em alerta e em brasas enquanto os lia, porque nada melhor do que a boa literatura para aguçar nosso olfato existencial e nos tornar sensíveis para detectar as raízes da realidade que nos cerca e do ser do homem. Quando a literatura é posta fora de toda essa dimensão, perde seu sentido último e fica parecendo umas horas que perderam seu relógio.

Num mundo em que tudo, desde Descartes, precisa ter uma utilidade imediata ou um benefício eficaz, a literatura choca e incomoda o *homo faber*, porque, como algo “inútil”, nessa visão de mundo pragmática, ela dá mostra fecunda e perene de ser algo muito valioso e importante.

Justamente porque a literatura aponta que o aprendizado do homem não advém única e exclusivamente da ciência que permite o assenhoreamento da natureza pelo homem e a lógica malsã do império utilitarista, embora o saber cien-

tífico, por ser organizado, sistematizado e didaticamente exposto, tenha seu peso e sua importância, na medida em que permite a maximização do conhecimento.

Mas não é só. A literatura, em particular, constitui, por si só, uma potente ferramenta que nos permite compreender e assumir, virtuosamente, valores que a ciência nem sempre transmite e muito menos infunde. A literatura abre um mundo de aprendizado a partir da personalização ou encarnação do que é ensinado.

Como escreveu Zola, “a verdade é que as obras clássicas da literatura universal dizem muito mais sobre o homem e a natureza que algumas grandes obras de filosofia e de história”. Ou, pela lavra de Proust: “a única vida, com efeito, realmente vivida é a vida literária”.

E a vida do direito? Assim como a literatura e a religião, a vida do direito começa antes da vida da escrita. A partir das primeiras comunidades estabelecidas sedentária e clanicamente no fim da última era glacial (13.000 a.C.), o homem, para garantir sua sobrevivência, teve de aprender a cooperar e a se organizar socialmente.

Da eficiência dessa cooperação dependia sua sobrevivência. Com o início das aglomerações humanas, na noite dos tempos da Pré-história, o homem iniciou, ainda que, embrionariamente, uma organização jurídico-social e, concomitantemente, lançou os primeiros marcos estéticos de sua existência: a literatura e a religião, cujos ensinamentos eram transmitidos imemorialmente de pai para filho, no seio do calor do lar familiar, pela via oral dos costumes e dos provérbios, já que a escrita ainda não havia surgido.

Nesse momento civilizatório, os homens descobriram suas diferenças individuais. Depois, notaram ser muito difícil fundar sobre essas diferenças algumas normas de conduta elementares. E foi assim que chegaram a descobrir a necessidade de buscar um princípio que ficasse acima dessas mesmas diferenças.

Dessa forma, a noção de justiça, ainda que vincada num forte caráter moral e religioso, surgiu da necessidade de instaurar normas capazes não apenas de fixar os limites do uso da força e do exercício do poder, como também de restabelecer o equilíbrio nas relações entre pessoas, dando a cada um o seu.

Então, a escrita nasceu e, com ela, o direito deixou o timbre da voz e passou para a caligrafia das ferramentas cuneiformes na argila e, ato contínuo, para as penas de ganso ou de cisne no papiro e no pergaminho e, depois, nos livros.

Passados séculos de leis escritas – *polis*, editos, *jurisprudencia*, decretais, cartas magnas, *Bill of Rights*, constituições – e não escritas – desde as leis perenes e imutáveis de Antígona até a destilação tomista dos postulados do Direito Natural seguida de sua deturpada racionalização a partir de Grocio – a realidade do direito é uma dimensão aceita universalmente, muito embora, nos últimos dois séculos, tenha sofrido uma redução epistemológica, como vítima do positivismo normativista, que transformou a lei em sinonímia do direito, quando a lei sempre foi a causa e a medida do direito.

Essa patologia que atingiu em cheio a ontologia do direito fez com que o próprio direito se submetesse a um exame de consciência e essa autorreflexão é um jogo de espelhos, no dizer de Ferreira da Cunha. Pois o direito se pensa e, assim, vê-se ao espelho.

Aí verá imagens de si próprio. E ao ver, teorizará. E ao teorizar, verá. Ver para teorizar. Teorizar vendo. Os nossos espelhos são cruzados. Permitem ao direito ver-se na sua multidimensionalidade, como que imitam sua imagem halográfica, já que lhe mostram os diversos ângulos.

Todavia, apesar desta visão total, os espelhos cruzados são também caleidoscópico. E o caleidoscópico é o labirinto das imagens, a floresta erigida das teorias. É preciso muito cuidado nesta visão onicompreensiva. Porque tudo ver, e refletir todos os reflexos, é demência construcionista, geometrismo estéril. Por isso, os espelhos em que o direito vai mirar-se vão ser mais cruzados no tempo que no espaço.

Sucessivamente, o direito experimentará os espelhos do real até chegar àquele que é mera superfície polida de si próprio – o direito como espelho. Assim, passaremos primeiramente pelo crivo do espelho da matéria, das ciências e das atividades humanas mais ligadas aos bens, às coisas exteriores, e à produção destas, sem as quais o direito como *obiectum iustitiae* ou *ipsa res iustae* não pode ser concebido.

Depois, contemplaremos as paisagens do espelho da vida, certos de que o direito é realidade ordenadora, mas a serviço da vida e, imbuídos do maior respeito pelo protagonista da grande aventura jurídica, o homem, sem o qual ou contra o qual, nada de tudo isso faz sentido. Em seguida, entraremos na esfera do espelho espiritual ou cultural, abrindo a janela dos mundos mentais,

da transcendência vertical e das construções ou revelações institucionais desses mundos.

E finalmente, passaremos ao confissãoário jurídico, com o direito a enfrentar-se face a face consigo, como espelho de si próprio, espelho de um espelho. Porque se os espelhos exógenos serviram ao direito para se testar, para se ver e para se compreender, na verdade ele também foi sendo sempre espelho de todas essas realidades a si exteriores.

Do diálogo, nasceu sempre um infinito de imagens híbridas. Em suma, o espelho jurídico face a qualquer espelho sempre produziu o caleidoscópio, o labirinto. Daí a sempre árdua saída e a tentativa de, como no Dédalo de Creta, sair pelos ares, com asas mais ou menos ágeis e idealistas. É, contudo, cientes do labirinto virtual – porque as imagens labirínticas não são reais – que afrontamos este paradoxo ótico, munidos do fio de Ariadne bem palpável do realismo jurídico clássico.

Até porque do outro lado do espelho não há, como no palácio do rei Minos, qualquer minotauro à nossa espreita, mas apenas a identidade de quem vive da simetria face ao real. E essa é uma nova prevenção contra os espelhos: eles produzem uma imagem que não é a verdade, mas o seu simétrico. Os espelhos informam verdades desagradáveis, como o da rainha na Branca de Neve, mas podem magnetizar-nos em efêmeras boas novas que cristalizam, como no mito de Narciso.

Numa quadra histórica em que as sociedades estão cheias de leis e vazias de justiça, a literatura pode e deve aportar sua sabedoria perene no resgate de muitas dimensões humanas e comunitárias e, nessa tarefa, tem plena capacidade para recordar ao direito, nesse jogo de espelhos, sobretudo, que as leis foram feitas para os homens e não os homens para a lei.

Ius ex persona oritur, o direito emana da pessoa, em tradução livre. A pessoa deve constituir o centro do direito em quaisquer de suas dimensões: esse pode ser o monumental contributo da literatura para o direito. Por ser tanto racional como livre, a pessoa humana é o sujeito de direito por antonomásia.

“Todo direito tem sido constituído por causa dos homens”, assinalou o jurisconsulto Hermogeniano, *magister libellum* de Diocleciano, inspirado na tradição do Direito Romano clássico (D.1,5,2: *Cum igitur hominum causa omne ius constitutum*

sit). O mesmo sentido é empregado por Justiniano em suas *Institutiones* (I.1,2,12), quando afirma que pouco se pode saber do direito se a pessoa é ignorada (*Nam parum est ius nosse si personae quarum causa statutum est ignorentur*, em tradução livre).

O resgate da pessoa, como protagonista do direito, é tanto mais condicionadora de uma vivência jurídica prática quanto menos é percebida, porquanto o conhecimento dos princípios primeiros e das causas últimas do direito é o primeiro passo para se reconhecer suas eventuais limitações e potencialidades ainda não desvendadas.

Nessa tarefa, a literatura:

- a) Oferece ao direito, que é prudência, a experiência;
- b) Oferece ao direito, que bebe a *secura legal*, o bálsamo existencial;
- c) Oferece ao direito, que é ordem, decisão e medida, o dúctil, o dilema e a desmedida;
- d) Oferece à linguagem conotativa do direito, um discurso criativo;
- e) Oferece ao direito, assentado na utopia da Constituição, a distopia;
- f) Oferece ao direito, cujo campo é vincado no marco legal, horizontes mais densos de alcance e de sentido;
- g) Oferece ao direito, que se dá pela lupa do real, a lente da metáfora;
- h) Oferece ao direito, que emana do ser humano, as especificidades do humano;
- i) Oferece ao direito, que desvela o ser num mundo narrado, o desvelamento do ser num mundo vivido;
- j) Oferece ao direito, a realidade que imita a ficção, a trama da ficção que copia a realidade.

Como pudemos notar, a tessitura entre o direito e a literatura vai muito além de tensões, de pontos de divergência ou de choque de elementos pautados por uma dissonância epistemológica invencível. A literatura e o direito caminham, de mãos dadas, por um *pathos* de conexão repleto de mútua significação.

Dissemos, no começo desse prefácio, que, quando as obras da literatura de todos os tempos são traduzidas literalmente, percebemos que pertencem a um mundo que não nos pertence e que não tem nada em comum com o nosso.

Todavia, quando traduzidas livremente, ou seja, para o nosso vernáculo, então reconhecemos nelas nossos próprios ideais básicos, herdados da Era Axial e, por isso, somos condôminos desse mesmo domínio imorredouro de valores.

Sem esses ideais transcendentais legados pela literatura, desde Homero até algumas obras de padrão *light* dos dias atuais, sem dúvida, nossa civilização – e o direito, que porta sua dimensão ordenadora em favor do justo concreto – não teria se renovado periodicamente. Talvez, teria se petrificado como as grandes civilizações orientais.

Nesse sentido, as obras de prosa e de verso de todos os tempos são soluções literárias de problemas humanos e, em muitos casos, de problemas de distribuição do justo concreto situado historicamente numa dada sociedade. As vitórias dos personagens dessas obras são nossas conquistas e, suas derrotas, virtualmente, nossos revezes.

Para cada um de nós, que portamos nossos próprios demônios, no dizer de Dickens, a mera sobrevivência da literatura e de suas magníficas obras constituem um sinal muito claro: elas nos lembram de que somos homens e que, por conta disso, na órbita jurídica, somos seres nomóforos, isto é, portadores do direito, independentemente do reconhecimento ou não pelo Leviatã estatal.

Talvez – esperamos que não – no dia em que essa consciência coletiva se perder, então, terá chegado também o dia de deixar de “chorar por Hécuba” e de chorar por nós mesmos. Eis o nosso desafio. Eis a nossa quadratura do círculo.

Deixo aqui meu sincero apreço pelos juízes e juízas que participaram desse seletto certame. Muitos os veem com uma toga enrijecida por uma cabeça deificada numa razão metrificada, aptos a, tão somente, pronunciar a lei. Eu os vejo com uma toga dilatada por um coração devotado numa vontade literária e que, por isso, superabundam a animar, no sentido etimológico mais genuíno, a lei.

Amor e Direito

Diogo Leite de Campos

1- Dominação, utilidade e amor

Ao ser inquirido o fundamento do valor da pessoa, ente dirigente do Direito, encontra-se amiúde a seguinte resposta: a pessoa é superiormente valiosa e diferente por ser livre e racional.

Resposta muito incompleta e com capacidade de distorcer a realidade. Desde há dois mil anos foi reconhecida por Cristo a pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus e reconhecida pelo mandamento: amai os outros como a vós mesmos. Pessoa livre, racional, em movimento, igual e com amor. Nos antípodas das doutrinas da dominação e da utilidade preponderantes na Grécia e em Roma.

Para se afirmar, praticando-se, o amor pela pessoa: reconhecendo-se em todos os outros seres iguais a si mesmo, dignos como todos são dignos, fazendo parte constitutiva do eu, suscitando o imperativo do cuidado/amor: “o amor é tão forte como a morte”. O amor tudo vence, dir-se-á mais corretamente.

Como o Pai é Amor, a principal qualidade da pessoa é o amor.

Será que o amor está num plano semelhante ao utilitarismo e à dominação?

São estes três comandos que parecem dominar as ações humanas. Sendo os dois últimos largamente coincidentes no egoísmo, no não reconhecimento dos outros. E o amor, no extremo oposto, na empatia.

Não me vou ocupar, nestas páginas, do choque entre estas três linguagens. Resumirei só a minha experiência, a minha história, no trabalho de construção do Direito pelo amor.

E, mesmo aqui, restringir-me-ei ao Direito dos contratos e do casamento, duas matérias muito próximas da pessoa e onde a prática desta através do amor é particularmente aparente.

2- A pessoa

A pessoa é digna: pessoa é nome de dignidade. Cada pessoa é o ser único da sua espécie (a espécie humana). A espécie humana tem milhares de milhões de seres únicos, insubstituíveis, merecedores de todo o respeito e de todo o cuidado. Cada pessoa é o “último” da sua espécie, e é em si mesma toda a humanidade. O seu nome é “humanidade”.¹

Os Cristãos veem Cristo em cada pessoa.

A pessoa vive naturalmente em comunidade, é pluralidade. Cada pessoa é uma história única feita também das histórias daqueles com quem contacta e que reconhece como outros eu. O outro é constitutivo do eu.²

O reconhecimento do outro-eu reenvia para o cuidado. Cuido do outro como cuido de mim – por vezes mais, se reconheço Cristo no outro, embora também eu reconheça Cristo dentro de mim.

O reconhecimento é devido. Quem não reconhece no outro uma pessoa, está a negar-se a si próprio enquanto pessoa. Embora devam continuar a reconhecê-lo enquanto tal.

A pessoa é em pluralidade ética, de cuidado, de solidariedade, de identidade, de igualdade, de amor. Dar é melhor do que receber e quanto mais se dá mais se tem, mais se é.

Assim, dominação e utilidade são desvios ao imperativo natural do amor.

3- Pessoa, Direito e Amor

A pessoa em pluralidade é o cerne, a dirigente do Direito. A pessoa é jurisgénica, cria Direito ou é Direito.

Na base do Direito e da sua criação estão os direitos da pessoa de primeira geração (direito à vida, ao casamento, à procriação, à associação, etc.) e os de

¹ Vd. Diogo Leite de Campos, *A felicidade somos Nós, Pessoa, contrato e casamento*, Fundação Lusíada, Lisboa, 2019, p. 37 e segs.. Também editada por “Lumen Juris”, Rio de Janeiro. Referir-me-ei às páginas da edição portuguesa.

² Ob. cit., p. 47 e segs.

segunda geração: direito aos cuidados de saúde, à habitação, etc. E também os de terceira geração como reconhecimento explícito da comunidade.

Direitos reconhecidos e construídos pelo cristianismo ao longo dos séculos.

Na Idade Média reconheceu-se o direito à caridade como síntese dos direitos de segunda geração. E prezava-se tanto o direito à vida que se justificava, se impunha mesmo, que o condenado à morte fugisse.

Mas não é da construção milenar destes direitos que vou tratar, por muito que assentem no amor, através da dignidade da pessoa.

Vou tratar do Direito concreto, mais próximo de nós; da prática do amor, sendo o amor esta prática.

Passo ao Direito dos contratos, a enquadrar de muito perto a nossa vida quotidiana de transferência de bens e de serviços; e ao Direito do casamento, sendo este, nas suas diversas formas e perspectivas, o quadro da vida humana e comunitária: não convém que estejamos sós.

4- Casamento: Pessoa, comunidade e amor

O casamento romano estruturava-se na subordinação da mulher ao marido e nascia de formas não consensuais de união.³

O que não é de estranhar, dada a ignorância de Roma da pessoa (livre, igual, racional, em movimento e amor) e da sua dignidade a reenviar ao respeito e ao amor.

Com Cristo alterou-se radicalmente a perspectiva romana: todo o ser humano, filho de Deus, criado à Sua imagem e semelhança, passou a ser visto como pessoa digna: um cristão vê Cristo no outro.

A partir do século XII, a Igreja empenhou-se na dignificação dos cônjuges.

Por um lado, o início do matrimónio assentou num contrato entre os nubentes, a que se apunha um sacramento (como um selo pendente no documento contratual): sacramento do amor de Cristo pela Sua Igreja e desta por Ele.

Libertação dos cônjuges de imposições externas; igualdade entre os contratantes; libertação da mulher.

³ Ob. cit., p. 17 e segs.

Ao contrato seguia-se uma comunhão de vida dos cônjuges, iguais, respeitosos e amorosos a exemplo da Família de Nazaré.

O essencial no casamento é a comunhão de vida, escreveu Francisco de Vitória. Ajuda mútua dos cônjuges, procriação e educação dos filhos, sublinhadas por teólogos, juristas e moralistas cristãos ao longo dos tempos.

Casamento assente no amor, revelando que “A felicidade somos Nós”.

Casamento construído na base de duas pessoas livres e iguais em relação de amor, para sua felicidade, e não como quadro dogmático.

O casamento foi sendo construído ao longo da Idade Média como quadro da realização pessoal segundo os ensinamentos de Cristo, fora dos quais não há felicidade para a pessoa.⁴

5- O contrato e a pessoa (o amor)

A construção medieval do contrato foi levada a cabo partindo da superação dos pressupostos em que assentava o Direito romano.

Ignorando a pessoa, os contratos romanos eram essencialmente contratos reais: o contrato (compra e venda, mútuo, etc.) aperfeiçoava-se através da transmissão da coisa. A entrega de uma pedra, de uma planta representava a transmissão da propriedade rústica. O ser humano, ao manifestar a sua vontade, integrava-a num fenómeno natural de transmissão do bem, no decurso da natureza.

A transmissão de bens era enquadrada por desequilíbrios patrimoniais e enganosa, pela vitória do mais forte e ardiloso, esta combatida, mas insuficientemente, na última fase do Direito romano.

Injustiças e desequilíbrios só defrontados eficazmente pelos juristas, teólogos e moralistas cristãos da Idade Média.

A (dignidade da) pessoa foi o fundamento do consensualismo: a pessoa é digna de confiança, comporta-se eticamente, não falta ao prometido.

O mesmo percurso para o equilíbrio das prestações, para a punição do uso de informação privilegiada e de toda a espécie de enganosa, etc. Tudo práticas contrárias à dignidade da pessoa, feita à imagem e semelhança de Deus.

⁴ Sobre o que se segue, ob.cit.,p.112 e sgs.

Assim se foi construindo o Direito dos contratos até ao século XVI/XVII por obra de juristas, teólogos e moralistas católicos. Saliento o papel que tiveram nesta matéria Universidades como Bolonha, Paris e Salamanca, ressaltando os conimbricenses do século XVI.

O contrato como instrumento justo do progresso individual e social com vista a objetivos comuns: *A felicidade somos Nós*. E não, como sucedeu depois, como espaço de luta de egoísmos.

Desde o século XVII que autores como Domat, Barbeyrac, Grotius e Pufendorf partiram de uma conceção de pessoa bastante diversa da dos juristas cristãos medievais. Estes últimos viam a dignidade da pessoa, capaz de justiça, amor, liberdade, razão, igualdade, etc., como base na qual faziam assentar o Direito como interrelação ética. Pessoa que era capaz de ascender até aos anjos.

Os juristas supra mencionados, de formação não católica, viam a pessoa muito degradada. Portanto “pararam a criação” do Direito que se tinha feito com base na pessoa. Aceitaram como um facto a construção católica do Direito dos contratos. E pareceram entender que a qualidade do Direito devia assentar na elegância e acessibilidade dos textos: o que é belo é bom.⁵

Foram estes juristas que bloquearam a nível europeu a evolução do Direito dos contratos que passou a ser visto por muitos como razão assente na matemática. Com a pessoa fora do processo de criação/aplicação do Direito, reduzido este a uma combinação/aplicação de normas meramente lógica.

Estes pontos de vista vieram a determinar os corpos legislativos do século XVIII e o Código civil francês.

O séc. XIX foi profundamente influenciado por esta mecânica do Direito, esvaziadora da justiça, nesta mecânica de normas ajustadas entre si, como peças de um conjunto, e ajustamento das situações às normas. Afastando-se a pessoa e, com ela, a vontade de justiça.⁶

Quando se começou a sentir a necessidade de uma reflexão sobre os fundamentos do Direito, houve a tentativa de o entender, mais do que de o

⁵ Ob. cit., p. 157 e segs.

⁶ Ob. cit., p. 191 e segs.

justificar, recorrendo-se a a teorias gerais como normas gerais racionais do “sistema”, este dotado de plenitude lógica, auto-justificativo. O que tem levado a progressivo descrédito do Direito positivo, visto muito afastado das pessoas, como sistema de dominação e não como percurso de justiça.

Pelo caminho houve o Código Civil português de 1866, de carácter personalista. Mal aproveitado a longo termo por doutrina e jurisprudência mecanicistas, orientadas pela divulgação em Portugal do BGB alemão.

O BGB e a sua receção e da doutrina alemã, em diversos ordenamentos, fixou o Direito desses países num positivismo auto-suficiente, lógico e dedutivo. Com as normas e as pessoas reduzidas a coisas, misturadas e combinadas.

Embora, por vezes, grandes juristas tenha havido e haja, com tanta ética e “técnica jurídica”, que parecem estar a tratar da pessoa quando, na realidade, só veem normas.

Vai surgindo na generalidade dos ordenamentos uma progressiva referência à pessoa, vista através dos seus direitos (da personalidade). Isto sucede marcadamente no Brasil, mas também é perceptível nos Direitos continentais.

Esta referência à pessoa digna, dirigente do Direito, é de aplaudir. Não podendo excluir o conhecimento e a aplicação extensivos do Direito escrito, supostamente democrático e justo.

6- O amor pelo Direito

A pessoa movida pelo reconhecimento e cuidado do outro é o centro e o motor do Direito.

Mas este mesmo Direito deve ser amado pelos que o cultivam.

Quando tive de escolher a minha profissão, foi fácil: profissão jurídica. Sempre vira o meu Pai, juiz, e o meu Avô materno, advogado, a promoverem, a praticarem a justiça. E o mesmo ouvia sobre o meu outro Avô, também juiz.

Ser jurista não era para mim e para a generalidade dos meus colegas, principalmente um ganha-pão: era uma função social, embora necessariamente remunerada.

Já na Universidade, dizíamos que estávamos no início de um percurso de promoção da justiça.

Interessavam-nos sobretudo as cadeiras de mais próxima referência à pessoa e aos seus valores. Lembro-me do nosso profundo interesse por Direito da Família e a admiração que sentíamos pelo seu Professor.

7- O amor pela Faculdade de Direito de Coimbra

No início dos anos sessenta, muitos de nós, estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra, tínhamos pais, avós, irmãos, tios, etc., que se tinham sentado nos mesmos bancos; ou os pais tinham tido os mesmos professores do que nós, ou tinham sido colegas desses professores. No primeiro exame que fiz na Faculdade, o Professor disse-me que fora professor do meu Pai (tudo muito diferente do que se passa hoje).

Assim, os nossos sentimentos pela Faculdade eram parecidos com o amor pela família ou por amigos próximos, os que se têm na casa da família alargada ou numa comunidade pequena. O que fazia aumentar o nosso sentido de responsabilidade: trabalhava-se intensamente, por vezes com fracos resultados que não desanimavam, para merecermos estar lá.

Passávamos o ano de capa e batina, pasta e fitas (quando era caso disso). O dia da formatura era de imensa alegria. Contudo, mal se saía da sala do último exame e os colegas nos rasgavam a roupa (capa e batina), sabia-se que tinha terminado uma época muito feliz.

Época que tentávamos estender à vida inteira. Através de reuniões de curso todos os cinco anos, e onde alguns levavam as suas pastas com as fitas largas de quintanistas.

Ainda hoje conservo o meu traje de estudante e uso a respetiva capa nas cerimónias solenes da Universidade.

O amor pela Faculdade que a muitos fora inculcado desde a infância, foi enraizado pelos Professores e colegas que nela encontrámos – e que eram a Faculdade.

Tenho e terei sempre presente os meus professores desde o ano de 1960 (Saí por aposentação facultativa em 2010, quando perfiz 50 anos de Faculdade).

Professores que foram sempre muito amados e respeitados durante toda a minha vida de estudo que não terminou. A Faculdade foi e será consubstanciada neles.

Fico pelos civilistas: Doutor Fernando Pires de Lima; Doutor Vasco Lobo Xavier; Doutor Rui de Alarcão; Doutor Francisco Pereira Coelho; Doutor Henrique Mesquita; Doutor Carlos Mota Pinto; Doutor Antunes Varela.

(Os doutores de Coimbra usam Doutor como parte do nome; a outorga do grau de doutor segue o ritual da consagração, com imposição das mãos).

Fui decano (professor mais antigo) da Faculdade durante bastantes anos. Considerei que a minha função era a de transmitir o exemplo dos meus Professores: integridade, ciência, entrega da sua vida, amor.

Um dos ensinamentos que recebi e tentei praticar foi o da empatia com os estudantes. A transmissão de conhecimentos devia atingir o mais alto grau. Mas, nomeadamente nas avaliações, dois e dois devia dar mais de quatro; e o juízo de teses deve ser sintético, global, e não o resultado de um combate aos pontos.

A minha outra Universidade, Paris 2, conheci-a também através dos meus Professores de fim dos anos setenta: Jean Carbonnier, Michel Villey, François Terré. Estarão sempre presentes, estes professores de renome mundial, em todos os meus estudos e na mais profunda admiração.

Nas outras Universidades por onde passei, nomeadamente na Universidade Autónoma de Lisboa onde me apraz e honra lecionar, tentei incorporar a ética e a dedicação, o amor, que me ensinaram.

“Alma mater” conimbricense: Mãe carinhosa, Mãe Pura, Mãe presente, Mãe consoladora, Mãe sábia, Mãe admirável, Mãe do bom conselho, Mãe poderosa, Mãe clemente – acompanha-nos, sobretudo quando te esquecemos.

Direito e Literatura

Eros Roberto Grau

01. Tenho andado a dizer no quanto escrevo¹, em aulas e palestras que *interpretar* não é apenas *compreender*.

A interpretação é uma relação entre duas expressões. A primeira (que porta uma *significação*) é o *objeto da interpretação*. A segunda, designada “*interpretação*”, cumpre, em relação à outra, a função de *interpretante*. A *interpretação* aporta à primeira expressão (*objeto da interpretação*) uma *nova forma de expressão*, que não é necessariamente verbal – como ocorre no caso das artes *alográficas* (música e teatro). Assim, interpretar é *compreender + reformular ou reexprimir sob nova forma*.

A *interpretação* consubstancia operação de *mediação* consistente em transformar uma expressão em outra, de sorte a tornar compreensível o objeto ao qual a linguagem se aplica.

02. Operação de caráter linguístico, a interpretação do direito há de ser descrita como processo intelectualivo através do qual, partindo de *fórmulas linguísticas* contidas nos atos normativos, alcançamos a determinação do seu conteúdo [*conteúdo normativo*]: caminhamos dos *significantes* (os enunciados, textos) aos *significados*. O que pretendo sustentar é o caráter *alográfico* da interpretação do direito.

03. A fim de plenamente compreendermos essa afirmação cumpre distinguirmos dois tipos de expressão artística: as artes *alográficas* e as artes *autográficas*.

¹ Em especial nos meus *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, 9ª edição revista e ampliada, Malheiros Editores, São Paulo, 2014; *Por que tenho medo dos juizes*, 9ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2018; *Pourquoi j'ai peur des juges*, Éditions Kimé, Paris, 2014; e *Das Verhältnis der Richterschaft zum Recht: Auslegung und Anwendung des Rechts und der Rechtsgrundsätze*, trad. Volkhart Hanewald, Nomos, Baden-Baden, 2019.

ficas. Nas *alográficas* (música e teatro) a obra apenas se completa com o concurso de dois personagens, o autor e o intérprete. Nas artes *autográficas* (pintura e romance) o autor contribui sozinho para a realização da obra.

Em ambas (artes *alográficas* e artes *autográficas*) há *interpretação*, mas são distintas uma e outra.

A interpretação da pintura e do romance importa *compreensão*. A obra, *objeto da interpretação*, é completada apenas pelo seu autor. A *compreensão* visa à fruição de *emoção estética* independentemente da mediação de um *intérprete*.

A interpretação musical e teatral importa, no entanto, *compreensão + reprodução*. A obra *objeto da interpretação* reclama um *intérprete* para que possa ser *compreendida*, produzindo *emoção estética*. O *primeiro intérprete* compreende e reproduz e o *segundo intérprete* compreende mediante a *compreensão/reprodução* do *primeiro intérprete*, nessa *segunda* *compreensão* manifestando-se a construção de uma *nova forma de expressão*.

A lição de Carlos Maximiliano² é primorosa:

“Existe entre o legislador e o juiz a mesma relação que entre o dramaturgo e o ator. Deve este atender às palavras da peça e inspirar-se no seu conteúdo; porém, se é verdadeiro artista, não se limita a uma reprodução pálida e servil: dá vida ao papel, encarna de modo particular a personagem, imprime um traço pessoal à representação, empresta às cenas um certo colorido, variações de matiz quase imperceptíveis; e de tudo faz ressaltar aos olhos dos espectadores maravilhados belezas inesperadas, imprevistas. Assim o magistrado: não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos; porém como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria-prima da lei, uma obra de elegância moral e útil à sociedade. Não o consideram autômato; e sim árbitro de adaptação dos textos às *espécies* ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social”.

² Hermenêutica e aplicação do direito, 6ª edição, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, p. 83.

04. O texto – vale dizer preceito, enunciado normativo – é *alográfico*. Não se completa no sentido nele impresso pelo legislador. Sua *completude* somente é alcançada quando o *sentido por ele expressado* é produzido, como *nova forma de expressão*, pelo intérprete. Mas o sentido *expressado* pelo texto já é algo novo, distinto do *texto*. É a *norma*.

Isso significa que o *texto* normativo, visando à solução de conflitos, reclama um *intérprete* (*primeiro intérprete*) que *compreenda e reproduza* não para que um *segundo intérprete* possa *compreender*, mas a fim de que determinado conflito seja decidido.

Abrangendo textos mais realidade e fatos, a interpretação do direito opera a mediação entre o *caráter geral do texto normativo* e sua *aplicação particular*. Opera sua *inserção na vida*.

05. O quanto até este ponto afirmei me leva a insistir em que *texto* e *norma* não se identificam: o *texto* é a expressão linguística da qual desdobramos um *significado normativo*. A interpretação, destarte, é meio de expressão dos *conteúdos normativos* das *disposições*, meio através do qual buscamos as *normas* contidas nas *disposições*. A partir do que diremos que a *interpretação se presta a transformar disposições (textos, enunciados) em normas*.

As *normas* resultam da interpretação. E o ordenamento, no seu valor histórico-concreto, é *um conjunto de interpretações*, isto é, *conjunto de normas*. O conjunto das *disposições (textos, enunciados)* é apenas *ordenamento em potência*, um *conjunto de possibilidades de interpretação*, *conjunto de normas potenciais*. O *significado* (isto é, a *norma*) é o resultado da tarefa interpretativa. Vale dizer: *o significado da norma é produzido pelo intérprete*.

Insisto neste ponto: as *disposições*, os *enunciados*, os *textos* nada dizem. Passam a dizer algo apenas quando efetivamente convertidos em *normas*. As *normas resultam da interpretação*, de sorte que cumpre afirmarmos que *enquanto disposições* elas nada dizem: dizem o que os intérpretes dizem que elas dizem.

06. Daí o quanto ousar afirmar ao cabo destas linhas. Somos artistas literários ao atuar como magistrados, advogados, promotores de Justiça. Presos, vinculados pelos textos, mas incumbidos de produzir a essência da literatura

jurídica dos nossos dias. Sempre e em qualquer circunstância nos termos da Constituição e das leis, limitação que nos distingue dos artistas da literatura.

A oportunidade de colaborar com este texto para um ensaio de interdisciplinaridade entre Direito e Literatura leva-me a afirmar, conclusivamente, que embora seja assim, juízes e tribunais não produzem Justiça. Lembro, por tudo, a afirmação de Kelsen³ quanto à justiça absoluta, que – segundo ele – “*só pode emanar de uma autoridade transcendente, só pode emanar de Deus (...) temos de nos contentar, na Terra, com alguma justiça simplesmente relativa, que pode ser vislumbrada em cada ordem jurídica positiva e na situação de paz e segurança por esta mais ou menos assegurada*”.

Por fim me permito recorrer ao que ensina, na Bíblia, o profeta Isaías (32,15-17): “*O direito habitará no deserto e a justiça morará no vergel. O fruto da justiça será a paz, e a obra da justiça consistirá na tranquilidade e na segurança para sempre*”.

Assim há de ser!

³ O problema da justiça, 2ª edição, trad. João Baptista Machado, São Paulo, Martins Fontes, 1996, pp. 65-66.

Direito e Literatura

(Um tipo inesquecível: Dalmo Florence)

Ives Gandra da Silva Martins

A história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco é marcada pela presença constante de grandes personagens da literatura nos seus bancos acadêmicos. Gonçalves Dias, Fagundes Varella, Castro Alves, Álvares de Azevedo, José Bonifácio, o Moço, Rui Barbosa, Olavo Bilac, Guilherme de Almeida entre tantos outros que brilharam no cenário nacional, lá estiveram, estudaram, viveram suas esperanças, escreveram versos e poesia, deixando uma lembrança até hoje comemorada por todos os acadêmicos, que tiveram a honra e o privilégio de ingressarem nas Arcadas.

A Academia Paulista de Letras, desde a sua fundação, sempre ostentou, em seus 40 lugares, figuras que passaram sua mocidade ouvindo as aulas dos mestres de Direito, curtindo a sadia boemia que até hoje caracteriza a Escola do Largo de São Francisco, escrevendo e acalentando os seus sonhos de amor, não poucas vezes vertidos em versos que imortalizaram aquele templo de Direito e da Literatura.

Nos dias atuais, Lygia Fagundes Telles, Renata Pallottini, já para não falar dos falecidos Paulo Bonfim, Mário Chamie, Geraldo Vidigal, Péricles Eugênio, Domingos Carvalho da Silva e outros que fundaram o Clube da Poesia sob a presidência de Cassiano Ricardo, um dos que deram início à “Geração de 45”. São eles alguns dos imortais escritores da Velha Academia, em que o Direito e a Literatura deram-se as mãos, embora a Literatura terminasse por prevalecer sobre o Direito.

Quero, todavia, neste artigo, falar sobre um poeta por muitos esquecido, mas que, em nossa geração, foi considerado dos mais representativos de sua época: Dalmo Florence.

Dalmo era uma figura diferente. Uma espécie de tipo inesquecível de todos os que o conheciam. Levou 8 anos para sair das Arcadas e se orgulhava

do feito. Tanto que, ao deixar os bancos acadêmicos, não perdia uma oportunidade de se vangloriar de haver se formado. Sempre espirituoso, à época em que não havia ar-condicionado nas salas de trabalho da repartição em que ele trabalhava, uma das secretárias – era o mês de janeiro – disse que não suportava mais o calor e que tiraria seu bolero (peça muito utilizada sobre o vestido, na década de 50), ao que Dalmo retrucou: “*eu também não aguento mais o calor e vou tirar o meu anel de advogado*”. Foi a forma de mostrar aos colegas de trabalho que tinha, finalmente, se formado, sendo imediatamente cumprimentado, pois poucos acreditavam que terminaria o curso.

Dalmo era um poeta fantástico. Quando saíamos à noite, após as aulas, para tomarmos uma cerveja ou comermos uma pizza, escrevia seus versos em lenços de papel, folhas de embrulho e no que encontrasse, nunca levando consigo os versos que compusera.

Pertenceu à nossa geração, com Paulo Bomfim, Lygia Fagundes, Guilherme de Almeida e muitos outros. Chegou a merecer crítica favorável de Agripino Grieco, algo raro, pois jamais elogiava alguém, sendo considerado até hoje dos mais cáusticos críticos da literatura brasileira.

Tão logo deixou a Faculdade, Dalmo prestou concurso para delegado, tendo sido aprovado. A primeira cidade, em que serviu, foi Palestina, em que nada acontecia. Contava, então, com um só soldado, sendo ele mesmo delegado e escrivão. Contou-me que o primeiro preso que foi conduzido à Delegacia, depois de 15 dias, fora um cidadão simples, do campo. Sua alegria de poder ter um “caso” foi imensa. Teve início o interrogatório: “O cidadão como se chama?”. Respondeu-lhe: “Jesus da Silva”. Dalmo parou, refletiu um pouco e reperguntou: “O Senhor tem certeza que se chama Jesus?”. O caboclo, timidamente, respondeu: “Foi o nome que meus pais me deram”. Não teve dúvida, virou-se para seu funcionário e disse: “Solte esse rapaz. Jesus na Palestina, pode ser o Salvador e eu não serei Pilatos”.

Com o tempo, percebeu-se que Dalmo, com seu coração de poeta, não gostava de prender ninguém. Passou a exercer atividades mais compatíveis com o seu perfil, nos escritórios da Secretaria da Segurança, onde se dedicava a escrever e ficava livre da angústia de saber se realmente detivera ou não alguém, injustamente.

Seu poema “Maneco” é antológico e autobiográfico:

*“Maneco não era o tipo
Que se pode imaginar
Pintou a lua de verde,
Depois não sabia amar.*

*Maneco nasceu poeta,
Tinba sonhos aos milhares,
Um papagaio vermelho
E outro azul cortando os ares”*

*“No dia das 4 rosas,
Como sói acontecer,
Maneco sonhava sonhos
Que não podia viver”.*

E o poema todo se estende na mesma linha.

Não sem razão, no momento em que a Academia de Letras, Ciências e Artes dos Delegados de São Paulo foi fundada, já tendo Dalmo falecido - morreu aos 43 anos – foi nomeado patrono da cadeira nº. 01.

Como Maneco era uma espécie de seu pseudônimo, embora procurasse esconder, e o meu pseudônimo, nos tempos de colégio, em meus primeiros escritos, era Carlos Eduardo Maia, e em face de sermos muito amigos durante os 5 anos da Faculdade, numa noite escrevi-lhe um poema intitulado “Carlos”, do qual extraio algumas de suas muitas quadras:

O Carlos foi um dos tipos,
Que o Maneco conheceu,
Vivia a vida sonhando,
Num sonho que não viveu.

A buscar nasceu, na vida,
O que nasceu p’ra buscar,
Mas por mais que ele buscasse,
Não soube a busca encontrar.

O Carlos teve ideais,
Que nunca soube esconder,
Passou a vida sonhando,
Na vida, p'ra não morrer.

O Carlos foi só poeta,
Quando os poemas viveu,
Cantou na vida a pureza
Do que nunca aconteceu.

No tempo da lua grande,
Como poeta era tido
E o Carlos fazia versos,
Pois poeta houve nascido.

O Carlos quis ser, um dia,
Feliz como os mais felizes
E resolveu, como os outros,
Conhecer outros países.

Decidiu ser viajante,
Correr mundo e imaginar,
Por isso o Carlos, sozinho,
Cruzou, uma vez, o mar.

Por ser tímido e poeta,
Pensou amar muita vez
E sofreu no fim de cada
A dor do mal, que não fez.

Por ser tímido e poeta,
Quanto sonho foi talvez!
A vida passou amando
E nunca amou uma vez.

O Carlos não soube amar,
Como o Maneco fizera,
Mas sonhou, mesmo no inverno,
Amores de primavera.

Nós, os sobreviventes daquela época (Lygia, Renata) temos enorme saudade do grande esquecido das Arcadas, o poeta Dalmo Florence.

Linguagem, literatura e direito

Kéops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires

Afirma-se, com razão, que a principal ferramenta para um magistrado, como de resto para todos os operadores do Direito, é a linguagem, especialmente a linguagem escrita, por meio da qual se expressa o juiz ao proferir a sua sentença, aplicando o Direito ao caso concreto. Até por impositivo legal, a sentença do magistrado, bem como todos os atos e termos do processo, deve ser obrigatoriamente proferida em língua portuguesa (art. 192, CPC).

Aristóteles, na obra *Política*, leciona que “*somente o homem é um ser social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem*”. A linguagem, portanto, nos distingue dos outros animais, permitindo-nos expressar nossos pensamentos, sentimentos e sensações por meio dos símbolos convencionais que se comunicam aos demais. Essa linguagem pode se externar por várias formas ou gêneros, notadamente, no que nos interessa neste texto, a linguagem jurídica e a linguagem literária.

Platão, a seu turno, na obra dialógica Fedro, afirma que a linguagem é um *pharmakon* (poção), que pode se manifestar em três sentidos: o remédio, o veneno e o cosmético. Nesse contexto, a linguagem pode curar, salvar, ajudar, transmitir conhecimento. Pode, por outro lado, ser um veneno, desde que fascine pela sedução das palavras, sem se perquirir se são falsas ou verdadeiras. Como cosmético, finalmente, a linguagem pode se caracterizar como máscara ou maquiagem, dissimulando ou ocultando a verdade.

Como linguagem jurídica, a sentença expressa uma forma técnica, lógica, partindo de uma premissa maior (norma jurídica em abstrato), passando pela premissa menor (fato concreto), buscando-se a subsunção da norma ao fato (possibilidade de aplicação), e alcançando-se, ao final, a conclusão (decisão de subsunção ao caso concreto). Como tal, para alcançar o seu objetivo maior, que vem a ser comunicar às partes e ao público em geral o seu conteúdo, deve conter linguagem clara, concisa, objetiva, correta e técnica.

O vocábulo *sentença* deriva do latim *sententia*, que, por sua vez, significa “sentir”. Ao se manifestar no processo, por meio da sentença, o magistrado expõe o seu sentimento. A sentença, portanto, é a expressão de um sentimento do magistrado em relação aos fatos e provas, adequando-os às normas postas.

A despeito da técnica com que se elaboram as peças processuais, não se afastam estas do gênero literário, porquanto de algum modo traduzem uma forma de se expressar e comunicar ideias. A linguagem jurídica e a linguagem literária se entrelaçam, encontrando-se em ambas um certo enlevo na sua narrativa. Embora incomum e pouco usual, há inúmeros exemplos de sentenças prolatadas em linguagem não-técnica. Sentenças em verso muitas vezes foram proferidas, escapando do formalismo técnico e adotando linguagem literária para julgar a lide.

Ainda que proferidas em prosa e sem abandonar a linguagem técnica, algumas sentenças podem se enquadrar, indubitavelmente, na categoria de linguagem literária, pela beleza com que se expressa o magistrado, a sensibilidade que brota em cada palavra e na interpretação dos fatos que lhe são submetidos à apreciação, deixando entrever a veia poética do julgador. Revela-se, em tais casos, uma sensibilidade afluída, uma empatia, uma compaixão do magistrado para com as partes, julgando-as sob o manto da sua formação humanística.

Faraco de Azevedo¹ destaca a importância da formação literária na formação do jurista.

Além da apropriação da língua, imprescindível ao falar e ao escrever e, logo, ao argumentar, constitui a literatura um dos veículos mais eficientes ao cultivo da sensibilidade e da percepção psicológica, ambas fundamentais ao jurista e indispensáveis ao autêntico juiz. Não pode ser bom julgador o insensível ou o psicologicamente embotado, por não poder colocar-se na situação do jurisdicionado, sentindo-a e avaliando-a, revivendo-a, para emitir a decisão.

Se na linguagem jurídica o magistrado deixa transparecer suas idiossincrasias, sua formação intelectual, moral, religiosa, familiar, na linguagem literária não poderia ser diferente. Mesmo nas obras de ficção, a alma do escritor é

¹ Aplicação do direito e contexto social. São Paulo: RT, 2000. 2ª ed.

revelada por meio de suas personagens, dos diálogos e da análise das situações que vão se descortinando.

Já na Antiguidade Romana, Festus indicava essa simbiose entre magistratura e arte, ao dispor²:

De onde *magistri* são denominados não só os doutores das artes, mas também das aldeias, das sociedades, dos lugarejos, dos colégios, dos cavaleiros, porque todos esses podem mais (*magis*) do que os outros; de onde também [deriva] o termo *magistratus*, que pelos *imperia* são mais potentes do que os privados; essa palavra é conhecida por dois significados: pois ou revela a própria pessoa, como quando dizemos o magistrado ordenou, ou o seu cargo (*honor*), como quando se diz a magistratura (*magistratus*) foi entregue a Tício.

Inúmeros são os exemplos de magistrados que, ao longo da história, enveredaram pela arte literária. Pierre Bouchardon, célebre magistrado francês (1870-1950), foi também profícuo escritor, tendo publicado diversas obras no gênero literário-forense, tais como *O Crime do Castelo Bitremont* (1925), *O Assassinato do Arcebispo* (1926), *Os Julgamentos Burlescos* (1929) e *A Última Guillotina* (1935). Nessas obras, os fatos jurídicos servem como pano de fundo para as tramas engendradas, ora fictícias, ora verídicas, mas traçadas com um forte apelo literário.

Conta-se, por outro lado, que o célebre escritor Stendhal (1783-1842), autor de diversas obras literárias, destacando-se dentre elas o clássico *O Vermelho e o Negro*, a fim de dar maior precisão às suas frases, obrigara-se a ler todos os dias alguns dos dois mil duzentos e oitenta e um artigos que formam o Código Civil Francês, denominado Código Napoleônico. Tem-se, assim, na linguagem técnica e formal da lei, uma fonte para o estilo deliberadamente seco do escritor, que primava pela fineza na análise dos sentimentos de seus personagens.

Esse vínculo entre a ficção e a realidade, tomando-se fatos jurídicos, sociais e antropológicos por enredo de seus livros, também se verifica em vários escritores brasileiros, tais como Machado de Assis, Lima Barreto, Aluísio Azevedo, Graciliano Ramos, Jorge Amado ou João Ubaldo Ribeiro.

² Magisterare. Apud BÖTTCHER, Carlos Alexandre. História da Magistratura – O Pretor no Direito Romano. São Paulo: LCTE Editora. 2011. p. 26.

Não são poucos os magistrados que têm navegado pelas águas remansosas da literatura. A verve artística que brota no seio da magistratura tem produzido frutos bastante significativos. Vários são os magistrados, das mais variadas esferas de jurisdição, que integram Academias de Letras de âmbito municipal ou estadual, como também a Academia Brasileira de Letras. Nesta, podemos destacar as figuras dos imortais Evandro Lins e Silva, Raimundo Correia, Afonso Pena Júnior, Hermes Lima, Pontes de Miranda, Pedro Lessa, Augusto de Lima, Oscar Dias Corrêa, ao lado de muitos outros, que de modo perene ou temporário, envergaram a toga.

Temos, na atualidade, uma das quadras mais difíceis por que passa a magistratura nacional. A dura realidade enfrentada nas mais longínquas comarcas, as cobranças impostas pela mídia, a amplitude do acesso à justiça a gerar um volume exacerbado para o número de magistrados, as limitações sociais a que estes são submetidos, as distorções remuneratórias, são fatores preocupantes e que exigem uma atenção redobrada, ante as consequências nefastas para a vida, a saúde e o bem-estar dos juízes.

É imprescindível que tenhamos uma válvula de escape para tantas e tamanhas dificuldades. A literatura é um desses mecanismos de fuga e, ao mesmo tempo, de reencontro consigo mesmo. A criação artística tem o condão de produzir uma higiene mental para quem dela se ocupe, libertando-o das amarras do labor técnico e rígido para se extasiar nos encantos da palavra aberta, franca, cativante, fluida, poética, suave. Numa palavra: literatura é vida!

E a Associação Brasileira dos Magistrados (AMB), que alcança a marca histórica dos 70 anos de existência, não poderia ficar alheia a tal estado de coisas. Estimular a produção literária dos magistrados brasileiros, por meio do I Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados, em parceria com a Academia Paulista de Letras (APL), foi o intuito maior da diretoria capitaneada por Jayme Martins de Oliveira Neto. O certame reuniu mais de 140 textos, nas modalidades poesia, crônica e conto, culminando com a publicação desta obra contendo os textos premiados, as menções honrosas e os indicados pela Comissão Julgadora, além de artigos de renomados juristas enfocando a conjugação do Direito e da Literatura.

Uma modesta realização, mas que lança uma vigorosa semente no solo fértil da magistratura nacional, rica em valores artísticos e humanos. Oxalá a semente possa ser cultivada, germinar, brotar, crescer, enraizar-se e se transformar em árvore frondosa, produzindo flores e frutos de rara coloração e deleitoso sabor.

Literatura: a chave para a expansão da consciência

Antonio Clementin

Nestes tempos sombrios em que vivemos, sem no entanto perdermos a esperança, cercados por problemas complexos que necessitam de soluções urgentes para entrarmos em um novo ciclo de desenvolvimento, percebemos que a literatura é uma das saídas para combater nossas fragilidades.

A corrupção, no meu entendimento, é o obstáculo mais lesivo; sem uma solução definitiva, seguiremos rumo ao caos. E o que é a corrupção? É uma enfermidade que atinge aqueles cuja consciência não se expandiu, pessoas que não atingiram o seu desenvolvimento humano pleno. Os contagiados por esta patologia não são capazes de ver além de suas necessidades e dos interesses de sua família e cúmplices.

Para combater esse mal, que conspurca tudo o que toca, só através da expansão da consciência. Sem esse tratamento, continuaremos a ter pessoas adultas atuando como adolescentes, que não têm controle sobre sua cobiça, recusando-se a assumir as consequências dos seus atos. Exemplos desse drama surgem às centenas diariamente nas manchetes de jornais, rádio e televisão.

A parceria AMB/APL ocorre em momento oportuno, considerando o fato de que houve profunda mudança na alma do povo brasileiro. Isso porque nesses últimos anos chegou-se à uma exaustão na capacidade de compreender e perdoar erros crassos cometidos por autoridades; o País não tolera mais a corrupção, porque hoje temos a consciência de que as consequências da pilhagem aos cofres públicos atingem a todos.

A história nos ensina que sem um combate ininterrupto à corrupção nenhum país atinge o seu máximo de desenvolvimento e que essa luta pertence a todos. Todos têm de dar sua contribuição. No projeto Direito e Literatura, de um lado, a AMB busca estimular o debate e a busca de soluções para os problemas da magistratura e para as questões sociais e da cidadania; formular

política que vise a assegurar o preparo e o aperfeiçoamento técnico-científico, cultural e humanístico do magistrado; propor medidas que assegurem o amplo acesso à justiça e a efetividade da jurisdição; estimular o associativismo e apoiar as iniciativas dos Membros Institucionais como forma de aprimoramento da democracia participativa; defender o Estado Democrático de Direito, preservando os direitos e garantias individuais e coletivos. Já a APL tem como finalidade precípua a cultura do vernáculo e da literatura, promovendo, dessa forma, a expansão da consciência coletiva.

Este trabalho conjunto é fundamental e destina-se a tornar o patriotismo o valor mais precioso, mais valorizado e o mais aplaudido. A esperteza, que já foi reverenciada no passado, vai aos poucos sendo repudiada pelos cidadãos. Hoje sabemos o que acontece às cidades e ao país quando espertos chegam ao poder. O estrago que causam nunca esteve tão visível como em nossos dias.

A literatura nos auxilia a compreender a psiquê das pessoas que optam por seguir os caminhos da esperteza. Câmara Cascudo – historiador, antropólogo, advogado e jornalista – descreveu com seu grande talento as presepadas de Pedro Malazartes, personagem tradicional da cultura portuguesa e da cultura brasileira.

Segundo Cascudo, Pedro Malazartes é um “exemplo de burlão invencível, astucioso, cínico, inesgotável de expedientes e de enganos, sem escrúpulos e sem remorsos.” A menção mais antiga do personagem é datada do século XIII e XIV. Como se observa, este é um mal que acompanha os seres humanos há muitos séculos. Eça de Queiroz também se interessava pelo tema. Em seu livro “A Relíquia” ele descreve com mestria as patacoadas de um personagem totalmente inescrupuloso, que para realizar seus desejos é capaz de ignorar todas as regras, a moral, a ética, a lei.

A Academia Paulista de Letras, em 2005, iniciou ação de estreitamento de laços com a comunidade, realizando projetos de incentivo à leitura para estudantes, prêmios literários, clubes de leitura, sob a coordenação dos escritores Anna Maria Martins e Mafra Carbonieri. Vale salientar que essas ações aconteceram a partir da iniciativa de sua diretoria, durante a presidência de Ives Gandra da Silva Martins. Os projetos tiveram continuidade nas gestões de José Renato Nalini, Antonio Penteado Mendonça, Gabriel Chalita e hoje

contribui para a realização de inúmeros prêmios literários e 23 clubes de leitura nos clubes paulistas, em parceria com o Sindi Clube e Editora Companhia das Letras, além de clubes de leitura na Apamagis e na unidade do Hospital Albert Einstein, situada na comunidade de Paraisópolis.

Em 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a Apamagis e a APL, realizaram em parceria o Prêmio de Literatura para Juízes, com participação expressiva e qualidade literária. Em 2018, por iniciativa do presidente da AMB, Jayme Martins de Oliveira Neto, teve início o Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados, que resultou na edição do livro “Direito e Literatura – 70 anos da AMB”, com pleno êxito. A literatura se constitui como boa sugestão de ação cultural para as associações estaduais de magistrados. Com iniciativas desta natureza, ganham os associados e, por extensão, a cultura brasileira e a comunidade.

Juntos, AMB e APL podem contribuir muito para que esta força renovadora atual se consolide e impulse o País para uma rota de desenvolvimento, de reconstrução material e moral. Hoje muitos têm a certeza de que o Brasil pode atingir um nível elevado de desenvolvimento. Nunca estivemos tão certos de que a Justiça e a Literatura podem realizar milagres.

INSTITUCIONAL

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

DIRETORIA EXECUTIVA – 2017 / 2019

Jayme Martins de Oliveira Neto (SP) – Presidente

Atila Naves Amaral (GO) – Secretário-geral

Ricardo Silveira Dourado (GO) – Secretário-geral adjunto

Márcio José Tokars (PR) – Diretor-tesoureiro

Maria Rita Manzarra de Moura Garcia (RN) – Diretora-tesoureira adjunta

Renata Gil de Alcântara Videira (RJ) – Vice-presidente Institucional

Heyder Tavares da Silva Ferreira (PA) – Vice-presidente de Comunicação

Maria Isabel da Silva (DF) – Vice-presidente Administrativo

Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira (BA) – Vice-presidente Cultural e Ambiental

Nelson Missias de Moraes (MG) – Vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos

José Arimatéa Neves Costa (MT) – Vice-presidente de Prerrogativas

Paulo César Alves das Neves (GO) – Vice-presidente de Políticas Remuneratórias

Francisco Borges Ferreira Neto (RO) – Vice-presidente de Interiorização

Julianne Freire Marques (TO) – Vice-presidente de Direitos Humanos

Jerson Moacir Gubert (RS) – Vice-presidente de Assuntos Legislativos

Maurício Paes Barreto Pizarro Drummond (RJ) – Vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas

Paulo Adib Casseb (SP) – Coordenador da Justiça Militar

Renata Andrade Lotufo (SP) – Coordenadora Justiça Federal

Diego Petacci (SP) – Coordenador da Justiça Trabalhista

Alemer Ferraz Moulin (ES) – Coordenador de Aposentados

Frederico Mendes Júnior (PR) – Coordenador da Justiça Estadual

Helvécio Brito Maia (TO) – Conselho Fiscal

Maria de Fátima Muniz (SP) – Conselho Fiscal

José Anselmo de Oliveira (SE) – Conselho Fiscal
Sérgio Ricardo de Souza (ES) – Diretor-presidente da ENM
Marcelo Piragibe (MG) – Vice-diretor presidente ENM

SECRETARIA CULTURAL

Anderley Ferreira Marques (PB)
Lourenço Cristóvão Chemim (PR)
Kéops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires (PB)
Rosalvo Augusto Vieira da Silva (BA)
Edson Pereira Filho (BA)
Euclides Calil Filho (RR)

Academia Paulista de Letras (APL)

DIRETORIA – 2019 / 2020

Presidente: José Renato Nalini

Secretário-Geral: Gabriel Benedito Issaac Chalita

1º Secretário: Antonio Penteado Mendonça

2º Secretário: Raul Cutait

1º Tesoureiro: Marcio Rubens T. Scavone

2º Tesoureiro: José Gregori

Diretor da Comissão de Contas: Fernando Antonio Figueiredo

Diretor da Comissão de Bibliografia: José de Souza Martins

Diretor da Comissão de Lexicografia: José Fernando de Mafra Carbonieri

Diretor da Comissão de Divulgações: Roberto Duailibi

Diretor da Comissão de Publicações: Ives Gandra da Silva Martins

Diretora da Comissão de Incentivo à Leitura: Anna Maria Martins

Diretora da Comissão de Relações Artístico-Culturais: Renata Pallottini

Diretor da Comissão de Relações Internacionais: Celso Lafer

Membros da Academia Paulista de Letras

- 1- Raul Marino Júnior
- 2- Miguel Reale Junior
- 3- Júlio Medaglia
- 4- Célio Debes
- 5- Gabriel Chalita
- 6- Luiz Carlos Lisboa
- 7- Anna Maria Martins
- 8- Juca de Oliveira
- 9- Marcio Scavone
- 10- Rubens Barbosa

- 11- Eros Roberto Grau
- 12- Paulo Nathanael Pereira de Souza
- 13- Maestro João Carlos Martins
- 14- Walcyr Carrasco
- 15- Jose Gregori
- 16- Bolívar Lamounier
- 17- Zuza Homem de Mello
- 18- Jorge Caldeira
- 19- Synesio Sampaio Goes Filho
- 20- Renata Pallottini
- 21- Roberto Duailibi
- 22- José de Souza Martins
- 23- Celso Lafer
- 24- Maurício de Sousa
- 25- José Goldemberg
- 26- José Fernando de Mafra Carbonieri
- 27- Fábio Lucas
- 28- Lygia Fagundes Telles
- 29- José Pastore
- 30- Raul Cutait
- 31- Ives Gandra da Silva Martins
- 32- Antonio Penteado Mendonça
- 33- Jô Soares
- 34- Tércio Sampaio Ferraz Júnior
- 35- Cadeira vaga
- 36- Dom Fernando Antonio Figueiredo
- 37- Ignácio de Loyola Brandão
- 38- Ruth Rocha
- 39- Cadeira vaga
- 40- José Renato Nalini

